



Ata de vinte e oito de novembro de dois mil e dezasseis da sessão ordinária assembleia municipal de Tondela

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Foi apresentada uma credencial: do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, à luz da qual se fiz representar por Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Verificandø-se que o segundo secretário chegará mais tarde devido a compromissos profissionais, foi convidado o membro da assembleia Carlos Manuel Silva para ocupar o lugar, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

Feita a chamada, cerca das nove horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes membros: Jorge Baptista, Marta Marques, Abílio dos Santos, Alfredo Cabral e Isaac Almeida.

Os membros justificaram a falta, que foram aceites pela mesa que as considerou relevadas.

1.Período de antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 30 de setembro

O membro António Dinis tomou da palavra para referir que na ata de 30 de setembro não estava referido, quando questionou o senhor presidente da câmara sobre o custo da Ficton, tendo afirmado que o valor gasto tinha sido de duzentos e vinte mil euros. Mais referiu que na pagina 54 estava escrito que o senhor presidente tinha dito“...Peço desculpa, mas pensava que o vereador que então tinha esse pelouro conhecesse os números”, ora atendendo que não era vereador à época e apesar do senhor presidente ter realmente feito tal afirmação, deveria haver uma correção com a



indicação que o vereador com o pelouro responsável das termas de Sangemil era o senhor vereador Pedro Adão.

Não havendo mais intervenções, a ata de 30 de setembro foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Jorge Henriques, Rita Rosa, Diamantino Costa, João Paulo Tavares, José Hélder Alves e Ventura Gonçalves, por não terem estado presentes na sessão.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes Moções enviadas pela: Junta e Assembleia de Freguesia da União de Caparrosa e Silvares, da Assembleia de Freguesia da União de Freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo, da Junta de Freguesia de São Miguel do Outeiro e Sabugosa, da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho, duas propostas apresentadas pelo PS e PSD, aprovadas na Assembleia de Freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, sobre a não concordância da Reforma Territorial Administrativa, implementada na sequência da Lei 22/2012. Foi ainda presentes: convite da ANMP para a convenção nos “40 anos de Poder Local Democrático”, convite da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros para o jantar de natal, carta aberta do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, sobre a dotação de enfermeiros nos diferentes serviços da Unidade de Tondela, ofício da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, com carta enviada ao senhor Ministro da Educação, de pedido urgente de obras na escola sede do agrupamento, convite enviado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, para audiência pública, no âmbito dos projetos Lei 231/XIII, 272/XIII e PJR 393/XIII. Foram igualmente presentes jornais de: STAL, Voz das Misericórdias e Associação.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O senhor presidente da assembleia comunicou à assembleia o teor do ofício enviado ao cidadão Jorge Rolo, sobre o indeferimento do pedido de agendamento de um



ponto na ordem de trabalho, para a presente sessão, para que os membros votassem para que o executivo camarário intervenha nos termos da lei processual civil no processo, que retorne ao povo do concelho de Tondela, no rio Dinha, o lugar designado por Fraga.

Iniciou o ponto o Grupo Parlamentar do PSD com a intervenção do membro Jorge Henriques. (anexo 1)

De seguida, interveio o membro Cristiana Ferreira. (anexo 2)

Continuou os trabalhos, o membro Felisberto Figueiredo:

“Faço minhas as saudações iniciais dos intervenientes anteriores.

Venho aqui para expressar um voto de regozijo pela eleição do nosso concidadão e patriota, o Eng.º António Guterres, para secretário geral das Nações Unidas. Habituei-me a ver no Eng.º António Guterres, um homem sério, político sério, embora de outra área política. Recordo com muito agrado a sua medida de alargar o funcionamento dos jardins de infância, proporcionando o serviço de refeições. Uma medida que não encontrou acolhimento, inicialmente, no nosso concelho, junto do corpo docente, mas que acabou por se impor pela necessidade de dar resposta às populações, sobretudo aos pais das crianças que necessitavam de ter uma forma mais útil e prática de os fazer chegar à escola e ter um horário mais conveniente com as suas atividades profissionais.

Faço esse voto de regozijo e faço votos para que no exercício do seu mandato seja tão prestigiado quanto já o foi no exercício da sua função enquanto comissário.

A figura de Fidel Castro também é uma figura impressionante. Morreu. Era um ditador, mas um homem convicto e suficientemente inteligente para ler os factos e conhecer que a realidade também se impõe. Felizmente, morreu depois de “sancionar” um processo de abertura, que confiou ao irmão, estranho como um regime destes se torna praticamente monárquico e faz a transmissão de poder em família. Este processo de abertura acabou por ser sancionado, antes de ele morrer, e julgo que terá sido bom para ele. Penso que será um bom augúrio para todos os cubanos, que têm uma identidade maravilhosamente musical. Expresso um voto de que Fidel Castro descanse em paz, porque o teu povo fica em paz à espera da democracia plena.”



O membro Vera Machado tomou da palavra. (anexo 3)

O membro José Hélder Alves interveio:

“Bom dia, senhor presidente da assembleia municipal;

Senhor presidente da câmara municipal;

Senhores deputados;

Não estive presente na última assembleia municipal e ao ler a ata verifiquei que o senhor deputado Joaquim Santos se referiu a mim, não estando eu presente. Não quer dizer que não o pudesse fazer, mas no mínimo é feio. Eu não o faria. Tendo a possibilidade de ter alguém presente do mesmo órgão, acho que seria de bom tom prenunciar-se quando o próprio estivesse. Não o fez, mas poderia fazer. Isto vem a propósito do documento que enviámos para a assembleia municipal, da tomada de posição que junta de freguesia tomou em 17 de setembro, em relação à pretensão da reversão das freguesias agregadas. O senhor Joaquim Santos disse: “...espanta-me que, só passados mais de 4 anos, tenham concluído que a Lei 22/2012, mais conhecida por Lei Relvas, foi uma não reforma...”. Não sei onde o senhor Joaquim Santos andava há 4 anos, aquando das posições dos presidentes de junta, incluindo eu, que disseram isto precisamente, com posição públicas, em comunicados, conferências de imprensa. Foi isto que foi dito e o senhor vem agora dizer que só agora chegamos à conclusão que passado 4 anos é que aquilo foi uma não reforma. Depois diz que vem fora de tempo. Vem fora de tempo? Agora é que é o tempo para esta discussão. Vou só recordar-lhe o que o senhor disse sobre esta lei, em setembro de 2012: “...esta lei foi feita ao contrário e é uma baralhada. Reforma feita sem pés, nem cabeça...”. E a proposta do PS que eu votei a favor nesta assembleia municipal, contra a vontade do grupo parlamentar do PSD. Fomos quatro presidentes de junta que votamos a favor da proposta do PS, que pede a revogação da Lei 22/2012. É verdade, não é? Depois diz aqui que tomaram posições contra, mas falta dizer que contra foi esse. Foi bem clarinho o contra que nós tomámos. O que o senhor está aqui a dizer, do meu ponto de vista está indignar-me a mim e a todos os presidentes de junta daquela altura. Depois, fala de uma “partidarite aguda”. Partidarite aguda, era se nós aprovássemos a Lei proposta pela maioria PSD e CDS, na altura. Vinte e cinco presidentes de junta tomámos uma posição contrária, que



Sessão Ordinária 28-11-2016

não sei se o senhor era capaz de o fazer. Tenho dúvidas. Há uma coisa em que estou de acordo consigo, todos sabiam que aquela ação judicial que foi proposta, iria ser rejeitada. Todos sabíamos e eu principalmente, porque foi a única junta de freguesia que em dezembro de 2012 propôs uma providência cautelar para impedir a eficácia da UTRAT. Depois propusemos nova ação no Supremo Tribunal Administrativo contra a própria assembleia da república, contestando igualmente a outra que não tinha sido aceite. Na altura, eu disse que isso não ia levar a lado nenhum, mas os outros presidentes das juntas e o senhor presidente da câmara da altura entenderam que deveriam ir com a ação para a frente. Na verdade, sobre isso, concordo consigo. Também diz: "... se não se lembram, também recorro que o único partido que desde início se manifestou contra a famigerada Lei, foi o PS". É mentira. Foram também os 25 presidentes de junta. Onde é que o senhor andava?"

De seguida, foi a vez do Grupo Parlamentar do PS, que iniciou com o membro Jorge Marques com o voto de congratulação, que se transcreve:

“VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Com o anúncio de uma Unidade de Radioterapia, no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, coloca-se um ponto final nas especulações em torno da sua instalação. O Ministro da Saúde anunciou que será em Viseu e de acordo com o estudo da Entidade Reguladora da Saúde.

Trata-se de um investimento que valoriza o Interior do País, com vista a diminuir as assimetrias regionais. Um exemplo concreto de como, em contexto de escassez de recursos, definir políticas de coesão territorial que vão ao encontro das populações e de subsidiariedade - faz melhor quem está mais perto.

Ainda, no que se refere ao Distrito de Viseu, importa realçar a modernização das Unidades de Saúde Familiares, no quadro da reestruturação dos Cuidados de Saúde Primários, na reorganização da Rede Hospitalar e reforço da Rede de Cuidados Continuados Integrados e de Paliativos, para só referir as mais emblemáticas.

A instalação de uma Unidade de Radioterapia em Viseu vem colmatar uma enorme lacuna na área assistencial, traz óbvios benefícios e permite vantagens económicas para o Serviço Nacional de Saúde, dando continuidade ao Despacho de 14

Carlos
Jorge
Carlos



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

de junho de 2005 do então Ministro da Saúde, Prof. Doutor Correia de Campos, que deu luz verde à sua programação.

Por tudo isto,

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária no dia 28 de novembro de 2016, congratula-se com o anúncio, feito pelo Governo, da instalação de uma Unidade de Radioterapia no Centro Hospitalar Tondela-Viseu, num edifício autónomo, o que traz um sem número de vantagens para a nossa população.

Assembleia Municipal de Tondela, 28 de novembro de 2016.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

NOTA: *A ser aprovado, deve ser enviado ao Gabinete do primeiro-ministro, ao Ministério da Saúde, ao Presidente da Assembleia da República, a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Viseu e a CIMVDL.*

O membro Joaquim Santos tomou da palavra, de seguida, com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores membros da assembleia municipal
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores,

Naturalmente, uma saudação muito especial ao primeiro ano de vida da Geringonça, estável e saudável, contrariando os profetas que lhe auguravam curta existência e uma morte anunciada. Para comemorar este primeiro aniversário, deu-se ao luxo de, antecipadamente, emitir um cheque, à ordem do FMI, no valor de 2 mil milhões de euros.

Mas mais do que esta nota introdutória, os últimos tempos foram pródigos em acontecimentos e notícias que não deixaram indiferentes a generalidade dos portugueses.



*Cláudio
Vasconcelos*

A eleição de António Guterres para o cargo de Secretário-geral da ONU, e que saudamos, foi um dos mais gloriosos dias da nossa História, que encheu de orgulho os socialistas e a maioria do nosso povo, embora, reconhecamos, tivesse sido uma desilusão para alguns “Miguéis de Vasconcelos” que todos sabemos quem são.

Nesse mesmo lado de lá, o Mundo foi surpreendido com a vitória de um radicalista nas eleições para a presidência dos Estados Unidos da América. Não está em causa uma vitória da direita americana (que recolheu menos 2 milhões de votos que os Democratas), mas o perigo do populismo, encarnado por Donald Trump, que se expôs ao apoio de uma das mais perigosas seitas reaccionárias, extremistas, racistas e xenófobas – o Ku Klux Klan, e que irá estar representada na sua administração.

Nada acontece ao acaso – foi assim em 1932 – o discurso populista dirigido aos cerca de 6 milhões de desempregados, jovens e classe média baixa, funcionários administrativos, artesãos e fazendeiros levou à ascensão de Adolf Hitler ao poder, numa Alemanha ferida no orgulho após o desaire da I Guerra Mundial, e tudo isto conjugado com a Grande Depressão americana de 1929, causadora de uma crise económica mundial.

Passadas 8 décadas, temos ao nosso redor um cenário semelhante, agravado por uma economia mais globalizada, com uma classe política refém dos grandes interesses financeiros que dominam em todos os continentes. Um cenário mais que perfeito para o populismo. Foi assim no dia 23 de junho, com a confirmação do “Brexit”, foi assim no passado dia 8, nos Estados Unidos – e é assim que a extrema direita se está a tornar numa epidemia preocupante, originária na ladainha neoliberal de Bruxelas.

Disfarçada de uma nova direita, rasga horizontes e ganha acentuadas posições nos países do leste (Polónia, Bulgária, Roménia, na própria Rússia) e nos países da Europa que já foi solidária (Itália, França, Reino Unido, Holanda, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia).

A descrença dos cidadãos na classe política faz parte da estratégia neoliberal – a desconfiança gera a abstenção, permitindo o crescimento dos partidos populistas, abrindo portas aos senhores do poder económico.



Enquanto o Syriza, na Grécia e o Podemos, no país vizinho, procuram reagir a esta praga, mas sem força suficiente para pressionar os funcionários de Bruxelas a uma mudança de estratégia – a Europa chega ao fim do caminho, mas continua a marrar contra a parede, à espera da ajuda do Diabo, nem que, para isso, tenham de lhe vender as almas.

É o que faz a direita neoliberal portuguesa, encarnada no anterior Primeiro-ministro, que passa a vida a ameaçar com a vinda de Lucifer.

Talvez inspirado na célebre obra de Gil Vicente, “O Auto da Barca do Inferno”, Passos Coelho, travestido de “Ozeneiro”, o agiota da época ao serviço do “Fidalgo” que encarna a opressão, o orgulho e a tirania, decidiu pedir ajuda ao Diabo, condutor de almas para o Inferno, que lhe consentisse regressar ao passado, onde, por esquecimento, deixou todas as riquezas mundanas. Da barca, naquela viagem sem regresso, apenas os Cavaleiros Cruzados se salvaram; Ozeneiro, mesmo jurando lealdade às coisas mundanas, tão apreciadas pelo Diabo, não o conseguiu convencer....!

O mesmo aconteceu à “Alcoviteira”, preta de arcas e feitiços, joias de seduzir, guarda-roupas de encobrir e armários de mentir, que não ludibriou o Diabo, que nela desvelou o interesse pela exploração interesseira dos outros. Representa, agora numa outra dimensão, uma nova personagem, de lenço ao ombro e saia plissada, de uma candidata à autarquia da capital.

Por mais que digam, o Diabo não é tolo de todo. Sendo o Diabo, em exclusividade, o dono do mal não gosta que lhe façam concorrência.

Ora, quando um mortal semeia tempestades contra a devolução de rendimentos às famílias, os compromissos com o Estado Social, o Serviço Nacional de Saúde, a sustentabilidade da Segurança Social, a Escola Pública, a par do aumento das exportações, do crescimento da economia, do cumprimento de deficit orçamental, da integração dos precários na função pública, da integração de 30 mil professores nos quadros do Ministério da Educação, do fim da Sobretaxa de IRS, de um infindável rol de promessas eleitorais cumpridas.... e ameaça com a vinda do Diabo, a quem nem sequer pediu opinião, até ao próprio irrita!

Carlos



*Luís
Filipe
Cardes*

Nos meus tempos de infância, uma das charadas, que percorriam as bocas das crianças da escola, resumia-se a uma simples pergunta:

- Há alguém pior que o Diabo?

E a resposta surgia:

Sim, há o “Pintam”, porque o Diabo não é tão mau como o pintam!

Assim, temos de dar razão a William Shakespeare quando disse: *“Não há na Terra ser algum, por mais vil que seja, que não faça à Terra pelo menos algum bem”*.

É o caso do Diabo!

E aqueles que dizem que *“entre isto e aquilo, venha o Diabo e escolha”*, devem, uma vez por todas, ficar conscientes que nunca devem deixar as suas escolhas ao acaso ou ao arbítrio do Diabo.

Nada advém do acaso – as lutas travam-se, o mérito conquista-se. Sem lutas não há vitórias. E sem mérito, qualquer vitória sempre será efémera.

E quando o Diabo se sente ultrapassado por curiosos fazedores do mal, acontecem as coisas que não são fruto do acaso e que nem ao Diabo, nem aos seus seguidores, lembrariam.

Anunciamos uma dessas conquistas, que não foi fruto do acaso, mas que muito honra os socialistas e que deveria orgulhar, sem exceção, todos os tondelenses:

Luís Filipe Figueiredo, autarca eleito nas listas do Partido Socialista para a Assembleia de Freguesia e Diretor do Jornal “Augaciar” da Casa do Povo de Molelos, Engenheiro, Professor no Instituto Politécnico da Guarda, Especialista em Robótica, recebeu ontem, das mãos do presidente de câmara do PSD, Álvaro Amaro, a Medalha de Mérito das Cidade da Guarda.

Acreditem, não foi obra do Diabo!

Pel’O Grupo parlamentar do Partido Socialista”

Continuou:



“Começo pela última intervenção, a do Zé Hélder. Fiz o trabalho de casa. Era o que faltava estar aqui condicionado pelas pessoas que faltam. Não dou tanta importância ao senhor presidente da junta de freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo, não tem a ver com questões pessoais, para que me inibisse de fazer qualquer consideração, que já trazia escrita de casa. Mas, estou disponível para discutir isso. Quando o senhor diz que é mentira, não, fui a primeira pessoa, que mal saiu uma coisa chamada livro verde que abordava a reforma administrativa, se pronunciou. Se quiser vá consultar as atas. Tudo o que disse é verdade. Os senhores é que tem a memória curta. Vamos discutir o assunto quando quiserem, há motivo para tal, porque chegaram à mesa várias propostas de oposição, aprovadas em assembleias de freguesias. Tenho aqui uma proposta do Partido Socialista, aprovada na assembleia de freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas, que ofereço ao senhor deputado Jorge Henriques e ao senhor. Esta é a nossa posição.

Ao Dr. Jorge Henriques, sou mais da época dos gambozinos. Como lhe disse a posição do PS está aqui. Quanto às redes sociais, posso dizer-lhe que as pessoas que lá falam nisso não são do partido Socialista. Com certeza há quem diga outra coisa pior.

A propósito da dívida, do 1,6% do resultado do orçamento. Ainda não chegámos ao final do ano. Estou em querer que esses resultados vão aumentar. Quanto ao aumento da dívida em 20%, não foi em Portugal, foi em toda a Europa e nos Estados Unidos. Não tem nada a ver com a questão do governo. Este governo teve um mérito, pelo menos não deu valor aquilo que diz o diabo e as suas políticas não fizeram o aumento da dívida. Pelo contrário diminuíram-na. Este agora foi um aumento circunstancial que calhou a todos.”

Seguidamente, foi a vez do grupo parlamentar do CDS, com a intervenção do membro António Dinis, que se transcreve:

“O ambiente no concelho

Do ponto de vista ambiental, os últimos tempos no nosso concelho têm sido dramáticos. São vários os casos confirmados de verdadeiros atentados ambientais, com esgotos a correrem diretamente para os leitos dos vários rios do concelho: no Rio Criz, no Rio Dinha e no Rio Dão. Os relatos gravados e as partilhas nas redes sociais

Alcides
28
Carlos



evidenciam uma situação escondida dos munícipes e desta assembleia ao longo de anos. E as denúncias de situações irregulares vão-se somando, deixando em evidência a dramática situação do saneamento básico no concelho.

Das cerca de quarenta ETAR's no nosso território, grande parte simplesmente não funciona e enviam os esgotos recebidos diretamente para os cursos de água. Algumas delas, inauguradas recentemente, funcionam mal e não cumprem as exigências de qualidade requeridas. Poucas são as que funcionam com normalidade e eficácia. É um verdadeiro caos ambiental que já deu origem a várias intervenções e requerimentos de partidos na Assembleia de República. A mais recente foi do Bloco de Esquerda. É uma tragédia para as populações do concelho por duas razões: a primeira está relacionada com a qualidade de vida das nossas gentes, com os nossos rios poluídos e contaminados com dejectos humanos; a segunda está relacionada com as coimas das entidades de fiscalização e que decorrem destes atos de irresponsabilidade do executivo.

O dinheiro que tanta falta faz para obras nas freguesias, acaba por ir para multas e coimas que deviam ser evitadas. Afinal, porque se gastaram tantos milhões em obras de saneamento ao longo de tantos anos? Qual é o verdadeiro estado do Território de Bem-estar tão propagandeado pela câmara?

Assim, o grupo parlamentar do CDS/PP nesta assembleia questiona a câmara:

1 – Qual o estado das ETAR's no concelho? Quantas são? Quantas não funcionam? Quantas funcionam mal? E qual ou quais funcionam dentro dos parâmetros ambientais mínimos exigíveis?

2 – Quantos processos foram instaurados contra o município por problemas ambientais nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016? Quantos estão a decorrer presentemente? Quantos foram concluídos? E qual os seus resultados?

3 – Quais os valores de coimas e multas pagos ao longo de 2013, 2014, 2015 e 2016 por problemas ambientais?

4 – As coimas são emitidas ao município ou aos responsáveis do executivo e funcionários?

*Alcides
Caldas*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Carlos
S. J.
Cardos

5 – A situação do saneamento na zona urbana mais antiga da cidade de Tondela, com mais de duas décadas de idade, foi referida pelo Sr. deputado Arménio Leite Marques na Assembleia de Fevereiro, que a descreveu como sendo uma “bomba relógio” que pode rebentar a qualquer momento. E já foram vários os problemas ocorridos no inverno passado com inundações e problemas nos esgotos da cidade, atingindo várias habitações. Assim, gostaríamos de saber quais os investimentos programados para o ano de 2017 e seguintes para remodelar toda a rede antiga de esgotos da cidade de Tondela. Existem projetos elaborados? Estão quantificados os custos dessas intervenções urgentes?

Um ano de geringonça e investimentos do governo em Tondela

Passou um ano de governo do PS. Era dos que acreditava que as coisas iriam correr mal em 2016 e que esta solução não se iria aguentar. Enganei-me. Pelos vistos está para durar uma legislatura. E se os resultados económicos se vierem a consolidar no final de 2016 e prosseguirem nos anos seguintes, para bem de Portugal e dos portugueses, então vai durar e durar.

Por isso a estratégia do município terá de mudar. Terão de se abrir portas para conseguir investimentos do governo central para o nosso território. Bem sabemos que as responsabilidades do sr. Presidente enquanto dirigente nacional do PSD, não facilitam o diálogo e reduzem o seu poder reivindicativo nos vários ministérios. Serão outros territórios vizinhos a receber os investimentos e as prioridades passarão por eles. É essa a nossa preocupação.

Por isso, deixamos aqui o desafio ao PS de Tondela nesta assembleia que diligencie junto dos seus parceiros de governo para olhar para Tondela. Que coloquem Tondela no mapa dos investimentos do governo central. Por nós, não nos importamos que apareçam nas fotos de família e recebam os louros políticos pelos investimentos conquistados. O CDS/PP em Tondela coloca em primeiro lugar os nossos concidadãos, independentemente de quem consiga ajudar ao desenvolvimento tão ansiado.”

Seguidamente, foi a vez do membro Manuel Veiga, que se transcreve:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados.



*Alcald
Fry
Caldas*

Várias foram as informações e cartas enviadas, nomeadamente uma carta aberta a esta assembleia e à câmara municipal, sobre a carência de enfermeiros no Centro Hospitalar Tondela /Viseu, nomeadamente na Unidade de Tondela. Os enfermeiros têm sido obrigados a fazer, para que os doentes não fiquem sem cuidados de enfermagem de que necessitam e não sejam necessários reduzir o numero de camas de internamento e oferta de cuidados exigida.do Centro Hospitalar Tondela /Viseu. A situação é de tal forma preocupante, que os enfermeiros se veem obrigados a: responsabilizar-se por um numero de utentes maiores do que seria desejável em situação normal, fazerem turnos a mais para além daqueles que a sua carga horária semanal, prescindam dos seus períodos de descanso necessário para a recuperação física e psicológica adequada. Desta forma poderá estar em causa a qualidade dos cuidados de enfermagem prestados ou mesmo a sua efetiva realização, que acarreta consequências gravíssimas para a população.

O Centro Hospitalar Tondela Viseu, E.P.E., deve aos Enfermeiros, segundo os dados dos horários aprovados até ao final de novembro, 28039 horas, a que correspondem mais de 3500 dias de trabalho.

É esta a realidade do centro hospitalar Tondela Viseu fruto da não admissão de enfermeiros.

Foi pedido uma intervenção com essa carta aberta, por parte da assembleia municipal ou por parte da câmara que até este momento não houve qualquer posição tomada.

Queria referir que no expediente falou-se de tantas cartas enviadas pelas assembleias de freguesia. Cartas essas a darem conta de moções devida à reestruturação feita.

A denominada Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, operada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, imposta por PSD e CDS, mereceu contestação e repúdio generalizados, desde logo.

Sob falsos argumentos, PSD e CDS avançaram com a extinção de mais de um milhar de freguesias no país, assente numa opção política e ideológica.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

*Carlos
Fim
Carlos*

Do ponto de vista financeiro, o impacto foi praticamente nulo, mas do ponto de vista da proximidade das autarquias e dos eleitos às populações o impacto foi muito significativo.

Este processo teve consequências profundamente negativas junto das populações – perdeu-se a proximidade que caracterizava este nível de Poder Local perdeu-se a identidade e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações. Enquanto representantes das populações, os eleitos de freguesia muitas vezes davam voz às reivindicações das populações, levando-as a outros níveis de poder.

É necessário reverter a extinção das freguesias de acordo com a vontade dos órgãos autárquicos e das respetivas populações.

Questiono aqui qual é a posição desta assembleia, a posição das várias Uniões de Freguesias e dos partidos representados nesta assembleia. Relembro que a posição do PCP se mantém inalterada, somos contra esta reforma administrativa.”

O grupo parlamentar do PSD apresentou, de seguida, um requerimento à Mesa relativamente ao voto de congratulação apresentado pelo PS, que se anexa com o numero 4.

Seguidamente, o grupo parlamentar do PS entregou o requerimento que se anexa com o número 5.

O presidente da mesa colocou à votação o requerimento entregue pelo PSD, tendo sido aprovado com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas e Rita Rosa e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.



O presidente da assembleia não colocou à votação o requerimento entregue pelo PS, em virtude do resultado da votação do requerimento do PSD, rejeitar implicitamente o outro.

O membro Joaquim Santos justificou o seu voto pelo facto de se tratar de uma manobra. Alertando a mesa que não deveria aceitar nenhuma outra moção, porque seria moralmente ilícito. Mais alertou que se houver qualquer tentativa de manipulação do espírito desta moção, a mesma será tornada pública.

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente, restantes membros da mesa, senhores membros da assembleia, publico presente, comunicação social. Bom dia a todos.

Não posso deixar de denunciar um” atentado” à democracia, mais vil que se possa imaginar, feito pelo senhor membro do CDS. Como é possível alguém dirigir-se a esta tribuna a pretexto de olhar para os interesses do concelho, dizer ao partido socialista para ser o intermediador para trazer o desenvolvimento para o concelho. Ter o cinismo descarado de não respeitar o que é o voto legítimo dos nossos concidadãos. Em democracia quem representa os eleitos são os eleitores. São os eleitores que dão o poder de voto para defender os interesses do concelho. Mal estaremos nós se ainda vivêssemos no tempo onde os favores políticos eram feitos, não por razões de justiça, de equidade, mas por interesse político-partidária. Mas quando se tem uma cegueira tão forte, isso na verdade deixa transparecer aquilo que é a essência do pensamento de quem assim o diz, porque se assim não fosse nunca o teria dito nos termos em que o fez. Estarei aqui de forma muito clara e sempre para denunciar todos e quaisquer que por jogos e habilidades não respeitem a democracia, os eleitos e o poder legítimo de quem é eleito. É vergonhoso que alguém neste século pense dessa forma. Cinismo não é matéria

Carlos
Am
Carlos



que me alicie e a ignorância será aquilo que farei a quem mantenha esta atitude e este registo.

Queria fazer um conjunto de considerações tidas, aqui, hoje, e registar as matérias trazidas. No atual quadro do Portugal 2020, que se desenvolve de 2014 a 2020, há matérias como é a saúde, a educação, a cultura, os equipamentos nas áreas de acolhimento empresarial são sujeitos a mapeamento. Isto quer dizer que nenhum município por si, se pode candidatar a estes financiamentos sem que previamente eles estejam acordados, negociados naquilo que se designou por Pacto de Coesão e de Desenvolvimento Territorial. Em 2015, foi assinado o Pacto de Coesão e de Desenvolvimento Territorial, onde forma negociados os equipamentos para a região. Nesse pacto ficou assumido um investimento que ronda cerca de dois milhões para a ampliação da urgência do Hospital S. Teotónio, integrado no Centro Hospitalar Tondela / Viseu. Neste pacto ficaram aprovadas os financiamentos para a USF da Casa das Bocas, a requalificação das USCP em Campo de Besteiros, em Santa Comba Dão, no Carregal do Sal, no Satão. Foram, também, assumidos os investimentos na área de educação, onde inicialmente não estava previsto, entre eles no nosso concelho a Escola Secundária de Tondela, e investimentos na área da cultura, no caso em concreto teriam de ser ilegíveis equipamentos de cultura classificada como património de interesse nacional. Em Tondela, só existia um edifício que era a fachada da Igreja Românica de Canas de Santa Maria. Portanto, tudo o que possamos dizer de mais assinaturas, fotografias, ações é mera propaganda.

Em 2009/2010, era o Dr. Correia de Campos ministro da saúde, foi referenciado, de acordo com o que estava previsto em relação à rede de cuidados, a possibilidade de ocorrer a localização de uma unidade de radioterapia que pudesse ser localizada em Viseu. Esse estudo não foi conclusivo e tinha várias variáveis. Não deixo de registar que no dia de aniversário do Centro Hospitalar, em fevereiro, foi mais uma vez reforçada essa mesma importância estratégica. Convém dizer que de estudos já existiram muitos, como também existiram estudos que localizavam em Viseu a então faculdade de medicina, que foi deslocalizada para outros sítios. Não deixo de sublinhar e registar, a ocorrer a instalação da unidade de radioterapia, o reconhecimento público por essa decisão. Infelizmente, ainda não tenho nenhum documento oficial, a não ser uma

*Aluísio
F. Cados*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

intenção do senhor ministro da saúde, quando inquirido em sede de discussão nas especialidades, dizendo que será tomada essa decisão. Não existe nenhuma deliberação do Conselho de Ministros, pelo que julgo que era de todo urgente que essa decisão ocorresse rapidamente para que não haja dúvidas.

Em relação à temática da agregação de freguesias, acho que é bom de uma vez por todas, todos assumirmos as nossas responsabilidades. A referida Lei 22/2012 foi criada aquando da negociação do pedido de resgate do país feito em 2011 e os então negociadores colocaram a necessidade de reduzir as unidades de administração local. Nesse memorando não está a dizer se são freguesias ou concelhos. Mas essa redução aponta para cerca de metade do contingente existente. Temos 308 municípios e cerca de 4 200 freguesias. Se alguém coloca esta imposição era bom que também dissesse como é que ela depois se iria aplicar. Com o memorando as cerca de 1000 medidas, obrigaram à tomada de decisões. Nenhum de nós se manifestou publicamente sobre esta matéria ou concordou com o modelo de agregação de freguesias. Mas há uma que tinha de acontecer, porque estava imposto esse modelo. Claro que podemos perguntar-nos da sua eficácia, do impacto financeiro, da solução política. Mas como depois da saída da assistência externa, a primeira medida tomada, aumentar as pensões mínimas que estavam congeladas e aumentar o salário mínimo, julgo que também é legítimo que nos questionemos sobre esta solução. Só estranho porque é que estava a discutir isto hoje e não estamos a discutir a proposta do governo para solucionar este problema. Os partidos que suportam o governo todos o dizem defender a reversão desta medida. Se há o desejo desta reversão não se compreende porque é que não há uma proposta em cima da mesa para que possamos discutir qual é o modelo de reversão desta medida. Se a proposta é para fazer uma oscultação e onde não houver concordância com tal decisão reverta-se a medida, então desde já esta discussão está aqui encerrada, porque no concelho de Tondela todas as 14 freguesias que foram envolvidas na agregação desejam reverter o processo. Por esta mesma razão e porque na última assembleia municipal um designado movimento de cidadãos da freguesia agregada do Tourigo aqui esteve, tive o cuidado de dirigir uma carta ao senhor ministro adjunto, Dr. Eduardo Cabrita, questionando-o de forma simples daquilo que são os factos, citando que na assembleia de freguesia de 11 de setembro tinha sido aprovado por unanimidade uma moção de reversão, documento enviado à assembleia e câmara municipal. (leu a carta enviada onde questiona a posição

Carlos



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

e qual o cronograma que o governo pretende assumir face às próximas eleições autárquicas). Já tive o cuidado de dizer há duas assembleias atrás que se há matérias onde não aceitarei que haja habilidade política de se querer dizer uma coisa lá fora e outra dentro dos partidos e das submissões partidárias, comigo não contem. Há razões para haver uma reversão nesta circunstância. Estão cá, a assembleia concorda, as assembleias de freguesias já se pronunciaram, não é necessário fazer, aqui referendo.

De ponto de vista político, quero fazer uma vénia ao senhor Joaquim Santos, porque merece esse reconhecimento, porque tenho percebido que nas últimas semanas tem sido também objeto de algum ataque político incompreensível, na medida que acho que os “plataformicos” são os primeiros que querem destruir a democracia. O senhor citou hoje quando começou a sua intervenção, depois teve uma derivação neoliberal, mas na verdade os neoliberais são aqueles que estão por detrás dessa estrutura que supostamente vem desacreditar a classe política. É aí que estão os neoliberais e em todos os partidos, os que se refugiam no debate do teclado e não veem dar a cara aqui que é preciso. O teclado é muito lindo, crio os meus grupos, mas democracia não é isso. Democracia é confortar-me com ideias. É assumirmos posições. É ousarmos pensar, decidir, agir e responsabilizamo-nos por aquilo que fazemos. Isso é que é democracia. Democracia não pode ser ter uma visão destrutiva, revanchista, amarga de quem foi perdedor e não é capaz de vir à luta e assumir as suas opções. Isso não é democracia. Nesse âmbito estarei consigo, porque perceberá porque é que ignoro algumas pessoas nessa matéria.

Em relação ao pagamento ao FMI, aqui também não vale a pena ter ilusões. Vou lembrar-vos o que estava previsto para o que ocorresse nesses anos. Estava previsto, que em 2016, o governo português pagasse quatro mil milhões. O atual governo no início do ano e presumindo a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos fez uma proposta de alteração destes valores. E dos quatro mil milhões que estavam previstos este ano, reduziu-os e pediu um reescalonamento deste pagamento, passando para 1,5 milhões em 2017, 3,5 em 2018, 1,6 em 2019 e 4,8 em 2020. O que aconteceu agora não é nenhuma antecipação face ao que estava previsto, é uma antecipação face àquilo que o governo se propôs reduzir. Temos de ter a noção do realismo nestas questões. Se há matérias que

*Carlos
J. M.
Cardos*



possa chocar outros pela sua pouca preparação, procuro ter uma grande noção de responsabilidade financeira.

Em relação ao crescimento, quem nos dera a nós se o país crescer. Há condições do país crescer. O que nos questionamos é se o modelo conduz a esse crescimento. Cuidado com o ano de 2017, com o BCE, com o que vai acontecer com a taxa de referência do juro do BCE. A Espanha com as mesmas dificuldades, com a mesma taxa de compromisso, com aquilo que são os juros europeus, tem uma taxa de crescimento 3 vezes superior à taxa de crescimento de Portugal. É isto que me entristece, por estarmos a crescer abaixo da média. “

De seguida continuou com a apresentação das atividades da câmara e da informação financeira. (anexo 6 e 7) e de seguida passou à visualização em imagem, com explicação das atividades da câmara desenvolvidas no período que decorreu de 24 de setembro a 23 de novembro. Mais apresentou com explicação um mapa das infraestruturas concelhias do tratamento de águas residuais, bem como quadros ilustrativos das candidaturas efetuadas no âmbito do POVT e do POSEUR.

O membro Jorge Henriques informou a mesa que por motivos profissionais teria de se ausentar, mas que regressaria no decorrer da assembleia.

Foi de seguida, interrompida a sessão para almoço, tendo a mesma reiniciado às 14h30.

O membro Joaquim Santos interveio:

“Muito obrigado, senhor presidente, pelo almoço.

O senhor falou há pouco que havia um pacto de cerca de um milhão de euros para as Unidades de Saúde Familiar, não foram feitas, mas estão contempladas nas promessas do senhor ministro da saúde. Quanto à radioterapia, o PSD não fez nada. Esteve quatro anos no governo e nada fez. Como dissemos no nosso voto de congratulação, isto já vem de 2005, por vários motivos esteve parado. Esta vitória do distrito de Viseu, que também é nossa e do Centro Hospitalar, não é para incomodar o PSD. É para estar ao serviço das populações. Não sei se foi já decidido em Conselho de



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Ministros, mas o que é certo é que o senhor ministro já se comprometeu com isto e até agora não houve nenhum ministro deste governo que voltasse com a palavra atrás.

Não é a primeira vez que o senhor presidente vem aqui dizer que agora que a “geringonça” tem a maioria pode fazer aquilo que prometeu. Não, senhor presidente. Isso foi o que o seu governo fez, não ouviu ninguém. O PSD e o CDS quando avançaram com esta reforma administrativa e quero lembra-lhe que isto não estava escrito no memorando, era como o senhor disse e reconheceu, uma revisão territorial das autarquias, o que englobaria juntas de freguesia e concelhos. É isso que este governo está agora a pensar fazer. Não mexer nas freguesias. Aproveitar fazer uma reforma que seja efetivamente uma reforma, mas ouvindo todos os interessados. Isto não depende apenas da “geringonça”, isto depende de todos. Este governo não quer cometer o mesmo erro que os senhores cometeram. Recordo que na comissão técnica estão representantes mais do seu partido do que do Partido Socialista. Isto não depende apenas da decisão do PS, do PCO, do Bloco de Esquerda. É bem claro qual é a posição dos três partidos, como poderá ver se tiver o cuidado de ler os projetos-lei que entraram na Assembleia da República. Só lamentamos que apesar de agora o CDS e o PSD reconhecer que fizeram erros, não tivessem apresentado nenhum projeto-lei. A nossa posição, como já tem conhecimento através da moção aprovada por unanimidade na assembleia de freguesia Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, diz precisamente qual é a posição do PS, analisando o conteúdo dos três projetos-leis, que eram aqueles em que nos podíamos basear. Não há proposta do governo, acerca disto.

A Espanha não cresceu três vezes mais do que nós, porque Portugal foi no último ano o país que mais crescimento teve na União Europeia.

Quanto à questão do rés-do-chão do Palácio da Justiça, discutimos isso numa reunião que mantivemos e que o senhor teve a amabilidade de nos convidar, qual o destino a dar á sala, pelo que já lhe transmiti qual era a minha posição. Passa por algo que não seja uma 2ª sala, porque entendemos que neste momento e atendendo à possibilidade de haver reversão do Tribunal de Tondela, daquilo que foi feita pela sua ministra da justiça, acho que pode ser dado uma outra utilidade.

Quanto aos fundos comunitários, que o senhor refere, destinados ao saneamento. Quero dizer-lhe que no anterior quadro comunitário foi o PS que negociou com a

Carlos



Comunidade Europeia esse quadro comunitário. Quanto ao Portugal 2020 foi negociado pelo seu governo. Portanto, não venha dizer que a culpa é do Partido Socialista.”

Continuou com a intervenção escrita, que se transcreve:

“Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Nesta última sessão de 2016, ainda há muitos assuntos por esclarecer e é nesse sentido que coloco algumas questões

Antes disso, quero que fique claro que não foi através das redes sociais que tive conhecimento das situações que irei referir. Quando vieram a público através desse meio, já eram do meu conhecimento, ou não as traria aqui.

Esclareça-me, por isso, do seguinte:

1 – Em primeira mão, tive a oportunidade de visualizar imagens do estado da ETAR da ZIM da Adiça e da ETAR de Molelos.

A primeira, teve obras de requalificação, julgo, há pouco tempo, e onde foram gastas verbas avultadíssimas; a segunda, e conforme informação obtida, foi completamente deixada ao abandono, não funcionando há cerca de 3 anos e os efluentes que deveria tratar seguem diretos para uma linha de água que despeja o seu caudal no Rio Criz; sobre esta assunto, autarcas socialistas terão, há muito, denunciado esta situação na Assembleia de Freguesia de Molelos.

- a) A Câmara Municipal tinha ou não conhecimento sobre o estado de funcionamento da ETAR da ZIM?
- b) Se sim, como deixou que chegasse a este ponto?
- c) Tinha ou não conhecimento do estado da ETAR de Molelos? A Junta de Freguesia, embora não responsável pela sua manutenção, alguma vez alertou a CMT sobre este assunto?
- d) A CMT já foi notificada pela entidade que se deslocou ao local e verificou esta tragédia?
- e) Quais as consequências previsíveis para o município? E para os utilizadores? E para o ambiente?



Carlos
Am
Carlos

2 – A ETAR de Litrela, foi inaugurada, com pompa, durante ou imediatamente antes da última campanha eleitoral autárquica, já passaram mais de 3 anos.

- a) Encontrava-se à época em condições de funcionamento?
- b) Encontra-se atualmente em funcionamento ou qual o motivo de se encontrar parada?

3 – Ao que julgamos, é dramático o estado da generalidade das ETAR's do nosso concelho. Umas vertem diretamente para as linhas de água, sem ter a água devidamente tratada, infetando as águas do Rio Criz, do Rio Dinha, da Ribeira do Paul (onde está construída a barragem que abastece de água cinco municípios da região).

- a) A CMT tem conhecimento de situações graves aqui enunciadas?
- b) Qual o intervalo que medeia entre a manutenção e/ ou verificação do bom funcionamento das ETAR's do nosso concelho?
- c) Há, neste momento, no concelho, alguma ETAR a funcionar devidamente?
- d) Existe algum plano municipal de requalificação das ETAR's do nosso concelho?

3 – No tempo do oásis, deveras um verdadeiro pântano, propagandeava-se, aos sete ventos, que mais de 90% do concelho estava equipado com rede de saneamento, o senhor presidente lembra-se deste discurso, que não era seu.

- a) O senhor Presidente concordava com essa afirmação? Era verdadeira?
- b) Neste momento, sabe qual é a verdadeira cobertura da rede de saneamento do concelho? (independentemente dos dados que possa ter, sejam em cobertura populacional ou cobertura geográfica)

4 – Ainda a polémica da Fraga;

Na última sessão desta assembleia, e no período aberto ao público, um munícipe entregou na mesa da Assembleia Municipal um abaixo-assinado que tinha como



finalidade última que o executivo municipal intervisse no processo conhecido por “Fraga”, constituindo-se como “assistente”.

Independente da fragilidade do abaixo-assinado, que pedia à Mesa da AMT que reservasse um ponto para este fim, é óbvio que esta assembleia, se isso acontecesse, nunca poderia ir além de uma “recomendação”.

A Mesa da Assembleia Municipal respondeu ao munícipe e, com a razão da legalidade, não acedeu ao pedido do munícipe. Li o documento e sinto um exagero nas considerações, acredito que redigido por um gabinete jurídico, que deve ganhar pelo número de palavras que dita, mas isso são contas de um outro rosário. Dá a entender que a solicitação do munícipe é uma afronta e que não está no seu legítimo direito de intervir no local próprio. Estou certo que esta opinião que roça a arrogância não é corroborada pela Mesa da Assembleia que pediu este parecer.

Seja como for, um órgão autárquico, seja ele qual for, tem por obrigação, no mínimo, moral, de ouvir e dar voz a quem pretende usá-la, e não fazer precisamente o contrário, e que fez.

Ao dizê-lo, julgo estar a interpretar o que ouvi, o que li e o que penso, no meu legítimo direito enquanto cidadão.

Assim, e sem recurso ao texto então entregue na mesa, permita-me, senhor presidente, fazer-lhe uma pergunta, não em jeito desafio porque isso dar-lhe-ia a possibilidade de se refugiar, não respondendo a desafios.

Então, faço-lhe uma pergunta direta:

Depois de ter assistido à intervenção do munícipe Eduardo Jorge Rolo Brás, e interpretando, com a sua capacidade crítica, o que é a vontade de muitos tondelenses, está o senhor presidente, pessoalmente ou por delegação, disposto a intervir, à base do direito, no processo da “Fraga”, ao lado dos interesses das populações?

5 – Por fim,

O vereador do PS, Cílio Correia, já questionou sobre o abastecimento de gasóleo no estaleiro municipal de algumas entidades.



*Assim
João
Carvalho*

Eu próprio, há cerca de um mês, lhe perguntei se tinha conhecimento que algumas instituições abasteciam gasóleo no estaleiro da CMT.

O senhor presidente lembra-se certamente da resposta que me deu e da que deu ao vereador do PS.

Dado que a pergunta que lhe fiz foi em ambiente de informalidade, não vou revelar a resposta que me deu.

Quanto à resposta que deu ao vereador socialista, acho que já quase todos sabem qual foi – o CDT tem direito a 900 litros de combustível / mês e a Vários, 700 litros/mês.

Mas, senhor presidente, e acredite que não li isso em algum lado, a verdade é que se consta que há outras entidades, embora com diferente regularidade das entidades mencionadas, a terem direito a uma espécie de bónus em géneros!

Eu tenho a minha opinião e o senhor terá a sua. Poderão ou não ser coincidentes; admito, até, que possa nem ter conhecimento de todos os abastecimentos que se efetuam no estaleiro.

Assim, pergunto:

- a) Existe algum protocolo que atribua à Vários e ao CDT essa quantidade de combustível?
- b) Qual a periodicidade desses protocolos?
- c) Há quanto tempo foram celebrados, pela primeira vez?
- d) Quais os critérios que justificam o abastecimento, segundo se consta, de veículos de algumas freguesias, da EPT, a Escola de Futebol “Os Pestinhas” e eventualmente outras entidades e quais?

Assembleia Municipal de Tondela, 28 de novembro de 2016

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista”

Seguidamente, interveio o membro António Dinis:

“Senhor presidente, caros membros desta assembleia,



Carlos
Dr
Carlos

Regressados de almoço, cá estamos nós, novamente para voltar à conversa sobre alguns dos assuntos que aqui foram levantados.

Começaria por manifestar a minha estranheza por aquilo que foi a atitude do senhor presidente da câmara. Depois vou pedir a autorização para ouvir, para consulta, da gravação, porque ouve termos que não acompanhei, vi o teor, o sentido e o tom que foi utilizado pelo senhor presidente da câmara, pelo que fica já registado. Isto, porque fazendo o enquadramento daquilo que foi a minha intervenção inicial até estava à espera quando na aprovação da ata, que o senhor presidente da câmara viesse aqui pedir desculpa, tal como a senhora Eng^a Marina uma vez em São João do Monte, teve essa honestidade e gentileza em reconhecer que estava equivocada sobre a questão da derrama, pedindo-me desculpa. Esperava que o senhor presidente começasse por aí, reconhecendo que tinha faltado à verdade na última assembleia e que está registado em ata, a Isabel confirmou e bem, porque também tomei nota, e não o fez, pelo contrário veio atacar, com designações como: “cinismo, cegueira, falta de espírito democrático”, enfim, vou pedir a gravação para ver se me esqueci e se não apanhei tudo. Lamento o tom e, portanto, como dizia há pouco lá fora até fui de mansinho, agora levantei foi algumas questões e que naturalmente o deputado Quim Santos reforçou e bem, com mais acutilância e mais insistência em casos particulares, eu apenas me situei genericamente. Isto leva-nos à questão, percebi e tomei nota, de que o senhor presidente da câmara dizia que é que era demagogo e depois vem aqui com demagogia dizer que “os eleitos têm de respeitar o voto popular” e fala aqui da situação de Espanha. Isto é uma ironia enorme, porque se há um caso em que a economia cresceu sem governo foi a Espanha. Não respeitaram nenhum voto popular, nem governo tinha. Portanto, o senhor presidente da câmara fez aqui uma analogia pouco feliz, porque quando falamos em respeito pelo voto democrático temos de perceber na sua verdadeira ascensão e no seu conceito mais amplo. Espanha cresceu mais do que Portugal, não sei se duas ou três vezes. A “geringonça” como já aqui disse tem funcionado, até me enganei que a coisa aí correr mal, porque não se iam entender, mas entenderam-se, pelo que tenho de dar a mão à palmatória. Isto é que é demagogia, para um lado não funciona, mas para Espanha sem governo, já funciona o respeito pelo direito democrático, pelos eleitores, a vontade popular. Cada situação é uma situação. Vim aqui no papel de oposição e já várias vezes, como aconteceu na última assembleia, elogiei a atitude do senhor



*Caral
P
Carlos*

presidente da câmara, como está registado em ata. Quando é necessário, faço-o e como irei fazê-lo mais adiante noutro ponto, portanto estou à vontade. Não podem é pedir-me e à oposição que venha para aqui dizer que sim a situações que discorda. Tanto mais que pelos vistos, tomei nota particularmente que o senhor presidente da câmara disse e bem que “não podia fugir à sua responsabilidade, porque os protagonistas, quer os técnicos, quer os decisores, nos últimos 10, 15 e 20 anos”. Ora bem, neste período o senhor presidente está nesse pelouro. Está há praticamente quinze anos com esse pelouro, portanto se há algum decisor que deve explicar aqui é o senhor, não é como o caso que o senhor disse aqui que eu tinha a responsabilidade das termas em 2011, quando não tinha. Gosto das coisas com clareza. Quando me engano, que também me engano, peço desculpa, tenho a humildade de pedir desculpa. É importante repor, aqui, essa situação. Diz: “A ETAR de Muna, essa já é comigo”, está na gravação e tomei nota. Isto é quase como dizer que a coisa anteriormente não era consigo, mas era, porque era o vereador, mas deixou aqui essa nuance. Sei que o senhor presidente, de vez em quando, faz umas insinuações para mim, olha para mim. Eu digo as coisas cara a cara, com frontalidade. Tomei nota disso e queria dizer aqui essas considerações.

Confirmei aquilo que é a nossa preocupação coletiva, que a situação é dramática no concelho relativamente e o senhor presidente teve a frontalidade de aqui o demonstrar, pese embora a situação que o senhor Arménio reportou a situação da cidade de canalizações velhas, em fevereiro, que é mais grave e ele já disse que era uma “bomba relógio”, não sei como vai ser e o senhor presidente também a reconheceu. Esperemos que corra tudo bem.

Felicito o município pela atribuição das bolsas ao ensino superior. Acho que é também por aí que deve intervir naquilo que é o apoio social, naquilo que é a valorização dos recursos humanos do nosso território. Queria felicitá-lo por ter tido essa iniciativa e que tenhamos mais capacidade para apoiar mais candidatos, no âmbito das bolsas do ensino superior.”

O membro Felisberto Figueiredo tomou da palavra, de seguida:

“Quero felicitar o senhor presidente da câmara. Há quem goste mais de explorar os factos negativos. Penso que pela explanação que tivemos oportunidade de ver aqui, julgo que a autarquia e na pessoa do senhor presidente merece os nossos elogios,



nomeadamente no ensino, não só ao nível do pré-primário, como de todo os ciclos que são da responsabilidade da autarquia, inclusivamente para fora daqueles que não são a sua área de intervenção., nomeadamente o ensino secundário. Sabemos que o parque escolar precisa de atenção e tem tido a colaboração da própria câmara.

Na área do ambiente, a questão do saneamento, ouvimos que a situação não está bem. O que ficando velho, degrada-se. Verificamos que o senhor presidente tem conhecimento cabal da situação e esta área tem merecido a atenção para uma intervenção adequada no momento oportuno e em que haja disponibilidade de uma intervenção mais fundamentada, como tem vindo a ser feito nos parques industriais, nas diligências institucionais. Falou-se aqui na dificuldade quando o governo não é da mesma cor da autarquia, mas sabemos que para além do colorido dos partidos, as relações institucionais estabelecem-se e penso que tanto as autarquias como o próprio governo tem pessoas com bom senso e que estão empenhadas no interesse da população e das suas necessidades. É evidente que as relações com a sociedade são importantíssimas, sobretudo para uma autarquia, que é o poder de proximidade. Essa proximidade tem sido bem cultivada. Felicito o senhor presidente da câmara, porque o sabe fazer.

Aproveito a minha vinda, para demonstrar algum espanto, quanto o nosso amigo Joaquim Santos diz que a Comissão Técnica tem mais indivíduos do PSD do que do PS. A Comissão Técnica ou a Comissão Política? Se é técnica não tem de ter partidos. Para mim as comissões técnicas não têm de ter cor partidária. Se são técnicos são técnicos, que apresentem aos políticos uma proposta técnica. Devemos ter o cuidado com o conteúdo da palavra e com aquilo que efetivamente significam. Não vamos é desvirtuar o conteúdo das palavras, porque isso incomoda-me terrivelmente.

O nosso deputado Eng.º Dinis não sei se quis insinuar que sem governo era melhor do que com a “geringonça”. Quando diz aqui que a Espanha cresceu, mas isso não é mérito do governo, porque eles até não tinham governo e aqui se calhar não cresceu porque tinha governo. A Espanha teve governo sempre. Não teve foi novo governo, porque não foram capazes de constituir novo, mas o governo não caiu na rua. As coisas funcionam. Admirava-me, antes, com a Itália que andava sempre em eleições e também não conseguiam constituir governo e aquilo funcionava tudo.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Renovo as felicitações ao senhor presidente da câmara pela atividade que tem vindo a desenvolver e espero que continue nesta dinâmica, porque julgo que o concelho deve orgulhar-se dos autarcas que tem. Quando digo autarcas são também os da oposição, porque o papel da oposição, como sempre reconheci, é importante. Mas, que não pode chamar a si o sucesso de algumas iniciativas, porque são oposição e não têm oportunidade de gerir aquilo que está a realizar-se.”

O membro Vera Machado continuou. (anexo 8)

O membro António Ferreira tonou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, mesa, senhor presidente da câmara, caros deputados.

Quero antes de mais, subscrever todas as palavras ditas pelo senhor Dr. Felisberto e dizer que às vezes” as palavras gastam-se pelo uso prostituem-se com o abuso”. É uma expressão que ouvi, que gostei e de facto por vezes temos de ter cuidado com as palavras que utilizamos. Para além da subscrição de tudo o que disse, queria acrescentar apenas dois pontos. A questão da vespa velutina, que o senhor presidente referiu e que está a atacar imenso. Há uns tempos foi abordado pela associação dos apicultores da serra do Caramulo e que dizia que deveríamos envolver algumas entidades, nomeadamente os bombeiros, porque têm escadas que permitem chegar a alturas mais elevadas, onde elas normalmente fazem os ninhos. Dar esta referência para poder articular com as associações humanitárias dos bombeiros. A questão dos incêndios e pôs-incêndios, toda a questão das giestas e plantas invasoras. Nas candidaturas ao PDR, ter isso em atenção para que se possa de alguma forma minimizar esta praga que está a surgir. Muito obrigado”

O membro Arménio Leite Marques interveio:

“Boa tarde, excelentíssima Mesa, senhores deputados.

Não era para vir, mas visto o deputado Dinis ter-se referido a mim sobre o saneamento, venho aqui dar a minha opinião. Tenho 69 anos e estou a aprender uma coisa que não sabia, será que o saneamento tem cor política? O saneamento é de todos e para todos. Tenho de louvar a câmara, incluindo o Dinis, todas as câmaras pós 25 de

*Cláudio
Ferreira
Cardos*



Sessão Ordinária 28-11-2016

abril. Poucos concelhos estão como Tondela, a não ser os grandes. Tantas ETAR's e poços sumidouros que existem é devido ao trabalho que foi feito. Se está bem ou mal, não pode caber aos políticos diretos, cabe a todos nós. Cada vez que a câmara aqui vem com um orçamento ou com o plano de atividades e traz uma ETAR para uma freguesia, ficam todos contentes, por ser mais uma freguesia com rede. Todos temos razões para estar satisfeitos. Dou um louvor a todas as câmaras, que do 25 de abril para cá, em Tondela, fizeram esse digno trabalho, porque com ETAR e poços, a funcionar mal ou bem, os esgotos têm funcionado.

Queria deixar um apelo aos futuros autarcas, possíveis presidentes de câmara, ao Dinis, ao dirigente do PS, ao futuro presidente da câmara do PSD. Continuem a trabalhar no mesmo plano, não nas condições que se tem feito até agora. Tondela, dada a sua situação geográfica tem mais do que condições para fazerem no futuro, porque falar em esgotos e numa transformação daquilo que está feito é não ter consciência do custo monetário que leva a fazer as obras necessárias para resolver o que está mal. Aos três candidatos possíveis para presidentes de câmara, queria deixar um apelo, não se preocupem em fazerem ETAR pequenas e que funcionam mal, preocupem-se em fazer uma ou duas grandes condutas de alta densidade, ou as que forem necessárias, a onde iram ser ligados todos esses poços sumidouros e as ETAR's. Economicamente será muito mais rentável, com uma grande ETAR, tipo a de Lisboa. Escusam de andar em guerra por causa do saneamento, porque ele foi votado por todos nós, tal como ele está.

Quando ao saneamento na cidade, já dei uma noção ao senhor presidente para resolver essa situação e depois quero ver quando vier à assembleia, se ela vota ou não a favor de mais essa despesa. Só há duas formas de resolução, ou levanta a conduta toda desde a igreja até à ETAR ou fazer uma caixa de derivação aqui e mandar três partes para um lado e outra parte para outro. Estas coisas fazem-se com coragem política e saber. Cada vez mais me congratulo com as posições que tomei. O primeiro Presidente da República, após o 25 de abril, a visitar Tondela foi o General Ramalho Eanes e da visita à câmara que fez, porque ia visitar duas escolas primárias, também ia ver a ETAR de Tondela, não o acompanhei a essa visita, porque achei que estava mal localizada. Muito obrigado.”

Seguidamente, o membro Manuel Veiga tomou continuou os trabalhos:

Manuel Veiga
Carlos



*Alcalde
D. José
Cados*

“Boa tarde.

Volto a lembrar que numa anterior sessão da assembleia municipal, onde se assumiu que a câmara municipal tomava posição política em gasto do dinheiro em determinada obra e não noutra. Havia uma verba disponibilizada para uma obra neste concelho, no valor de dois milhões, e teve a coragem de dizer que era uma posição política, sem que houvesse retorno. Acho que também deve haver uma coragem política em assumir algumas despesas, nomeadamente no saneamento básico, se, isto é, do interesse de todos. Dizem que tem 20 anos de vida e uma delas tem 40. Curioso, se já prevemos que tem 20 anos, se calhar já estamos com 20 anos de atraso na reestruturação. Quanto à cobertura, que foi questionada. Gostava também de saber qual é a cobertura real da rede de saneamento, no concelho, porque por vezes jogam-se com alguns números políticos, vamos ver se em termos reais também funcionam dessa forma. A questão do ambiente importa cada vez mais e se não cuidarmos dele, somos nós que sofremos e as gerações vindouras. A câmara deverá não depender só de fundos comunitários, mas também de fundos próprios, como assumiu com outras obras. Se calhar, em vez de ter assumido certos compromissos deveria ter assumido estes.”

O presidente da câmara respondeu:

“Para que não subsistam dúvidas e estes dados estão mais do que atualizados. Dados de previsão económica em Espanha, em 2016, 3,2%. Se o crescimento em Portugal se mantiver numa franja de 0,9 a 1,1%, se multiplicarmos isto por 3 veremos se estamos muito longe dos números que eu disse que o crescimento em Espanha é 3 vezes superior ao crescimento em Portugal. É verdade que o crescimento do trimestre em Espanha é menor que o crescimento do trimestre em Portugal. Julgo que a análise, é o crescimento anual. Não consegui perceber a questão de Espanha, crescimento, governo, deve ser uma dificuldade de expressão, porque penso que não fui só eu que não percebi. O que tem a ver o crescimento em Espanha ou a solução de governo em Espanha com o crescimento em Portugal ou com o facto da “geringonça” sobreviver ou não? Os factos são estes, em Espanha com ou sem governo estável, porque o governo teve, o crescimento foi mais acelerado.

Não se preocupem com o facto de ser o Bloco de Esquerda a fazer as ditas denúncias. O Bloco de Esquerda não faz mais do que o eleito híbrido, do Partido



Sessão Ordinária 28-11-2016

Socialista em Molelos, leva a que seja feito. Numas circunstâncias, interessa-lhe que a leitura seja feita para dentro do PS, noutras é ele próprio que leva a informação ao Bloco de Esquerda, por isso é que digo híbrido politicamente. Se lerem o comunicado ou a pergunta feita pelo Bloco à assembleia da república, é o texto que o mesmo membro eleito na assembleia de freguesia de Molelos fez e passou para a comunicação social. A fonte está identificada. Não sei qual é a surpresa de alguns, porventura se sentirem diminuídos de o Bloco colocar uma questão. Não é nada de novo.

Questões de ambiente, para sermos claros, também para quem tem a memória com alguma dificuldade, tenho a responsabilidade do pelouro do ambiente desde 2005, mas não deixei de ter responsabilidades públicas naquilo que é o exercício das funções governativas da autarquia desde 2001. Agora, quando tenho responsabilidades, tenho-as. Não finjo de conta que não sei ou que não me interessa saber as coisas. Os dados são estes. Efetivamente, desde 2008 a 2013 foi o período onde vigorou o anterior Quadro Comunitário de Apoio, foi o período onde vigorou o Quadro Comunitário do POVT. Nesse período foram feitas as candidaturas que aquele quadro que há pouco vos trouxe representa. Nesse período, foram construídas as ETAR's que ali estão referenciadas. Além dessas acrescentei que nesse período foi construída a ETAR da ZIM de Tondela, que não foi financiada pelo POVT, mas financiada pelo Programa Operacional Mais Centro. Comparar em que hoje estamos, em 2016, a cobertura de tratamento com o que existia em 2007, é muito diferente. E comparar 2007 com 1995 ou 1996/1997 também há-de ser diferente. Mal feito fora se não tivesse tido crescimento na cobertura, na qualidade, no nível de infraestruturação. Tive o cuidado de dizer, com toda a seriedade, que é uma ilusão pensarmos que uma cobertura de uma rede de saneamento é universal, porque ela não vive de forma intemporal, ou porque há transformações na própria estrutura urbana, é um novo empreendimento que surge, é uma nova urbanização que se faz e isso resulta em situações que não são previsíveis. Faltam referir a Quinta da Ínsua, que só tem um problema quando surge um empreendimento cuja infraestrutura foi feita pelo loteador, tendo sido depois entregue ao domínio público. Volto a dizer e repetir há casos que não funcionam bem, em todos os sítios. O anterior governo abriu um convite dirigido a um conjunto significativo de municípios, devido ao problema ambiental que tinham, para se poderem candidatarem a obras, porque o Estado Português estava a

Alcunha
João
Ades



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

receber penalizações de incumprimento de Bruxelas por não terem nenhum tratamento na sua rede.

Todas as 48 ETAR's ou sistemas de tratamento, algumas não as posso chamar de ETAR, não estão a funcionar em pleno. Tive o cuidado de o dizer. Claro que somos auditados. Se forem á página da ERSAR, que tem o grau de transparência elevado na área de água residual e doméstica, na ficha do município está lá toda a caracterização. Se respondeu ou não, o que funciona bem e mal, quais são as que tem licença de descargas para o domínio hídrico. Como sabem o município também tem que se licenciar como qualquer privado para no final do tratamento fazer a descarga em sede de domínio hídrico. A licença concedida pela APA só é concedida quando o resultado das análises daquele afluente de descarga satisfaz os parâmetros a que estamos obrigados. Pode-se ter uma ETAR com licença há uns anos e hoje já não ter licença válida, porque as licenças são renovadas perante a demonstração das análises obrigatórias.

Como disse o senhor Arménio podemos ter uma ou outra coisa a funcionar menos bem, mas o que é que existiria se essa infraestrutura não estivesse lá? Em vez de ter uma coisa a funcionar menos bem, teríamos vários focos individuais de poluição. Há problemas, temos de os resolver. Não é acreditar que se tudo estivesse sem sistemas de tratamento ou se eles estiverem escondidos que as coisas estão melhor. Estamos a fazer muito esforço para tantas ETAR's, que foram construídas nos últimos tempos possam estar em pleno funcionamento, que implicam decisões de gestão de recursos humanos. O município tem os mesmos 4 funcionários que estão afetos a sistemas de elevatórias e de ETAR's que tinha há 10 anos. Tendo mais que duplicado o número de estruturas desta natureza. Algumas no passado bastava o funcionário passar lá periodicamente. Hoje, o grau de complexidade que alguns equipamentos têm exige um grau de permanência que não é compatível com o número de funcionários que se têm afetos a estas estruturas. No caso da ETAR da Zona Industrial, que pela primeira vez, tem tratamento físico-químico obrigaria a um regime de permanência diário. Tudo isto, implica estratégias de opções de pessoal que temos de fazer ou de contratação de serviços em regime de outsourcing para dar essa assistência.

A ETAR da ZIM da Adiça e a ETAR de Tondela foram duas obras lançadas em concurso público, cujo critério de adjudicação era o preço mais baixo. A empresa que

*Cláudio
Bom
Carlos*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Cláudio José Carlos

ganhou ambas as obras, chama-se Orbissource, nunca tinha trabalhado para o município de Tondela, no decorrer dos trabalhos em particular na da ZIM, cedo se percebeu que iríamos ter algumas matérias de confronto técnico e de gestão de obra. Isso foi matéria que foi aumentando o contencioso entre as duas partes. Foi dos primeiros casos, onde a câmara aplicou multas contratuais ao empreiteiro, por incumprimento de prazos. Estava prevista um prazo de seis meses, em que teria após a execução da obra, ocorreu a assistência técnica, onde aí era desejável que os procedimentos técnicos fossem transmitidos para se criar uma cultura de gestão daquelas unidades. A empresa entrou em processo de incumprimento e não houve solução que não fosse retirar do caderno de encargos este período de assistência. Na ETAR da Adiça, o equipamento está, mas a otimização não está feita e não nos restou outra forma que fosse contratar um serviço externo, com a empresa Estrátagua, que fizesse uma auditoria de otimização daquele sistema. Esperemos que nas próximas 4 semanas esteja feita essa auditoria, para se perceber que tipo de solução funcional pode e deve ser desenvolvida para otimizar o seu funcionamento.

Há matéria que me custa acreditar que alguém pense que é por inoperância, desleixo ou falta de investimento que não se faz algum tipo de intervenção. Essa auditoria tem custos e estamos a assumi-lo, mas não é porque agora surgiu uma notícia numa rede social e que por isso assumimos a responsabilidade ambiental. Temos essa noção há muito, temos é de resolver os problemas, como aconteceu no Caramulo. A empresa que estava a fazer a rede de saneamento e de água, abandonou a obra. Temos de seguida de encontrar soluções. No caso da ZIM de Tondela, a situação é demasiado importante para se brincar, porque há um conjunto significativo de empresas que precisam da licença de funcionamento desta ETAR, para poderem descarregar nos coletores municipais as suas próprias águas residuais. Tenham algum cuidado com a forma como colocamos as questões e as implicações económicas que podem ter no concelho.

Em relação a Molelos, o problema está identificado há muito. O problema não tem a ver com a elevatória do Botulho, esse é um problema pontual, em que a bomba avariou. A elevatória não é um problema, a ETAR é um problema.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Tive o cuidado de explicar, há pouco, o que presidiu à forma como nós construímos as candidaturas que agora fizemos a fundos comunitários. Não é de toda verdade a razão aqui dita, o governo que negociou o acordo de parceria “Portugal 2020” foi o XIX governo constitucional. Quem colocou cá fora esse concurso foi o XXI governo constitucional. Neste modelo de concurso não são ilegíveis obras de requalificação de ETAR’s a não ser que seja para ampliação de rede. Tive o cuidado de explicar, porque é que em Caparrosinha vamos fazer uma ampliação da ETAR, porque vamos aumentar a rede de cobertura, vamos buscar a rede de Caparrosa e de Fial. Em Couço de Mouraz, temos condições de a colocar a funcionar e ir buscar Carvalhal de Mouraz e Mouraz. Na ZIM do Lajedo é uma ampliação de rede. No caso de Molelos, não conseguimos com este aviso de concurso e com as suas regras colocar esta ETAR como candidatável. Ninguém me ouviu dizer que não fazer a sua requalificação por questões de falta de dotação orçamental. Alguém me ouviu dizer que não se faz por razões financeiras ou por opções gestonárias por esta ou aquela obra? O que disse foi que estamos a trabalhar com duas empresas há vários meses para tentar otimizar o problema desta ETAR. A ETAR de Molelos tem um problema estrutural, em relação ao caudal que chega principalmente em situação de cheia.

Todas as demais situações tive o cuidado de as aqui dizer. Temos de admitir situações de futuro para preparar operações que são avultadas. É um erro pensar-se que na área do ambiental está tudo feito. Há muita infraestrutura feita. A prioridade está definida. Por a funcionar o que foi feito nos últimos tempos. A ETAR de Litrela nunca foi inaugurada., tal como nunca foi inaugurada a da ZIM de Tondela. É bom não estarmos a criar alarmismos que nada resolvem a não ser alimentar a especulação ou o interesse pontual que alguns possam ter.

Questões de combustível, em reunião de câmara disse, quando colocada essa questão, que desconhecia qualquer outro abastecimento das instituições que referiu ou de quaisquer outras que não sejam, desde 2011 ou 2012, CDT, para apoio a formação e Cooperativa Vários, para transporte de portadores de deficiência. Ambas protocoladas nesses anos. Mas também tive a frontalidade de perguntar nessa mesma reunião, se os senhores vereadores entendem que é demasiado extensivo esse apoio, se é despropositado e se deve ser cessado? Estou à espera de uma resposta. Agradeço que a



existirem fontes credíveis que apontem para viaturas dessas instituições aqui referidas, me sejam dados esses dados, porque gostaria de averiguar se algo se passa de que eu desconheça.

Sobre questões da reforma das freguesias, acho que estamos todos clarificados. Está mais do que percebido que o atual governo não tomará nenhuma decisão até às eleições autárquicas. A senhora chefe de gabinete do senhor secretário de Estado respondeu-me há pouco neste sentido: “Encarrega-me sua excelência o senhor Secretário das Autarquias Locais de acusar a receção do vosso ofício, bem como informar que o governo aguarda o relatório do grupo técnico, constituído pelo Despacho nº 7053A de 27 de maio, para a definição dos critérios para avaliação da organização do território das freguesias para dar comprimento no estabelecido no programa do XXI Governo Constitucional.” Portanto, o governo assume o seu programa do governo. Nós todos constamos, as 14 freguesias agregadas não têm nenhuma oposição à reversão, pelo que estamos entendidos.

Agradeço as referências do Dr. Felisberto, da Vera, do Ferreira em matérias da atividade da câmara. Acho que todos somos responsáveis pelos sucessos, que nunca serão da câmara ou do presidente da câmara, são sempre de todos os decisores e de todos os eleitores e acima de tudo daqueles que aqui assumem responsabilidades os órgãos políticos. Muito obrigado”

2.2 Análise, discussão e votação da Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dezassete

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Senhor presidente, senhores deputados.

Julgo que ficou bem claro nos documentos que vos foram enviados, em particular os que acompanham a fundamentação deste orçamento, quais são as grandes opções estratégicas e programáticas do município. Em primeiro lugar e julgo que isso é relevante tive o cuidado de dizer, e reafirmo aqui, na área do ambiente há um valor de investimento que rondam os três milhões de euros que estará muito condicionado por opções de aprovação da candidatura que temos no POSEUR. Nessa matéria há algumas obras que não estarão dependentes dessa estratégia, que é os casos de Fial/Caparrosinha

Carlos



Carlos
3
Carlos

e de Valverde. Para essas iremos apoiar-nos se necessário em opções de financiamento. Convém esclarecer o deputado Quim Santos que os quatro milhões que o município contraiu de empréstimo, metade desse montante é um empréstimo que serve de alavanca para acelerar execução de obras, enquanto não chegam os fundos comunitários. Aprove o Governo a candidatura ao POSEUR e, quer a obra do saneamento ao Caramulo, com novecentos mil euros, quer a obra ao Fial, quer a de Valverde, que representam 1,5 milhões de euros, permitiria amortizar o empréstimo para essas obras. Aprove o Governo a candidatura aos parques de acolhimento empresarial, nomeadamente, o parque empresarial de Tondela, daqui serão restituídos um milhão e meio. Não é correto jogar com os números e dizer que são mais quatro milhões numa dívida, o que não é verdade nesse contexto. É verdade neste momento, mas há uma intenção objetiva e expliquei isso várias vezes. É, um ato de gestão acelerar o grau de execução de alguns investimentos, enquanto não são aprovados os apoios comunitários recorrendo a uma operação de empréstimo, que aproveito para dizer, tem uma taxa de juro de 1,09, como sabem. Também posso dizer que por efeitos de boa gestão e liquidez tomámos uma opção com os serviços económicos de fazer uma aplicação financeira de dois milhões durante noventa dias e a taxa de juro obtida é de 1,30. Quer dizer que o grau de confiança gerado pelo município leva a que a aplicação num depósito a uma taxa superior àquela que estamos a pagar por uma operação de empréstimo. Acho que isto diz tudo sobre o grau de confiança e a solidez robusta das contas do município.

Queria dizer, que na área do ambiente temos um vetor estratégico bem definido, como nas áreas de acolhimento empresarial. Lançaremos a 2ª fase da zona industrial do Lajedo. A primeira fase foi a terraplanagem do grande lote de cento e quinze mil metros quadrados. A segunda será a constituição de dois lotes, com um total de cinquenta mil metros quadrados, infraestruturas que serviram esses lotes e uma intervenção total no arruamento que liga a EN 628 até à rotunda do Lajedo. Também na zona industrial de Tondela estamos em condições para colocar o concurso a decorrer. Na semana passada e na próxima avançamos com aquisições significativas de terrenos.

Em paralelo está o pilar da educação. Já tive o cuidado de referir o investimento em sede de políticas sociais, e também em transportes escolares. E é sabido que até 2018 as concessões atuais estarão revistas. O município ou a CIM poderão ser a



entidade gestora de transportes públicos. Mas quer em transportes escolares, quer em matérias relacionadas com áreas sociais na educação, temos um investimento superior a um milhão e cem mil euros.

Sobre matérias de equilíbrio corrente, temos uma margem de três milhões trezentos e cinquenta em sede de normas de execução orçamental, isto é, se às nossas receitas correntes retirarmos as despesas correntes e as amortizações de empréstimo. Julgo que é bem expressivo que tenhamos este número presente, porque esta margem poderia ser pesada em opções contabilísticas de despesas correntes e tem aqui um peso muito forte em matéria orçamental e de distribuição orçamental.

De forma geral, penso que as questões estão bem detalhadas. Como o deputado Quim Santos referiu foram ouvidos os partidos com acento na assembleia municipal e que não têm funções executivas. Julgo que a todos foi bem detalhado e preciso os termos em que este orçamento foi elaborado. Para além das demais receitas com esta antecipação de investimento e com as estratégias que estão associadas ao PEDU e à área de acolhimento empresarial, o orçamento estima-se em 30,5 milhões de euros, o que nos leva a querer ser um número muito sólido numa política de transparência orçamental e acima de tudo de grande solidez técnica na forma como o documento está elaborado. Muito obrigado.”

O membro Sérgio Rodrigues interveio. (anexo 9)

Seguidamente, o membro Joaquim Santos tomou da palavra:

“Tenho aqui algumas questões antes da minha intervenção final sobre a posição do PS para este orçamento.

Penso que já houve uma redução, tal como foi dito na reunião que mantivemos, nas PPP's. Penso que já está refletida. Mas o que é certo é que olhando para o futuro, vemos que temos ainda dezasseis milhões para pagar.

O valor dos acordos com a freguesias, penso que é um valor semelhante ou um pouco maior que no ano passado. Também já foi objeto de uma conversa que tivemos, devem ser revistos alguns critérios para atribuição de verbas, sobretudo no que se refere



à manutenção de parques e arruamentos. Numa reunião que tenha com os senhores presidentes de junta, espero que tenha isso em conta.

Falou-se nas atividades da câmara na segunda sala de audiências do Tribunal. Isso não passa de uma intenção, porque para 2017 apenas está a rubrica aberta, pelo que será uma obra a efetuar mais à frente, embora estejam previstos 225 mil euros a definir.

Existe outra verba reforçada e com agrado, que é as transferências para os centros de animação local. Acho que no ano passado foram 28 mil euros, posso dizer-lhe que na minha União de Freguesias até hoje suportamos todas as despesas. Mas, certamente que a câmara vai honrar os seus compromissos. Quero perguntar-lhe que agora que estão quatro a funcionar, se entende ou não se deve haver uma discriminação positiva acerca do funcionamento desses centros?

Vemos uma verba, tal como tem acontecido em anos anteriores, que é os protocolos e transferências para os clubes desportivos, onde temos 246 mil euros. Se estiver enganado, corrija-me por favor, mas destes 246 mil euros suponho que 200 mil são para o clube desportivo de Tondela, para as camadas jovens. Por isso não entendo e acerca da pergunta relacionada com o gasóleo, também estaria interessado em discutir os setecentos litros para a Vários, não sei se a Vários merce mais ou menos. Agora, o clube desportivo de Tondela que já leva grande parte das transferências para clubes desportivos, levar ainda mais mil euros em gasóleo por ano. Não concordo, porque acho que mais do que suficiente e nem sequer acredito que esse gasóleo se gaste no apoio às camadas jovens, a não ser que me provem e admito que até posso estar errado. Só queria que me esclarecessem qual é a verba para o Clube Desportivo de Tondela, porque começa a ser algo mais dispendioso que a pior das Parcerias Público Privadas e oxalá que o Tondela dure por muitos anos.

Vem a verba de um milhão e seiscentos mil euros que vai ser reduzida através de protocolo, mas que discutiremos na altura.

Vem outra verba para reabilitação de piscinas nas transferências para as freguesias de 100 100€, embora definidos só 100€. Esta obra não é para nenhuma piscina coberta pelas PPP? Porque se é uma PPP, a manutenção do estado de

Carlos



funcionamento compete ao proprietário e não ao inquilino, por isso é que pagamos rendas.

Deixarei para outra intervenção, a apreciação sobre o orçamento. Muito obrigado.”

De seguida, interveio o membro António Dinis:

“Começaria por um ponto, que há pouco o senhor Firmino me chamou à atenção, em relação à convocação dos presidentes de juntas para as reuniões com a câmara. Se essas reuniões derivaram de iniciativas das juntas ou se foi a câmara que solicitou essas reuniões? Que depreendo que tenha sido para discutir as GOP's para 2017.

Fico satisfeito com o investimento que temos para o concelho. Ficamos satisfeitos quando verificamos que muitos dos anseios são salvaguardados, com este orçamento. No entanto, temos algumas notas. A primeira tem a ver com um aspeto positivo, houve um reforço efetivo das transferências correntes e de capital do FEF, num total de cerca de 642 000€. Houve um reforço da administração central para os municípios, dos montantes financeiros. Fico contente por haver mais dinheiro para os nossos municípios. Desta forma, a minha questão coloca-se com a taxa de variação da verba arrecadada do IRS nos municípios, que é da nossa dependência. O CDS defendeu em campanha eleitoral e fomos eleitos com esse compromisso de quem nos elegeu, portanto vamos voltar a manter a mesma reivindicação. Achamos que há condições objetivas para que se liberte alguns recursos. Já não é de agora, tem sido recorrente. Voltamos a fazê-lo, tanto mais que agora temos mais dinheiro do governo e faz algum sentido que fosse repensado.

Verificamos que as grandes variações no capítulo X, são fundamentalmente verbas do FEDER. Houve um adicional significativo em relação ao ano anterior, 3,6 milhões de euros, razão pela qual este orçamento ultrapassa os trinta milhões euros. Se adicionarmos os 3,4 milhões de empréstimos, que estão aqui reportados em orçamento, justifica a passagem dos 24,7 milhões de 2016 para os 30,5 milhões em 2017.

Irei mais adiante questionar sobre as receitas arrecadas pelos resíduos sólidos urbanos, porque da informação que eu percebi na última assembleia, o senhor presidente

*Cláudio
Dinis
Carlos*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

da câmara disse que dos cerca de 800 000€, que era o custo que tínhamos que pagar, cerca de 60% dos encargos eram suportados pelas receitas oriundas do RSU e do saneamento. Depois vou querer saber mais valor disto e vou fazer aqui umas contas convosco, quando chegarmos a esse ponto.

Vejo um valor que subiu 11%, estudos pareceres e projetos de consultadoria, para cerca de 600 000€. Verifico que em termos de juros vamos pagar pouco, porque vamos começar a pagar em 2018. Já alertei para isso quando aprovamos, por isso não me surpreende que só tínhamos cá 47 000€.

Na despesa, diz aqui 010207010413 – outros, três milhões de euros. A que é que isto se reporta? De que trata esta despesa? Não está identificada pelo que não consegui acompanhar onde poderia estar esse montante.

Em relação ao CDT, verifico que dos 1,650 milhões de euros passou com o aditamento para 1 200 mil. Deve ser ajustado o orçamento com aquilo que vem a retificação com a adenda ao protocolo, para que os documentos coincidam uns com os outros.

Em relação à requalificação do centro de coordenação de transporte, temos uma verba para 2017 e 2018 de quase meio milhão de euros. Pergunto o que é que um equipamento relativamente novo para necessitar desta intervenção?

Em relação à Ficton de 2017, estão encargos de 250 mil euros. Quantos dias de Ficton? Porque fazendo as contas daquilo que o senhor presidente, e vai ser retificado nesta ata, dos 220 mil que foi supostamente o encargo de 2016, ver-se 250 mil, é para quantos dias?

Em relação às termas, tenho aqui um total de encargos de 261 mil euros, dos quais 160 mil para fornecimento de serviços e as receitas estimadas 150 mil. Estamos a falar de um deficit de exploração de 111 mil euros. Não é para pedir nenhuma explicação. Compreendo os valores, sei ler o que cá está, é só para dar essa nota que infelizmente continuamos com deficit de receita.

Finalmente, fiz o levantamento daquilo que era o investimento nas freguesias, verifico algumas coisas que merecem a nossa reflexão. Verifico oito freguesias com

*Alcides
F. S.
Caldas*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

grande investimento. Guardão tem quase dois milhões de euros. Está de parabéns o senhor presidente da junta, porque tem dois milhões de euros de investimento, pelo menos está no orçamento. Algumas freguesias com valores mais curtos e seis freguesias que não estão referenciadas com investimento no seu território. Lajeosa é uma delas, por isso trago uma questão em relação a uma situação que sei o senhor presidente da junta tem reportado ao senhor presidente da câmara, porque está cá uma verba para o cemitério de Tondela e não está uma verba para a Lajeosa, tanto mais que está em perigo a queda eventual de um dos muros de suporte do cemitério. É necessária uma intervenção rápida e urgente. Gostaria que o senhor presidente nos dissesse se é intenção vir ou não a fazer algum investimento na freguesia de Lajeosa e neste caso em particular, porque está a perigar. Assinalar que a freguesia da Lajeosa é uma dessas seis freguesias que não tem investimento, mas naturalmente que cada um falará por si.

O nosso sentido de voto, será a abstenção, pelas razões que já enunciei, em particular vindo mais valores em transferências do governo, acho que poderia haver uma margem maior para a redução da variável do IRS.”

O presidente da câmara respondeu:

“Deputado Quim Santos, já não são os 16 milhões das PPP, hoje representam 14,761 milhões. O problema dos encargos futuros e presentes das Parcerias em todo o País, não é um problema menor, tanto mais se tivermos presente as novas regras de execução e de normalização contabilística em autarquias, podem mais cedo do que alguns podem pensar ter de ser refletido em orçamento municipal os encargos futuros, que neste momento estão sob a figura de renda, donde pesam tão só os encargos do ano. Mas sempre que quisermos fazer a projeção futura de tais impactos. Se não for excecionado para efeitos de limite de endividamento, deve haver uma preocupação futura. O valor que está previsto para o ano de 2017 e seguintes, como já referi são de 14,761 milhões. Segunda questão, prende-se com o efetivo valor das rendas a pagar em 2017 pela Parceria Pública Privada. Ela ainda será objeto de aditamento aos contratos existentes, no sentido de diminuir o valor em cerca de 150 mil euros/ano. Nesse cenário, o município assegurará a manutenção e gestão corrente desses bens. O que está refletido no orçamento acerca das piscinas, nada tem a ver com isto. Em sede de eficiência energética, a CIMVDL entendeu que os projetos de eficiência que se pudessem vir a

Assinatura
Assinatura
Assinatura



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

realizar, em todos os municípios, poderiam ocorrer na gestão de eficiência energética nas piscinas. Se existir essa obra, seja ela em Campo de Besteiros ou em Tondela, é no quadro da eficiência energética e não de reparação ou manutenção de edifício. Em todo o caso, a rubrica a que se refere, reporta-se à possibilidade de o município acolher na figura de protocolo, a possibilidade de financiar obras que permitam reabilitar as duas piscinas exteriores existentes no concelho, propriedades de freguesias, através de competentes projetos que estão em curso. Não é de estranhar que haja custos em projetos, estudos e assessorias, alias esse valor, não tenho dúvidas, ainda será revisto em alta, porque são vários os projetos que estão em causa. Só para se ter noção, o projeto da ARU de Tondela, da ARU do Caramulo e do plano de pormenor da ZIM de Tondela poderá custar entre 70 a 80 mil euros.

A segunda sala de audiências tem valor estimado. Assinámos um protocolo para apoiar a elaboração de projeto. Só após o final desse projeto é que saberemos a obra e o seu valor. Mas, como em Plano e Orçamento deve refletir as linhas estratégicas estruturais, ninguém compreenderia que na sua elaboração não estivesse refletido este investimento. Assim que seja conhecido o valor passa de” a definir” para “definido”.

O CDT tem, há vários anos, um apoio anual de 150 mil euros. Quando o orçamento é elaborado estamos em outubro a projetar o ano seguinte e naturalmente os compromissos do ano anterior que não estejam saldados. O valor do apoio referido em combustível, que teve a sua origem em 2011 ou 2012, aponta para apoio à formação. Em particular o facto das equipas de formação do CDT estarem todas em campeonatos nacionais, donde o grau de deslocação é significativo. O valor de transportes afetos não é doze meses, é de dez meses, o que feitas as contas a 1,15€/litro, estamos a discutir entre nove mil e dez mil euros e não os quinze mil referidos.

Sobre as questões de apoios às freguesias, mapas e parques verdes, naturalmente que num Plano e Orçamento inclui-se uma verba que vai ser depois ajustada com a aferição desses mapas.

Questões que o deputado Dinis colocou, como compreenderão não tenho aqui nenhum atestado que ateste alguma impossibilidade dos membros eleitos da junta de freguesia de Lajeosa do Dão em colocarem alguma questão, como sempre fizeram. Era o que faltava que houvesse um intermediário ou um mediador para essa solução. A

*Alcides
Dinis
Cados*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

minha relação política e institucional com o senhor presidente da junta e com a junta de freguesia é feita com os próprios e não através de terceiros. Por respeito aos eleitos não irei perder tempo com essa questão. Em todo o caso, sobre as demais questões, há uma diferença entre juros e amortizações. Em 2016 e 2017, pagaremos juros. Não pagaremos é amortização. Os juros estão cá. Na página doze a referência feita, deste projeto que tem 3,661 milhões, nas questões em concreto é uma questão de percorrer e cruzar a classificação orçamental com o Plano que está previsto em sede de PPI, prendem-se com as zonas municipais industriais. Consultado o PPI e cruzando muito facilmente um código com outro chega-se lá facilmente.

Ainda a propósito de subsídios a clubes e associações, o CAM tem 40 mil euros. Sobre as demais questões, “Ficton quantos dias?”, não sei. Mas ninguém estranhará e a fazer fé naquilo que foi a premonição do deputado Dinis, não é menos do que de janeiro a setembro. Ironizando, diria que há-de demorar esse período todo de campanha.

Não houve nenhuma reunião com freguesias sobre matérias orçamentais. O senhor presidente da câmara reuniu sempre com as freguesias que o solicitem e avalia as questões de cada. Sendo verdade, que há cemitérios que são municipais e há cemitérios que são das freguesias. A minha relação política com a freguesia de Lajeosa do Dão é à prova de bala nessa matéria. Sobre demais investimentos, o que está aqui previsto para nós corresponde a objetivos estratégicos que estão acordados com as diferentes freguesias e todos sabem o que é que podem contar, o que é que desejavam, mas também com o que é viável.

O professor Sérgio fez um conjunto de referências sobre vários domínios, que agradeço. Sobre matérias de RSU e políticas ambientais convém acrescentar que a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão apresentou uma candidatura ao POSEUR, a de mais elevado valor de todo o país e é aquela que está aprovada. Essa candidatura implicará um montante próximo de 18 milhões e implica aquisição de novas viaturas para recolha seletiva, a duplicação da estrutura atualmente existente. Implica um conjunto muito significativo de contentores de 800 litros e ilhas de recolha seletiva (ecopontos) em número muito significativo. Cada município terá de entrar com os 15% do seu montante, para que não se esteja a gerar dívidas à conta do não financiamento da componente pública. Também está previsto, um valor considerável

*Cláudio
F. S.
Baldes*



Sessão Ordinária 28-11-2016

para campanha de informação e de educação, para que as pessoas optem pela recolha seletiva. Não me canso de alertar e de dizer que até 2020 todos os centros de tratamentos de resíduos sólidos urbanos têm de diminuir de forma drástica, o volume de deposição em célula de aterro. No nosso caso, seja através da valorização da central de valorização orgânica, seja principalmente através da potenciação da triagem e valorizar a triagem de recolha seletiva. Mas, não deixo de alertar, o que até agora era a valorização da recolha seletiva em sede de Sociedade Ponto Verde e por questões gestionárias está num impasse. O impacto financeiro que está a ter este ano no Planalto Beirão pode aproximar-se de um milhão de euros. Esse cofinanciamento que existia para essa recolha e valorização está parado.

Sobre os CAL, Centros de Animação Local, está previsto um valor global. O sentimento de mérito é de vários. A nossa convicção é que o mérito de uns seja o estímulo para que outros atinjam esse patamar. Estou convicto que o trabalho agora desenvolvido irá ajudar nesse propósito. Em todo o caso, está previsto ainda para este ano civil, um reforço para o CAL de Sabugosa e para o CAL de Mosteiro de Fráguas.

Os critérios de justiça, como já perceberam são critérios que eu valorizo muito.

Sobre o deficit de exploração das Termas, não há dúvidas. A nossa preocupação é baixar esse deficit de exploração comparativamente a outros anos.”

O membro António Dinis voltou ao debate:

“Senhor presidente da câmara está a fazer aqui alguma confusão, tenho essa responsabilidade de trazer aqui aquilo que são as manifestações, das preocupações, das ansiedades, dos desafios dos munícipes que me elegeram, também. Não venho, aqui, com recados de ninguém. Venho, aqui, transmitir a preocupação de um presidente de junta e que quis aqui ver respondida. E digo, senhor presidente da câmara, que simplesmente não respondeu.

Respondendo, não respondendo, não explicou, porque é que tem meio milhão de euros para fazer a requalificação do centro de coordenação de transportes. Ouviu, certamente, a pergunta, mas não respondeu. Não ouvi? Mas fi-la, mas certamente não tomou a devida atenção. Em relação á Ficton fez a brincadeira, mas não disse quantos dias eram. Acho que todos merecemos o respeito das respostas. Estamos aqui todos

Carlos



Sessão Ordinária 28-11-2016

eleitos. Se colocamos questões, o mínimo é vê-las respondidas. Mesma questão que vai colocando em relação aos valores de deficit de exploração, dir-lhe-ia, na ata está referenciado o “bate boca” que tivemos os dois sobre os valores, em que o senhor presidente da câmara disse que era um valor de 2014/2015 e eu corriji-o imediatamente, porque tinha o somatório, assim como agora faz essas brincadeiras. Tenho respeito pelos órgãos institucionais e acho que merecemos todos, porque somos todos eleitos. Se veio na conversa inicial, quando fez a primeira intervenção, vou ter de a ouvir certamente com mais atenção a gravação, com a grande defesa dos eleitos, eu também fui eleito. Estou aqui para defender o que foi a preocupação manifestada pelo senhor presidente da junta em relação a uma situação que é grave. O muro pode cair e, portanto, tenho de trazer aqui a esta assembleia. Não estou quartado só porque é uma freguesia do CDS, fosse qual fosse o partido. Assim, como disse que havia seis freguesias que não tinham investimentos, uma delas é do CDS. Cada um que faça a análise que entender. Fiz essa análise, fiz o trabalho de casa, fiz o somatório dos montantes de investimento de cada uma das freguesias do nosso território. Fui eleito para defender e transmitir as preocupações das pessoas que me transmitem para eu o poder fazer aqui hoje.”

O membro Joaquim Santos tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Tivemos a oportunidade, antes da sua aprovação pelo órgão executivo, de ouvir uma explicação detalhada, feita pelo senhor Presidente da Câmara, sobre o Orçamento e GOP's para o Ano 2017, que não foge muito aos documentos que nos são presentes, mesmo nesta segunda versão aprovada no órgão executivo.

Quando da sua aprovação, a imprensa local teceu enormes elogios ao Orçamento, de cerca de 30 milhões de euros, quase 5 milhões mais que o ano anterior, como se tratasse de um milagre. É verdade que o Orçamento se aproxima desses valores e até pode vir a aumentar, mas convém esclarecer:

*Alta
Dra
Cados*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Carlos

1 - Um orçamento não passa disso mesmo e é fácil “engordar” algumas espetáveis receitas, comparando-as com o ano que finda, não as garantindo;

2 – A parte leonina do aumento do Orçamento de Receita, e em abono da verdade e da transparência, provém de um empréstimo de 4 milhões de euros, com recurso à banca, com conseqüente hipoteca do futuro, como se já não nos bastassem os encargos do “oásis”.

3 - Para abril de 2017, em Revisão Orçamental, será integrado o saldo de gerência de 2016 e mais umas abastadas centenas de milhares de euros, provenientes do Orçamento de Estado que concederá às autarquias, no próximo ano, o maior aumento de transferências dos últimos tempos, com a devida vénia à “geringonça”. -

Afinal, o que parecia, não é milagre!

Refeitos deste prodígio, tal oásis único que vivemos durante década e meia, nestas terras de Besteiros, a primeira reação seria não sabermos que fazer a tanto dinheiro.

Acordados e sem ressaca, vemos que, afinal, em vez de milagres, eram sonhos feitos de quase nada.

Repetimos, e nunca nos cansaremos de repetir, que este executivo está preso a uma pesada herança! Julgamos estarem esclarecidas todas as dúvidas, embora ainda subsistam resistências, não apenas fora, mas dentro da maioria desta assembleia, mas também dentro do executivo, que não aceita esta verdade. São, de certeza, os seus correligionários, senhor presidente, provavelmente, os que não são seus apoiantes, embora esse assunto não nos diga respeito.

Essa herança, agora espelhada nas contas, hipotecam o nosso futuro em 16 milhões de euros, números ditos por baixo; estes valores, legalmente e por enquanto, excluídos da capacidade de endividamento, mas que são reais, atirariam o Município de Tondela para o patamar de endividamento excessivo, com conseqüências desastrosas para todos nós!

E o pior de tudo é que, nem nós, nem a generalidade dos tondelenses, sabemos onde foram feitos investimentos que justificam este monstruoso encargo; e o senhor



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

sabe, senhor Presidente? Não serão todos, mas acredito que somos quase todos que gostaríamos de obter uma resposta!

Se o senhor Presidente não souber essa resposta, ou não a quiser dar, compreendemos, mas acreditamos que um dia, um qualquer dia, essa resposta nos será dada! Até lá, ficaremos mergulhados em muitas e justificadas dúvidas!

De regresso ao PPI, o que vemos?

De novo, recuando um ano, um plano de investimentos desequilibrado. Pode o senhor Presidente ter uma opinião diferente, naturalmente, mas aceite a nossa visão, pelo menos tão legítima quanto a sua.

Nós defendemos a coesão territorial, evitando a desertificação das nossas aldeias, das nossas freguesias; defendemos a igualdade de oportunidades de todos, independentemente das suas crenças, da sua raça ou da sua origem. O nosso concelho tem 26 freguesias, disse bem, 26 freguesias! No entanto, analisando estes documentos, o que vemos? Os serviços mínimos para a maioria delas, os cuidados especializados para o punhado das restantes.

As assimetrias continuam a acentuar-se no nosso território – sabemos que “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, mas há um tempo para tudo, até para reparar o passado.

A verdade é que este orçamento é (quase) mais do passado do que do presente, e não garante um futuro; um conjunto de intenções, para encher o livro, que transitam de ano para ano, à espera de melhores dias, fazendo lembrar as filas de adolescentes que querem encontrar o melhor lugar no concerto do seu ídolo. É assim nas obras do Caramulo, na zona Ribeirinha de Tondela, na estrada do Carvalhal da Mulher, nos emissários de águas residuais de Caparrosinha e por aí fora... para não falar no financiamento a definir neste rol de demasiadas intenções.

Depois, num concelho com tantas necessidades, tal casa onde não há pão, continuamos a fornecer financiamentos chorudos a eventos sem retorno – centenas de milhares de euros sempre para os mesmos festivais, para as mesmas fantasias e até para o futebol profissional. Sobre isto, falaremos no devido tempo.

*Cláudio
dos
Cados*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

*Cláudio
dos
Cados*

Há neste Orçamento, senhor Presidente, um motivo que nos regozija; certamente, e com razão, dirá que há muitos mais, mas compete-lhe a si enaltecê-los.

Consequência de uma iniciativa do Partido Socialista, na sessão de junho, o Canil Municipal de Tondela tem uma verba de 42 mil euros neste Orçamento. É pouco, mas é um começo; só esperamos que não permita que os animais sofram muito mais tempo à chuva, ao frio e à prisão.

Que fique claro que o PS não quer reclamar para si esta vitória – é uma vitória, em primeiro lugar, dos animais vítimas de abandono de gente sem escrúpulos, em segundo lugar, das pessoas que, diariamente, lidam com as vítimas e lhes dedicam o melhor de si, em terceiro lugar de todos os membros desta assembleia que manifestaram o seu apoio à nossa iniciativa e, por fim, a todos os jovens, todas as mulheres e todos os homens do nosso que querem um concelho exemplar na forma como trata os animais abandonados.

Senhor Presidente, senhores deputados,

Estamos, é certo, perante um orçamento refém de alguns devaneios do passado, mas que não justificam todos os pecados. Um orçamento condicionado por investimentos, embora importantes, mas provavelmente, desmesurados no tempo.

Entretanto, esqueceu as pessoas. Sem qualidade de vida, não há gente e sem gente não há investimentos que se justifiquem.

Connosco, as pessoas e as freguesias estão em primeiro!

Estes documentos são da inteira responsabilidade da VOSSA maioria;

Se o povo assim o quis, que seja respeitada a essa vontade.

O Partido socialista abster-se-á na sua votação.

Assembleia Municipal de Tondela, 28 de novembro do 2016

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Por lapso não ouvi as questões do PEDU.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Para não haver dúvidas, todos os eleitos têm os mesmos direitos. Chicana e politização, são coisas diferentes. A veste do defensor é uma veste que aqui não entra. Todas as freguesias têm investimento, no nosso concelho. Se tem sobre a figura de contrato programa, se tem sobre investimento direto da administração municipal, sobre projetos desenvolvidos e financiados pelo município, essa é a classificação que pode ser discutida orçamental, mas não material. Todas as freguesias têm investimento. Tem ido à reunião de câmara protocolos, em particular, com a freguesia de Lajeosa do Dão, seja para requalificação do parque da vila, que é propriedade da freguesia onde houve necessidade de instalar uma estrutura de apoio ao desenvolvimento do parque, quer seja na extensão dos Bombeiros da Secção de Lajeosa do Dão, como serão outros investimentos previstos, nomeadamente revestimentos de valetas e melhoria de acessibilidade. São investimentos. Jogo político à conta das freguesias, não. Até por uma razão, o partido que represento, independentemente de quem apresente como candidato à câmara, há-de ter um desafio interessante, que é aumentar o score das freguesias eleitas por esse partido. Não acredito que a inteligência não leve a antever que é um desafio objetivamente ter um melhor resultado e para ter um melhor resultado quando a fasquia já está tão elevada é dar o salto final. Por essa razão, não se preocupem com o investimento nessas freguesias, porque todas terão o seu grau de investimento.

Questão de PEDU, no caso concreto da central de camionagem. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que no dia 18 de dezembro terão a oportunidade de conhecer de forma mais profunda, incorpora três eixos principais. Um eixo é o da mobilidade, onde pode haver investimentos que tenham a ver com diminuição do carbono e para isto implica pedonalizar ruas, isto é: retirar carros. Todos compreenderão que em Tondela não é desejável estar a pedonalizar ruas atrás de ruas. Queremos que coabite o acesso ao comércio, aos mercados locais e, se possível que haja bolsas de estacionamento. Tem de existir mobilidade e não ruas exclusivamente pedonais. Portanto, nesta opção não tínhamos forma de financiar projetos. A segunda opção, dentro da mobilidade eleger um investimento envolvente à central de camionagem, que não é necessariamente uma nova central de camionagem. É criar uma plataforma de mobilidade para que a partir da central de camionagem se potencie ligações às zonas industriais, às áreas escolares, às frentes pedonais, quer seja à frente

Carlos
Arz
Carlos



ribeirinha, seja à Ecopista ou ao Parque Urbano. O que está em causa são investimentos em áreas de mobilidade que pode implicar alguma transformação ou algum ajustamento. Mas também é verdade que a central de camionagem carece de alguns investimentos já que a solução de cobertura em situações mais agrestes deixa entrar água em alguns pontos, ou no sistema elétrico. Se tiver que ter uma restauração e uma refuncionalização é bem-vinda. Também está previsto outro investimento na área da mobilidade que é o corredor clicável norte. O terceiro projeto, ainda dentro da mobilidade, tem a ver com o transporte a pedido, onde iremos promover um estudo pioneiro, seja no acesso à saúde ou à educação, que já foi adjudicado, que sai pela rubrica “Estudos, projetos e consultorias”, no caso concreto são cerca de 90 mil euros, com financiamento a 85%.

O período da Ficton não está definido, como já toda a gente percebeu isso, mas como da última vez que esta questão foi discutida “a farpa” era que estaríamos em período de campanha, pela mesma razão, a Ficton vai-se iniciar a partir de agora até setembro. Não percebo qual é a dúvida dessa interpretação.

O deputado Quim Santos diz que isto é um orçamento “para encher o livro”. Calma, isto é um livro que tem muitas páginas bem escritas, com índice, com uma história e que tem protagonistas. Os protagonistas principais são as pessoas. É que os chavões que se usam só têm sentido quando a eles têm colocado uma aderência à realidade. O investimento que se faz na área industrial é para quem? É para criar parques de diversão? Ou é para criar parques de localização empresarial que gerem emprego, que tragam pessoas, que façam promover e desenvolver o comércio, os serviços, a atividade económica, o bem-estar? Isto não é desenvolvimento? A primeira condição para se fixar é ter emprego, ninguém se fixa sem emprego. A segunda condição é ter níveis de qualidade na educação, na saúde e na cultura que levem a identificar um marco territorial deste território. Por essa razão, julgo que não há argumentos que tenham aderência para essa intervenção que fez. É precisamente para isso que queremos gerar emprego, gerar serviços qualificados, criar sentimento de identidade, de orgulho, de autoestima, de ligação ao território.

Também é dito que isto é um orçamento com um conjunto de custos para os mesmos festivais e fantasias. Registo que o Finta, o Judas, o Tom de Festa, o Caramulo Motor festival, a Rampa do Caramulo, as Confrarias, a Ficton, para v é tudo fantasia.

Cláudio
B. J.
Cados



Tudo está no orçamento e como não vi a discriminar eventos, tenho de ler pela universalidade. Não faço parte dessa fantasia. Julgo que todos nós temos muito que valorizar o que de importante do nosso tecido associativo, cultural, desportivo, faz para promover também aí a qualidade de vida. O conjunto de ações que estão apoiadas pelo município são um contributo para a qualidade de vida das pessoas. Muito obrigado”

Não havendo mais intervenções foram as Grandes opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2017 colocados à votação, tendo sido aprovados por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, António Dinis, Rita Rosa, António Almeida Dias e Manuel Veiga. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

O membro Carlos Viegas, por motivos pessoais ausentou-se da sessão.

2.3 Análise, discussão e votação da 5ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezasseis

O presidente da câmara interveio:

“Há pouco esqueci-me de um pormenor que o deputado Dinis tinha colocado, porque é que o CDT está 1,2 e estava 1,5. Porque quando o Plano e o Orçamento foi feito antes de 30 de outubro não estava essa situação contemplada, com a alteração orçamental há-de ser acomodado essa situação.

A necessidade desta revisão orçamental tem a ver com o ponto da eficiência energética, pois tínhamos previsto abrir o processo de consulta para a implementação do projeto de eficiência energética em 2017. Concluída que está uma auditoria energética, estamos em condições de desenvolver esse processo a partir de agora, como à frente abordarei no ponto próprio. Para podermos abrir agora, temos de prever a existência de



previsão orçamental, ainda que para anos seguintes “a definir”, mas que será ajustado no momento da sua cabimentação.

Esta revisão tem igualmente alguma acomodação de receita que em grande parte tem a ver com ajustamento de receita que provem de Parques Eólicos e retiramos meio milhão de empréstimo, em virtude de ter sido alterado a seu valor.”

Não havendo intervenções, a 5ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016 foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Manuel Veiga, Diamantino Costa, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

2.4 Análise, discussão e votação fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

2.5 Análise, discussão e votação fixação da Participação Variável no IRS



Não havendo intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos membros: António Dinis, António Almeida Dias e Firmino Melo. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

O membro António Dinis formulou declaração de voto:

“Só para ficar em ata, como já é conhecido nos vários orçamentos, abstivemo-nos, porque nos comprometemos com o nosso eleitorado algo diferente e acho que haveria condições para o fazer, por haver condições financeiras.”

2.6 Análise, discussão e votação fixação da Derrama

Não houve intervenções pelo que foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

2.7 Análise, discussão e votação fixação da taxa Municipal de Direitos de Passagem

O senhor presidente da câmara interveio:

“Consta da proposta de Orçamento de Estado que amanhã será votada uma alteração à metodologia sobre a cobrança das taxas municipais de direitos de passagem, prevendo-se que tal taxa passe para o operador. Como se elaborou esta proposta sem

Carlos
Carlos



que o Orçamento Geral do Estado esteja aprovado, mantemos esta proposta e esta filosofia, sendo verdade que se tal alteração se verificar traremos a devida adequação àquilo que seja aprovado para 2017.”

O membro Joaquim Santos interveio, apresentando a declaração de voto, que se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos anos anteriores, o Partido Socialista sempre considerou que esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem incidente sobre os consumidores é consequência da promiscuidade entre o poder político e os lobbies constituídos pelos operadores de telecomunicações.

Na sua génese, uma enorme irresponsabilidade do então presidente da Câmara Municipal de Viseu, enquanto presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses; a ganância de recolher nos cofres dos municípios umas míseras centenas de euros, fez recair sobre os consumidores mais uma taxa que deveria ser assumida pelos utilizadores dos solos públicos; mas a coragem de alguns é tão grande que, garantido o protagonismo, logo se esvaia.

O atual governo já decretou que esta taxa será assumida pelos operadores. Qual o efeito prático? Nenhum, obviamente!

Apenas não constará das nossas faturas, mas o valor estará lá. Melhor, já lá está e pagamo-la, pelo menos até final do ano, a dobrar, ou a triplicar...

Culpados? Sim, há culpados.

Primeiro, quem começou essa guerra e abandonou as tropas, para salvar a sua pele.

Segundo, os municípios que, gananciosos, julgando que lhes tinha saído a taluda na versão Ruas da lotaria, aceitaram cobrarem essas migalhas, retirando-as do bolso dos munícipes.

Terceiro, porque a ANACOM, entidade que deveria ser o fiel da balança das partes interessadas, faz parta de *lobbie* e não é tutelada. Funciona, em primeiro lugar, como um “troiano” ao serviço dos operadores, tal como aconteceu recentemente, ao



ficar muda e quieta na última atualização dos tarifários semelhantes dos 3 maiores operadores de telecomunicações, que já incorporaram, nos 7 ou 8% de aumento das tarifas, o valor desta taxa.

E tal como nos anos anteriores, está em causa, mais que o valor da taxa, o princípio da resistência à ganância que, diariamente, nos assalta.

Por isso, votamos contra.

Assembleia Municipal de Tondela, 28 de novembro de 2016

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista”

Foi aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Rita Rosa e Manuel Veiga. Absteve-se o membro Felisberto Figueiredo. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Jorge Marques, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, José Mendes e António Sérgio Almeida.

O membro Manuel Veiga efetuou a sua declaração de voto:

“Em termos de custos e como formulado em votações anteriores, deveria ser imputado às operadoras e não aos municípios.”

O membro Felisberto Figueiredo entregou a sua declaração de voto, anexo 10

2.8. Análise, discussão e votação da 1ª alteração ao PPPIT

O senhor presidente da câmara explicou que se tratava da 1ª alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial, resultante de alterações regulamentares ao regime de edificabilidade na ZIM, previsto no artigo 8º.

Não tendo havido mais intervenções foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera

Carlos Cunha
Felisberto Figueiredo
Carlos



Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

*Cláudio
Carlos*

2.9 Análise, discussão e votação do mapa de pessoal para 2017

O presidente da câmara explicitou:

“De acordo com o quadro legal tem de ser aprovado anualmente o mapa de pessoal para o ano seguinte. O nosso orçamento, como todos viram tem um volume salarial previsto para 2017 idêntico ao que está definido em 2016. Por essa razão, o mapa de pessoal que vos foi presente é um mapa de pessoal que tem um somatório igual ao de 2016. Se fosse diferente obrigaria, de acordo com as normas de execução orçamental, a projetar a massa salarial necessária para esse novo mapa de pessoal.

Importa esclarecer que, qualquer cargo dirigente numa câmara municipal, no nosso caso só existem chefes de divisão, tem que manter a carreira técnica como a carreira de origem. Dos lugares que aqui estão previstos, alguns são lugares da carreira técnica. Está, igualmente, refletido outros lugares que foram dispensados por interesse público, como é o caso dos oito colaboradores que estão nas Águas do Planalto, um na Adices. Na boa verdade, a câmara não é obrigada a manter estes lugares, por tempo indeterminado, no mapa de pessoal, pode ocupá-los nem que seja de forma transitória. Entendemos neste momento não o fazer.

A folga efetiva que este mapa de pessoal tem resume-se a: dez assistentes operacionais e seis técnicos superiores. Temos um deficit de recursos humanos em áreas operacionais o que nos leva a possibilidade de abrir concursos nos sectores ligados às vias, ao ambiente e à limpeza de edifícios. Na área dos técnicos superiores, o município tem carência objetiva de recursos na área do direito, é das poucas câmaras que não tem um jurista o que não quer dizer que não tenha de ter um gabinete avençado como todos têm. O mesmo se passa na área económica e como necessita de um engenheiro



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

eletrotécnico ou eletromecânico, que dê resposta e apoio à complexidade do conjunto de PT que o município têm, para os quais é obrigatório existir um relatório semestral, quer em sede dos equipamentos eletromecânicos das ETAR's.

A competência da assembleia municipal é aprovar o mapa de pessoal e as estruturas orgânicas de segundo grau. É competência do presidente da câmara propor à câmara a redefinição de todos os serviços abaixo das divisões. Trago aqui o mapa de pessoal e ao mesmo tempo uma proposta que foi à reunião de câmara onde se fundamenta e explica de que forma se irá desenvolver este procedimento. O município está dispensado de consultar o INA, para efeitos de recrutamento de trabalhadores. Não existem reservas de recrutamento no município. O município terá de dar prioridade a trabalhadores que tenham funções públicas por tempo indeterminado, só depois se poderá recorrer à contratação externa. De acordo com a Lei 35/2014 se pretendermos abrir a possibilidade a recrutamento externo, a assembleia tem de apreciar esta opção. Ora é isto que estamos aqui a dizer. A Câmara Municipal tem intenção de abrir um procedimento concursal para recrutar dez assistentes operacionais, três técnicos superiores, abrir a possibilidade de uma mobilidade entre serviços da administração pública para uma assessoria na área de candidaturas aos fundos comunitários, não ao Portugal 2020, mas a Bruxelas. Sei que haverá quem diga que a sete meses de eleições que o presidente da câmara está a abrir procedimentos para que conhecidos entrem para a câmara. Acho que todos perceberam que quem está nestas funções deve estar em primeiro lugar para fazer a gestão mais parcimoniosa daquilo que são as opções estratégicas para o município. Não posso responsabilizar a nossa organização por melhores serviços na área do ambiente sem ter recursos humanos. Temos os mesmo quatro operadores que tratam das estações elevatórias e das ETAR's que tínhamos há dez anos, enquanto que o parque desta natureza duplicou.

Quis que neste ponto a assembleia constate e aprove o mapa de pessoal. Tem o mesmo contingente de 2016, porque só este ano se aposentaram oito pessoas. Desde 2009, aposentaram-se cerca de sessenta pessoas. Estamos a ir a áreas técnicas. Poder-se-ia pensar em refuncionalizar alguns colaboradores, mas nestas áreas não me parece que se poderia ter ganhos objetivos. Muito obrigado”

O membro Joaquim Santos tomou da palavra:



Sessão Ordinária 28-11-2016

“Ouidas as explicações e os receios do senhor presidente, posso dizer-lhe que quem votar a favor nunca poderá vir depois levantar suspeições. Vou votar a favor e o que zelarei e estarei atento é que haja uma transparência na admissão dessas pessoas.

Há cerca de um ano apresentei uma proposta que foi reprovada pela maioria do PSD para que Tondela acabasse o contrato de prestação de serviços jurídicos que tem com o gabinete de advogados. Julgo estar neste momento com aquilo que se pretende fazer, com a admissão ou readmissão de um jurista, acho que o gabinete avançado se torna inútil e desnecessário. Também, toda a gente sabe que esse gabinete tem feito alguns pareceres com certeza eu que não percebo nada de direito tomaria melhor e o senhor presidente sabe disso, tanto é que quando é um assunto mais importante o município se assessoria a outros gabinetes, talvez mais experientes ou competentes. Estou inteiramente de acordo com isso. Mas, para receber uma avença mensal, sem fazer nada e quando se pede um parecer corrente do município, não há motivo nenhum para continuar com esse gabinete de advogados. Se isso não acontecer virei cá noutra oportunidade pedir explicações. Embora seja pouco, mas nesta perspetiva pode-se melhorar e poupar. Qualquer jurista que venha a ocupar esse lugar será tão competente como esse gabinete de advogados. Muito obrigado.”

O membro António Dinis interveio, de seguida:

“Do que eu depreendi e segundo o mapa são para abrir seis lugares técnicos superiores? Da Equipa multidisciplinar? É o que existe, ok essa era a minha dúvida. Sei que a estratégia tem sido a redução dos recursos humanos, temos elogiado pelo facto de termos conseguido controlar os encargos com o pessoal. Face à justificação dada pelo senhor presidente em relação às áreas que vão ser reforçadas, em particular nas questões do ambiente. Se viemos aqui demonstrar preocupações com o ambiente, justifica-se dar a anuência para esse reforço de equipas para que o que se está a passar naquilo que relatei não tenha justificação para uma intervenção direta. Iremos votar, naturalmente, favoravelmente a este mapa de pessoal, deixando a nota em relação à questão jurídica, que o Joaquim Santos já colocou, também acho que é importante. Temos dois lugares de juristas, é um lugar a abrir e outro é da pessoa que já está integrada na câmara? Não são dois novos a abrir, pois não?”

António Dinis
Dinis
Cados



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Isto são concursos públicos, pode vir gente de outros organismos. Falei muitas vezes das questões do Siadap, espero que as coisas estejam salvaguardadas. Por opções estratégicas da ponderação curricular para os nossos funcionários do município, para no caso de alguns deles querem concorrer não sejam penalizados. Penso que o objetivo do município seja o mesmo, que as pessoas do município que possam aceder a esses lugares de técnicos superiores o possam fazer, estarem em igualdade de circunstância. Se do ponto de vista de classificações, nomeadamente o Siadap, conta muito, recentemente tive um caso na Universidade do Minho que uma pessoa ficou penalizada, porque não teve avaliação do Siadap. Gostaria de salvar esta dimensão da avaliação, porque é obrigatório integrá-las naquilo que é a avaliação dos currículos e das classificações dos concursos. O reforço da equipa na área ambiental, de acordo. Manutenção de vias, de acordo.”

Continuaram os trabalhos, com a intervenção do membro Manuel Veiga:

“Só uma questão para clarificar, primeiro uma abertura de um concurso interno? Em simultâneo. Não virá depois colidir um concurso com o outro, em termos formais? Causa-me algumas dúvidas. Independentemente destas dúvidas concursais, cai por terra as perguntas que iria fazer, que número de vagas é que iriam colocar no concurso interno? Que número de vagas por concurso externo? Quando decorre um e quando decorre o outro? Na questão da mobilidade, parece-me bem e no início de carreira seria complicado abordar temas mais complexos, o que não quer dizer que não fosse uma boa opção. Era bom que se aumentassem as equipas. O custo com os recursos humanos vai-se manter. Era bom, quanto a mim, aumentar o pessoal, para que não se recorresse muitas vezes a Pocs, porque não são soluções para necessidades permanentes. Clarificado tudo isto, tomarei a minha posição.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“O município não pretende cessar a avença que tem com o gabinete jurídico. A avença custa cerca de 1 200€. Qualquer funcionário do município jurista não pode representar o município em matérias onde se tenha de fazer representar por advogado. O que está em causa é que questões recorrentes do dia a dia, seja na área de fiscalização, na de contratação pública ou do procedimento administrativo, os serviços necessitam ter uma assessoria interna na área jurídica. Não estou a pensar nas questões estratégicas de

Carlos
Am
Carlos



Sessão Ordinária 28-11-2016

consultadoria. Em alguns domínios deve-se ter mais do que um gabinete. No mapa de pessoal estão dois lugares para juristas. Temos um funcionário do município que está em comissão de serviço por exercer um cargo político, que terminado o cargo político terá o lugar aberto. Só abriremos um lugar. Não há nenhum funcionário no município que possa concorrer internamente como técnico superior para as vagas de juristas, finanças ou de eletromecânica. As questões de eventualmente um funcionário do município poder concorrer para ser opositor a estas vagas, não existe.

Ao mesmo tempo são abertos os dois procedimentos. Só é possível recorrer a pessoal externo se no âmbito daqueles que estão em emprego público sem vínculo não se esgotar. O concurso poderia ser feito em dois momentos. Primeiro abria-se para todos os funcionários, com vínculo de emprego público a tempo indeterminado, de seguida abria-se concurso externo para as vagas que ficariam por preencher. Se os trabalhadores que estejam a termo ou sem vínculo concorreram ao concurso externo, só se poderá recrutar pessoas no concurso externo se as vagas não tiverem sido preenchidas por trabalhadores em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Rita Rosa, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

2.10 Análise, discussão e votação Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões no tocante às atribuições e competências do Município de Tondela, enquanto autoridade de transporte competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais

O presidente da câmara explicitou:



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

*Cláudio
Dinis
Caldas*

“O XIX Governo constitucional acabou com as concessões duradouras que as empresas públicas de transportes tinham em Portugal. Com o término dessas concessões, os municípios têm de, até dia 1 de outubro de 2018, abrir procedimento para encontrar novo operador que venha satisfazer aquilo que o município vai identificar como a sua rede estratégica de transportes públicos.

Nos circuitos que são exclusivamente dentro do seu concelho, o município pode ser autoridade urbana de transporte. Por exemplo se existir um autocarro que faça Viseu – Tondela – Santa Comba Dão – Mortágua – Coimbra, nesse caso terão de ser as CIM’s onde estes concelhos estão representados, que vão gerir e coordenar, através de um plano supramunicipal.

Os municípios da CIM Viseu Dão Lafões acordaram entregar à CIM a elaboração de um estudo para os catorze municípios, porque existem matérias que convém articular entre municípios. Dando um exemplo, no caso no sistema ambulatório do Centro Hospitalar Tondela / Viseu as generalidades dos concelhos do perímetro de Viseu incluindo alguns da Guarda vêm fazer o ambulatório ao Hospital Cândido de Figueiredo. Neste momento temos uma rede que está a confluir para Viseu, mas não temos uma rede que venha para Tondela. O mesmo se passa no ensino politécnico ou nas áreas industriais. Isto deve levar a definir esta gestão de mobilidade. Estimamos que sejam necessários 77 autocarros para a rede de toda a CIM exceto parte de Viseu, que tem transportes urbanos. Com isto não quero dizer que também não se admita neste estudo, mobilidade urbana dentro de Tondela. O estudo não está fechado pelo que não me vou pronunciar sobre ele.

O que temos hoje em causa é um contrato interadministrativo para que o município delegue na CIM o estudo conjunto, mas não prescindimos que o estudo tenha vertidas as implicações financeiras. O estudo vai ser feito, mas tem de ter como base a racionalidade económica. Hoje em transportes escolares pagamos cerca de 700 mil por ano. Se com o mesmo valor ou se possível menor, se tenha um melhor serviço, é isso que vamos querer. Após as devidas decisões, cada um assumirá e pagará a sua parte correspondente.”

O membro António Dinis interveio:

“Esta questão como entronca com outras responsabilidades que temos na CIM, gostaria de deixar algumas questões. Gostaria de saber do ponto de vista de encargos



*Caetano
Bom
Caldas*

pagos pelas nossas populações, como é que esta situação se pode revelar? Porque custa-me muito que os acordos levados em Lisboa tenhamos todos que pagar. Quando penso que as populações, do nosso concelho, têm de pagar bastante para vir, por exemplo, de São João do Monte para Tondela, custa-me sempre esta situação, mas são os acordos feitos. Gostaria de saber se o senhor presidente da câmara tem alguma ideia da estimativa que poderá haver em poupanças para o erário público e para os futuros utentes desta rede partilhada. Irei levar igualmente esta preocupação à assembleia da CIM, porque não é agradável saber que em Lisboa fazem-se acordos, pagos por todos nós, e as nossas populações, principalmente as mais afastadas, terem encargos grandes para se deslocarem.”

Seguidamente, o membro Felisberto Figueiredo tomou da palavra:

“Gostaria de saber se este estudo que está a ser feito tendo em conta a rentabilidade das carreiras, porque hoje existe diminuição de carreiras atendendo que muitas pessoas andam à boleia. Também não sei se estas novas plataformas de mobilidade, como é o caso da Uber, são tidas em conta, porque não sabemos se no futuro poderá igualmente haver plataformas deste género que possa oferecer boleias. Quanto à mobilidade o grande problema do nosso concelho é a necessidade de percorrer distâncias e não haver disponibilidade de transportes como existe nas grandes cidades e que é pago por todos nós.”

O presidente da câmara respondeu:

“O objeto deste contrato está bem definido na primeira cláusula. Neste momento não estamos a analisar nenhum estudo, ou a assumir alguma obrigação, a definir nenhum valor. O objeto é qual é a rede que garante mobilidade? Que deve envolver não só os transportes escolares, porque atualmente quando há transportes escolares há carreiras públicas. O problema é quando não há rede escolar.

Temos também o problema do custo. Não há nenhum aluno hoje que esteja até ao ensino secundário, na sua área de residência, a pagar transporte escolar. São questões de qualidade de vida. O que é um facto é que não queremos uma rede que seja só escolar. Cada vez mais é necessário, uma rede que responda à necessidade da população mais envelhecida poder ter mobilidade em particular para as unidades de saúde. Isto vai ter de ser definido. Não quer dizer que tenha de ser com carreiras públicas. Poderão ter de existir viaturas de freguesias, IPSS, ou outras que sejam prestadores de serviços a



esta rede de mobilidade. O que está em causa, como diz, alínea f) é a “determinação e aprovação do regime dos tarifários a vigorar no âmbito do serviço público de transportes de passageiros”. Este estudo deverá dizer quais as redes, se são rentáveis, e as que não for, se as queremos financiar. Se as quisermos, teremos um custo. Aí é a tal tarifa do município para condicionar e baixar o preço social. É o que está em causa. O que virá, eventualmente daqui um ano, é esse estudo com todas as variáveis que aqui estará. Esse estudo determinará as obrigações de serviço público, qual o investimento na rede, qual é o financiamento que nós queremos fazer para garantir os transportes de passageiros. O que está aqui é tão só, delegar neste contrato à CIM a responsabilidade de contratar uma empresa, em que teremos de pagar a nossa parte. Neste momento, não sei quanto custa, quais são as redes, os circuitos, a tipologia de autocarros.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação a autorização de celebração de contrato de delegação de competências de autoridade de transportes na CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com o exposto na alínea k) do número 1 do artigo 25º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 10, do anexo à Lei 52/2015 de 9 de junho, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

2.11 Análise, discussão e votação da assunção de compromissos plurianais referente ao contrato de gestão de eficiência energética

O senhor presidente da câmara interveio:

“Abordei um pouco esta questão no orçamento e foi esta questão que nos levou a alterar uma página do orçamento. O que está aqui em causa uma questão muito clara. Há sete atrás, o município e muitos outros tomarão a opção de introduzir políticas que levassem á redução de custos em matérias de iluminação pública, houve dois modelos

Carlos
Dias
Carlos



*Carlos
F. Carlos*

de soluções. Alguns municípios cerca da meia noite até às horas que entendiam, cortaram a iluminação dentro dos municípios. Houve outros municípios que reduziram o número de luminárias existentes aplicando critérios e regras. No caso do concelho de Tondela foi definido um princípio que nunca foi atingido que era reduzir em 50% o número de luminárias que estavam ligadas. Para tal foram definidas regras e metodologia. Em primeiro lugar, no meio de pinhais, de acessos e arruamentos onde não há casas optou-se por desligar. Dentro das povoações, o princípio era uma ligada e outra desligada. Convém dizer que esse princípio nunca foi atingido. Temos cerca de 17 mil luminárias no município e hoje estão ligadas cerca de 11 mil. Esta operação ocorreu num tempo crítico, onde o IVA passou da taxa mínima para a máxima em sede de iluminação pública, matéria que era amplamente discutida em sede da Associação de Municípios Portugueses, não tendo conseguido ultrapassar nas negociações com o governo. Após isso, tem havido alguns ajustamentos. Ainda no ano passado foi dada a possibilidade aos senhores presidentes de junta de identificar caso a caso onde havia necessidade de ser corrigidas algumas decisões mal tomadas. Havia razões que justificavam alterações pontuais e que foram feitas. Sendo verdade que a EDP demorou um tempo significativo para resolver a religação de cerca de 400 lâmpadas, com o município a pagar cerca de 12,70€ por cada religação. Não ignoro que do ponto de vista de proteção e segurança, há zonas onde nunca mais se justificará voltar a religar lâmpadas. Mas há outros locais, por haver pessoas isoladas ou que vivem só, de noite sente algum desconforto por não ter uma lâmpada ligada. Razão pela qual há cerca de um ano e meio andamos á procura de soluções de sem ter mais custos garantir o melhor serviço. Hoje a iluminação pública ronda os 700 mil euros.

Depois de muito estudo, temos uma solução para aqui trazer e implementar. Não conseguiremos atingir este objetivo se não mudarmos a tecnologia da nossa iluminação. O custo pode ser alterado se em vez de uma lâmpada convencional, passarmos a ter uma lâmpada de LED, porque estas terão um consumo menor. Mas enquanto uma armadura de vapor de sódio e sua lâmpada custa à câmara cerca de 75€, uma luminária com lâmpada LED custará no mínimo o dobro. Estávamos perante uma solução complicada. Julgo termos encontrado uma solução racional, eficaz e mais económica, aplicado pela primeira vez e visado pelo Tribunal de Contas no município de Peniche.



*Cláudio
dos
Cados*

Nesta solução, continuaremos a ser clientes da EDP até 2020, em virtude de todos terem uma concessão com a EDP Distribuição, até essa data. Vamos proceder a um modelo de consulta a empresas certificadas, que estão no quadro da Direção Geral de Energia e Geologia para que essas empresas façam uma operação de eficiência energética, que será substituir a armadura, colocar a tecnologia LED e com as poupanças que este consumo vai dar, a empresa durante alguns anos pagará o seu investimento. A Câmara está a colocar outra condição, que é do lucro da poupança, pelo menos 20% tem de ser entregue ao município. Num cenário em que a substituição é de cerca de 12 mil lâmpadas essa poupança poderá rondar os 100 mil euros por ano. Julgo que este é o modelo inverso dos que deixam despesa para o futuro. Este deixa é receita para o futuro. Em 2020, o município de Tondela e todos os outros irão negociar com quem estiver no mercado a nova concessão junto da EDP. Na minha opinião, o município irá negociar em condição muito mais vantajosa, porque a EDP está obrigada, por força da concessão que tem, a fazer investimentos nos concelhos. Ora se em 2020, tiver todo o concelho com tecnologia LED, que investimento é que a EDP tem de fazer? Entendo que quem estiver nestas funções tem a obrigação de exigir uma melhor negociação, porque o seu grau de investimento é menor.

O que vem à assembleia municipal é uma autorização de despesa plurianual, porque a Lei dos compromissos, diz que a câmara municipal está autorizada a assumir compromissos plurianuais até 3 anos e desde que esses sejam inferiores a 100 mil euros. Como este se projeta até 12 anos, então está a assumir compromissos plurianuais. A câmara lançará um concurso através de convite às empresas que estão inscritas como certificadas na Direção Geral de Energia e Geologia e quem melhor proposta fizer é que vai ganhar. A assembleia é ouvida na medida em que este contrato irá gerar uma despesa plurianual superior a três anos.

Hoje mesmo, iniciou-se uma primeira fase de religação de luminárias. Pedimos a todos os presidentes de junta que identificasse, nesta fase, para que se efetive algumas situações. Nesta fase poderá acontecer haver tipos de lâmpadas diferentes na mesma localidade, mas esta situação será transitória. Ao mesmo tempo será desenvolvido o tal concurso que se vai prolongar, pelo que antes de março ou abril, sujeito a visto do Tribunal de Contas. Nos meses seguintes a generalidade do concelho ficará toda com



tecnologia LED. Admito que poderá excepcionar-se algumas iluminações, praça ou entrada de IP3. Julgo que esta estratégia é vantajosa, porque é mais económico, mais amigo do ambiente e uma melhor resposta.”

O membro Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente, já falámos sobre este assunto. Este assunto já foi aqui trazido por nós com uma certa discordância em relação àquilo que foi feito, porque achamos demais e não foi pela poupança energética que o município fez mais ou menos.

Ao todo as luminárias do concelho existem cerca de 17 mil, das quais 11 mil estão ligadas. Numa primeira fase vão ser ligadas umas centenas, pelo que já vão traduzir poupança. É à custa dessa poupança que serão devolvidos 20%. Qual é o momento em que o município começa a poupar 20%? (o senhor presidente da câmara respondeu que a partir do mês que conclua a instalação). Nesse caso, estamos a falar a partir de maio, até lá supostamente haverá aumento de consumo? Que pode não ser muito significativo. Todas as lâmpadas à exceção daquelas dos pinhais, etc, vão ser ligadas? É que entendi que só seriam aquelas que estavam desligadas, que para já numa primeira fase ser passadas a LED. Mais nem são todas numa primeira fase, mas depois são todas, as de vapor de sódio e de mercúrio? (o senhor presidente da câmara respondeu que sim, pois assim é que haveria poupança). Dado que a EDP pode dizer que tem contrato de fornecimento até 2020, embora acredite que a manutenção seja menor, a manutenção vai ser feita por quem? “

O presidente da câmara respondeu:

“O contrato de concessão obriga que até 2020 a EDP tenha de substituir lâmpadas fundidas, armaduras que estejam obsoletas. Neste quadro que vamos fazer, quem ganhar este projeto de eficiência energética tem de colocar ao serviço da EDP sempre que sejam necessárias luminárias ou estruturas para a substituição. A colocação é sempre da EDP. Como isto é equipamento homologado, a EDP não pode dizer que não vai colocar por não ser homologado. Este equipamento que vai ser colocado tem de ter no mínimo 14 anos de vida útil.”

Não havendo intervenções, a assunção de compromissos plurianuais referente ao contrato de gestão de eficiência energética foi colocada à votação, tendo sido aprovada

Carlos
Carlos



Sessão Ordinária 28-11-2016

por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

Carlos
JTS
Carlos

2.12 Análise, discussão e votação Contrato Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Não havendo intervenções, foi o contrato de delegação de competências foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

2.13 Análise, discussão e votação dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas de Freguesia do concelho

Não havendo intervenções, os contratos Interadministrativos de delegação de competências foram colocados à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos



Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

*Carlos
Dias
Carlos*

2.14 Análise, discussão e votação declaração de utilidade pública de parcela de terreno destinada à expansão da ZIM do Lajedo

O senhor presidente da câmara explicitou:

“Trata-se em concreto de um terreno que está nesta 2ª fase de expansão da ZIM do Lajedo, entre a zona da Labesfal no sentido esquerdo quem vai para Santiago de Besteiros, de forma a permitir a expansão da Fresenius até ao final deste ano. Este terreno aparece inscrito a favor de duas entidades. Naturalmente, não cabe ao município saber de quem é a legitimidade. Para tomar posse administrativa implica uma resolução da assembleia municipal. Teremos de fazer um depósito pelo valor definido pelo perito avaliador, à ordem do Tribunal, de acordo com a Lei das Expropriações. De seguida, o Tribunal terá de decidir a quem vai entregar o pagamento. O que se pretende deste modo, é a declaração de utilidade pública para permitir a expansão da zona industrial do Lajedo. Felizmente, nas várias negociações efetuadas para esta expansão, conseguimos chegar a acordo com todos, sem necessidade de recorrerem a expropriação. Este caso em concreto não tem a ver com dificuldade de negociação, mas sim por haver duas pessoas a dizer que são proprietárias daquele terreno.”

Por se considerar impedido, o membro Jorge Henriques retirou-se da sala, passando-se de seguida à votação da declaração de utilidade pública de uma parcela de terreno destinada à expansão da ZIM do Lajedo, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.



Cleu
Ar
Cados

2.15. Análise, discussão e votação de aditamento ao Contrato de Desenvolvimento Desportivo celebrado entre o Município de Tondela e o Clube Desportivo de Tondela

O senhor presidente da câmara interveio:

“O objetivo desta proposta está bem retratado nos documentos que vos foram enviados. Este ano, o município trouxe à assembleia municipal uma proposta de um modelo que se apoiava, num contrato de desenvolvimento desportivo. No âmbito do quadro legal, é competência do Tribunal de Contas articular/ouvir as partes interessadas, na salvaguarda da legitimidade que daí decorre e da jurisprudência de algumas temáticas que importa que os municípios conheçam. Temos mantido com o Tribunal de Contas uma relação estreita de trabalho, visando a boa interpretação de dúvidas suscitadas pelos senhores juízes conselheiros.

Na versão do contrato inicial estava previsto como contrapartida de interesse público a possibilidade de utilização das infraestruturas, nomeadamente o pavilhão, para fins desportivos, recreativos, sociais, educativos. Ora, como os contratos de desenvolvimento desportivo se baseiam na Lei 273/2009 e na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, que diz que não é possível os municípios financiarem clubes profissionais, exceto para investimentos nas suas infraestruturas desportivas, pode haver uma interpretação de que o resultado do investimento não é só para atividades desportivas, por estar previstas outras atividades sociais, recreativas ou outras, podendo enfraquecer o espírito do legislador quando disse que era para apoio à atividade desportiva. Deste modo, entendemos propor à câmara municipal, que aprovou por maioria de aprovação, e também trazer à assembleia municipal um aditamento onde, neste domínio as contrapartidas sejam exclusivamente de natureza desportiva.

O que estava em causa era garantir as condições mínimas para que o estádio fosse reconhecido pela Liga como tendo as condições para aí poder ocorrer a prática desportiva nas condições em que está em envolvido. Entendeu, o CDT, dono da obra não executar, removendo do contrato da empreitada, trabalhos associados ao revestimento exterior. Nestes termos o valor inicial da empreitada é menor. Por outro



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

lado, foi feito um estudo independente, para saber qual era o grau de esforço que o clube por si poderia fazer sem por em perigo a sua atividade desportiva, conclui-se que o montante de apoio do município, venha a atingir seja de 1 200 000€, menos 450 000€ do que estava previsto. Por isso a cláusula é alterada.

Entendendo-se dar o maior grau de transparência ao grau de execução das contrapartidas, é nossa proposta introduzir a obrigatoriedade da comissão de acompanhamento remeter, anualmente, à assembleia municipal um relatório de verificação, que analise se as contrapartidas previstas estão, ou não, a ser executadas. Como sabem está previsto no contrato uma cláusula onde diz que se as contrapartidas não forem executadas em grau superior a 50%, é matéria para haver restituições dos montantes financeiros aplicados.

Desta forma, foram estas três pontos que levaram ao aditamento do contrato, que vem robustecer o sentido de interesse público. “

De seguida, tomou da palavra o membro Joaquim Santos:

“Lá chegará o dia em votarei a favor deste contrato. Começamos por dois milhões de euros. Passámos a um milhão e seiscentos e cinquenta mil euros, estamos num milhão e duzentos mil. Pode ser que um dia chegue a dois ou três euros. Nessa altura votarei a favor. Irei votar contra por uma questão de coerência. Muito obrigado.”

Continuou o membro António Dinis:

“Quando nos abstivemos, levantámos questões essencialmente jurídicas e de interpretação, porque achámos que isto ia dar problemas. Tive o cuidado de alertar o senhor presidente, na altura. Já ouvi dizer e não foi nas redes sociais que o senhor presidente e alguns funcionários tiveram de pagar uma coima, por causa da situação do estádio. Alertámos. O Joaquim Santos também alertou. Ele diz e bem, já vamos num milhão e duzentos mil. Que se perceba que de se trazer cá os assuntos não é só para chatear. É porque as vezes temos dúvidas legítimas e achamos que estamos todos a defender os interesses de quem nos elegeu. Faço minhas as palavras do Joaquim Santos, já vamos em um milhão e duzentos mil, oxalá se consiga reduzir ainda mais. Temos, também um papel importante nesta assembleia e devemos aqui reconhecê-lo. Vi que as alterações foram direcionais para a componente desportiva, mas o senhor presidente na

Carlos
Carlos



Carla Antunes
Carla Antunes

última assembleia dizia que quando for necessário encher o estádio, enche-o. Aliás dizia, que no âmbito do contrato de desenvolvimento desportivo havia de o encher, na questão dos espetáculos que estava subjacente às dezoito mil pessoas. A não ser que Portugal seja campeão europeu e que se vá para lá festejar, agora já não é possível. O texto que está agora a votação, agora essa questão acabou. Deixava igualmente duas questões para reflexão: vi que uma das cláusulas tinha a ver com a utilização do campo de treinos, por parte dos clubes locais. Um dos casos mencionados é o da Casa do Povo da Lajeosa. Eles não têm futebol. Convém retificar isto. Não tem futebol, não estão a competir. Vão competir, então também temos de pôr o Besteiros, Canas e os outros todos. Temos de acautelar tudo isto. Finalmente uma nota política, quem assina o contrato e lembro-me quando foi a primeira argumentação para as questões problemáticas do Tribunal de Contas era que o senhor presidente da câmara era simultaneamente presidente da assembleia, justificação forte e aqui veiculada e retirada muitas vezes. Agora verificamos que o senhor presidente da câmara já não é presidente da assembleia do CDT, que eu saiba, quem assina nem sequer é o senhor vereador do desporto, nem o vice-presidente, mas sim a vereadora Carla Antunes. Notei isso, não sei qual foi o motivo, porque afinal a argumentação inicial que acumulava as duas funções agora já não é justificação.”

O membro Manuel Veiga interveio, de seguida:

“Mais uma vez venho reiterar a posição com que nós temos vindo a ter neste processo. Folgo em saber das concessões e tem mais a ver com o que tínhamos proposto deste o início em haver contrapartidas, porque isto sem contrapartidas era um financiamento puro. Mas é escasso e é muito financiamento.”

O senhor presidente da câmara voltou ao debate:

“Não é verdade que as posições sejam todas iguais. O deputado Dinis diz que é igual à posição do Quim Santos, mas não é verdade. O deputado Joaquim Santos defende uma coisa diferente, que é não financiamento público para investimento numa infraestrutura desportiva que tenha contrapartidas públicas. São posições diferentes. Pode dar jeito que estamos todos do mesmo lado, mas não é o caso. Do lado do deputado Quim Santos sempre conhecemos desde a primeira hora o seu enquadramento sobre este tema. Porque não concorda com o investimento público no estádio João



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Cardoso. Cada um assume a sua responsabilidade e bem nessa perspetiva. “Avisamos questões técnicas-jurídicas”, nenhuma das questões que está em cima da mesa tem resultado de algum aviso. Não vi nenhum a dizer aquando da discussão do contrato inicial que se deveriam remover atividades de natureza recreativa, social, humanitário ou educativo. Ninguém o disse. Questões de quem assina, quando nós queremos ver razões políticas e cegamos com elas, perdemos a objetividade de pensar. Por acaso sou sócio do CDT, como outros vereadores. Procurou-se que para não haver nenhuma questão, fosse interveniente para representar o município a senhora vereadora Carla Antunes que não é sócia. As questões do Lajeosa foram bem objetivadas, estão lá, não se retirou, porque no contrato inicial está e poderia suscitar porque é que este ou aquele clube entra ou sai. O objetivo é que qualquer clube que necessite de treinos possa usar essa infraestrutur, por isso é que tem uma comissão de acompanhamento que anualmente irá redefinir quem usa o complexo desportivo.

Ao deputado Veiga, percebo as suas razões. Todos nós queremos que haja contrapartidas de interesse público. Queremos é tanto quando possível, naquilo em que estava de acordo, que é reconhecer que uma infraestrutur desta natureza permite que aqui ocorram jogos da primeira liga, que tem indiscutivelmente um impacto do ponto de vista da notabilidade, da projeção e da afirmação da região, que é aquilo que queremos. Também contribui para a qualidade de vida, na autoestima das pessoas, na referenciação geográfica de Tondela. Tudo isto contribui para as contrapartidas que todos queremos atingir. Vejamos se somos bem-sucedidos. Tenho essa esperança. Também, tenho a firme convicção de que saberemos sempre conjuntamente encontrar boas soluções para os problemas, quando o alcance ultimo do objetivo comum. Tenho a consciência segura que tudo fiz para garantir o melhor para o concelho nesta matéria. Se assim não fosse não teríamos hoje condições mínimas para estar onde estamos. É a minha convicção, mas assumo que pode não ser uma posição política de muitos que aqui estão. A minha convicção é que aquilo que fiz foi o que de melhor deveria ter feito naquele momento e naquela circunstância. Já diz um jurisconsulto que o “Homem bom é aquele que perante duas decisões difíceis escolha aquela que melhor interessa ao interesse público”

O membro Manuel Veiga afirmou que a posição atual se aproxima muito mais sua posição inicial, sempre julgamos que deveria haver uma contrapartida.

*Cláudio
João
Cardoso*



*Carlos
Cados*

Colocado à votação, o aditamento ao contrato de desenvolvimento desportivo foi aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Joaquim Santos e José Hélder Alves. Abstiveram-se os membros: António Dinis, Manuel Veiga, Jorge Marques e António Sérgio Almeida. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Mendes.

2. 16 Análise comparativa da tarifa de RSU e saneamento praticada na região

O senhor presidente da câmara tomou da palavra, apresentando um estudo comparativo, em imagem, dos catorze municípios da CIM Viseu Dão Lafões e de outros municípios com similitudes urbanas, dos valores cobrados nas tarifas de RSU e saneamento. (anexo 11)

De seguida, interveio o membro António Dinis:

“Esta exposição remete-nos logo para a introdução do senhor presidente da câmara. A moção que apresentamos era para famílias carenciadas. Portanto, o retirar propositadamente a introdução. Senhor presidente da câmara não somos todos “tolos”. Depois, o senhor presidente da câmara fez aqui uma habilidade, que acho fantástica, que é escolher o referencial que dá mais jeito, porque é que foi para os 10m³? Porque é afastado do consumidor médio do nosso município ou desses territórios? Porque favorecia naturalmente a câmara. Tenho aqui a minha conta, de consumidor médio, de Viseu, é um azar. Sei o que pago. Sou um consumidor médio, tenho 6m³. É esse o desafio. Que coloques na próxima assembleia, um cuidadoso, zeloso, por aquilo que são as estatísticas, que também sou, com os encargos todos, que é isso que interessa. Já nem vou para o extremo, do indivíduo que não gasta nada. Tenho um colega de gabinete que vive em Matosinhos e que vem a Parada ao fim de semana ele diz que em Matosinhos, onde está durante toda a semana, que paga metade do que paga em Parada de Gonta, dois dias por semana. Viram a nuance, que só apontava para os que eram superiores, a



Carlos
Brás
Cardes

generalidades do que ali estão são inferiores. Fiz algumas comparações, foi para Viseu. De Viseu tenho aqui a minha fatura, sou consumidor dito médio, com 6 m³. Desafio a colocar o consumidor médio, é isso que é importante. Se colocar água então a conversa muda de tom. Este exercício demagógico, não embarco. Qual é o referencial que nós temos? Estamos nas Águas do Planalto ou não? Qual é o consumo médio de um consumidor das Águas do Planalto? Não me quero irritar nem entrar em discussão, mas não me podes chamar de "tolo". Custa-me ouvir isso, esse exercício de demagogia, vai lá ver e já vamos à conversa dos encargos. Aprovamos uma ata há pouco e vamos ver o que disseste, para não haver dúvidas. Não sonho as coisas, são reais. Em relação a esta matéria não vou em manipulações. Quando dizes que "são uns irresponsáveis e não pensamos em nada", calma, vai ver os valores de Mangualde, paga muito menos que nós e em setembro a câmara decidiu reduzir para todos. Não compreendo a preocupação deste município e do senhor presidente da câmara quando diz que vem aí os fiscais. Preocupa-te com as multas que tens de pagar e já tiveste que pagar, porque não me respondeste há pouco se tiveste ou não que pagar no processo do desportivo. Não respondeu a essa questão há pouco. Essas questões da legalidade, isso é desculpa. Temos vontade ou não de reduzir esse encargo. É claro, por mais número que aqui venham, consultem a câmara de Mangualde, estão ali os valores que são mais baixos, mas ainda assim vai reduzir. Não sei qual é a multa que irá levar. Lembro uma coisa, sabem que recentemente houve uma informação que disse que em Portugal só há cem municípios que não têm tarifas sociais como aquela que nós aprovamos aqui. Duzentos e oito municípios têm. Não sei qual é o problema. Não viemos aqui propor nada de extraordinário. Dá ideia que viemos propor que não se pagasse nada. Nada disso.

Finalmente, na ata estás escrito que o senhor presidente disse, pagina 38 "... O somatório das receitas provenientes de redes de saneamento e de resíduos dá sensivelmente para pagar 60%" desses oitocentos mil, está em ata e está aprovado por nós. Já vimos agora que não corresponde à realidade, já o aqui assumiste. Não sei de quem é a responsabilidade, nós aprovamos isto tudo e quando lemos isto com mais atenção, fico preocupado. Este número que aqui fizeste é respeitável, compreendo, passaste os números que te davam jeito. Vai para o consumidor médio ou vai para aquelas pessoas nas freguesias que não tem recursos nem têm água ligada e vê quanto é que eles pagam. Faz essa comparação ou 1m³, que é o que muita gente no nosso



*Aluis
F. J. S.
C. S. S.*

território paga. Faz essa comparação e traz aqui os mapas e depois inclui a água nisso para discutirmos a sério esse assunto. O que nós propusemos foi a redução do encargo às pessoas mais carenciadas, só isso, é uma coisa muito simples. Nisso o município e a assembleia têm competência para o fazer. Não posso é embarcar nessa conversa de apresentar o que aqui está.”

O membro Joaquim Santos interveio:

“Tenho vindo a dizer e confirma-se que nós pagamos, na zona do Planalto Beirão, as taxas mais altas, porque ali os números são discutíveis. Também tenho uma conta de Viseu e os números não conferem, sobretudo no primeiro mapa que tinha a ver com o saneamento. Quando fala aqui em 10m³ de água para uma família de quatro pessoas, em minha somos três e eu gasto mais do que isso, já pedi ao Planalto Beirão há cerca de um ano para me mudar o contador e tenho a impressão que tenho de pagar uma taxa para aferir o contador e disse que não pagava, porque não há regulamento. A ERSAR não me responde porque é que não têm regulamento. Como digo estão na ilegalidade como se fosse uma espécie de um bando de criminosos, digo para ser gravado e escrito, é assim que eles se comportam. A água não está dissociada disso. Porque é que nós pagamos essas taxas? Tondela é o segundo maior concelho do nosso distrito. É o segundo maior concelho em termos de população da zona do Planalto Beirão e porque é que nós temos a taxa mais alta? Além disso pagamos duplamente. Pagamos as nossas taxas e pagamos a dos outros, via município, que é o diferencial que o município tem de pagar ao Planalto Beirão para compensar o que lá falta. Porque há muita gente, com certeza metade da população dos lares do concelho não pagam taxa de resíduos sólidos, porque não ligam a água. E porque é que não ligam a água? Porque só de taxas por mês pagam muito mais, se não gastarem nenhuma água, do que em Viseu se gastarem 10m³ ou 15m³. Esse é que é o problema. Nunca se colocou aqui em causa estar a discutir 0,50€ a mais ou a menos na taxa de RSU, nem na de saneamento. O que esteve, aqui, sempre em causa é o problema da água, porque todos os que pagam água, viram que só de aluguer de contador e da sobretaxa, que ninguém sabe para onde vai parar o dinheiro, porque já há várias versões, são 8,40€ acrescidos de IVA. 8,40€ mais IVA, não utilizando, a tal chamada taxa de disponibilidade. Isto é que está o roubo, o crime que foi cometido em 2007, para o contratante e para o contratador, estão todos



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

metidos no mesmo saco. Digo-o em qualquer lado, já o disse e não tenho medo em dizê-lo. O que fizeram foi um crime contra o nosso concelho e o dos vizinhos, mas falo pelo meu. Como é que vamos diminuir essa história da água, quando o senhor presidente diz que não tem nada a ver com isso, mas também tem, senhor presidente já o desafiei várias vezes, que a câmara municipal deveria fazer-se parceira para averiguar se aquela adenda que foi assinada em 2007 é ou não legal. Nós continuamos a dizer que não é legal. O senhor está à esperta da decisão do tribunal. Também, já lhe disse muitas vezes que o tribunal não pode ter apenas defesa de um lado e não ter do outro, porque senão quem apresentou a queixa fica em desvantagem. Mas quem apresentou a queixa, que foi o MUAP, não tem recursos financeiros para encontrar um gabinete de advogados competente e isento, que é muito importante, para defender os nossos interesses, dos cinco concelhos. O Planalto Beirão disse que não tinha dinheiro para isso, mas teve dinheiro para pagar uma auditoria que não resultou em nada. O senhor disse que não era esse o valor, mas o senhor presidente do Planalto Beirão disse que foram 80 mil euros para pagar à Deloitte, para não chegar a nenhuma conclusão. Enquanto não sabemos a decisão do tribunal sobre a água, porque penso que poderemos ter sucesso nisso, desde que houvesse maior envolvimento de todos e mais vontade. Até lá para não vermos aumentada ou penalizada por uma taxa de RSU, quando esses resíduos ficam no nosso concelho. Poderíamos dizer que estávamos longe do aterro sanitário, mas não somos o que estamos mais perto. Porque é que pagamos mais? Com certeza porque somos mais pagadores para mais utilizadores. Não há um contador nos contentores, vai lá colocar o lixo quem quer. A câmara municipal para evitar essas situações tem de ter a coragem política de fazer a coleta à parte das Águas do Planalto. A EDP pode fazê-la. Não sei se já tentaram ou não. Existe outras entidades que trabalham para a EDP, pois não é a EDP que faz a faturação. Uma dessas entidades poderia enviar a carta dos RSU. Não sei se as Águas do Planalto cobram algo pelo facto de cobrarem essas taxas que depois transferem para a câmara e não sei se as transferem todas, pois eu já não confio neles. Não sei se a câmara tem ou não o cuidado de verificar essa receita que lhe é entregue. Acho que ficaria muito mais rentável para a câmara ter um sistema de cobrança dos RSU e do saneamento á parte, até para defender a imagem da câmara, porque quando se fala em água e quem olha para a fatura diz que paga todo em água, a pessoa não sabe se vai cobrado os RSU e o saneamento. Isto é parte culpa da câmara, porque não fez nada

Cláudio
Beirão
Cados



Carlos

até este momento para nos livrar deste pesadelo que é o preço da água. Isto está tudo interligado. Ainda bem que veio agendado este ponto, que é para eu poder falar na água, porque uma vez prometi ao senhor presidente que sempre que poderia, nas assembleias municipais, haveria de falar sobre a água. Muito obrigado.”

O membro Manuel Veiga continuou os trabalhos:

“Relativamente às tarifas, principalmente dos resíduos sólidos urbanos, não deixa de estar dissociado da nossa fatura da água e do problema da água. A receita não chega para a cobertura do efeito “pagador/poluidor”, porque há muitos dos poluidores que não são pagadores, porque optaram por não ter água, por ser a custos elevadíssimos. Se fossem de outra forma muito provavelmente teríamos uma taxa de cobertura diferente e teríamos uma taxa de pagamento de RSU diferente. Se calhar é necessário encontrar uma outra forma para cobrar um gasto que é feito por todos. Já não digo que à proporção daquilo que é o gasto, mas se calhar por habitantes, por fogos. Encontrar outro mecanismo que não o da água para pagamento dos RSU. Devemos tentar encontrar outra forma que não leve a uma maior sobrecarga dos que já pagam água mais cara.”

O membro Vera Machado interveio, de seguida:

“Começar, primeiro, pelo grupo Parlamentar do PSD repudiar a forma como o senhor membro António Dinis se dirigiu ao senhor presidente da câmara e o questionou se levou ou não alguma coima. Isto é falta de respeito e de educação.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o grupo parlamentar do PSD apoia a posição do senhor presidente da câmara na medida em que acautela a sustentabilidade das finanças locais, bem como defende o bom princípio do poluidor/utilizador. O PSD condena vivamente este aproveitamento político que nada mais representa do que demagogia. A proposta apresentada pelo CDS na última assembleia municipal revela que não se preocupa com as gerações vindouras, bem como só faz propostas insustentáveis, porque não tem responsabilidades executivas. Senhor deputado não confunda vontade com racionalidade e razoabilidade.”

O senhor presidente da câmara interveio:



*Alcides
Cadez*

“Esperava que houvesse, naturalmente, sempre aproveitamento político ao puxar as matérias que são convenientes em função da análise.

O deputado Quim Santos não tem nenhum problema em todas as assembleias de falar sobre esta temática, nem que seja “Nos outros interesses para o Concelho”. Aqui houve extrapolação da análise, que percebo por razões políticas autárquicas. O que está aqui em causa não é saber neste tema, se quisermos ser sérios nesta análise, se na minha fatura da água onde vem o saneamento e os RSU, eu sinto que estou a pagar muito. Não vou discutir o que é uma constatação. A tarifa de disponibilidade que chega aos sete euros, mais a sobretaxa mais um euro e meio, leva a ter logo um valor fixo muito elevado. Isto sim é deturpar a análise que queremos fazer. Temos nós condições de mexer no tarifário da água? Se temos, assumamo-lo. O município pode tomar uma decisão de rescisão, tem é de assumir as consequências.

O que quis, aqui, discutir foi uma coisa muito diferente. Temos um regulamento na área dos resíduos e na área do saneamento para famílias numerosas e carenciadas. Já alguém fez o teste de qual é a implicação financeira que isso tem para as famílias numerosas ou famílias carenciadas? Para perceber que famílias é que acedem a esse benefício e quando é que o pode aceder. Reafirmo o que já disse várias vezes, aproveim hoje uma moção a solicitar que a ERSAR urgentemente aprove ou se pronuncie sobre o regulamento de serviços que estão na esfera da sua apreciação. Aprovado o regulamento de serviços, estamos em condições de implementar a nossa tarifa social.

O Quim Santos acha que este estudo está mal feito, porque ele em casa, que são três pessoas, consome mais do que 10m³, consome 15m³ de água. O deputado Dinis acha que o estudo está mal feito, porque em casa, onde vive três pessoas, só se consomem 6m³ de água. Num caso, acha errado ter-se ido buscar os 10m³, porque o consumo dele, Águas do Planalto, é superior a 10m³. Diz que o cidadão normal em Tondela gasta mais do que 10m³ ou o contador está errado. Do outro lado, o problema está no estudo porque foi benéfico e tomou como consideração uma família média. O exemplo que fui buscar é uma família que tem um filho, vivem em Viseu, com uma leitura feita a 27-11-2015 e depois a 30-12-2015, 33 dias, o consumo foi de 10m³. O exercício aplica-se nestas condições, o consumidor médio de 6,7, 8, 9 ou 10m³ paga sempre este valor fixo. Qual é a razão de estarmos a meter água nesta análise? Onde é



que os RSU têm a ver com o consumo de água? Nada. Não estou a falar da ligação, porque esse é o grande problema que temos em Tondela, pois provavelmente só cerca de 30 a 40% utilizadores de RSU não estão a pagar o serviço. O problema está no método de cobrança, claro. A EDP não o quer fazer. A Edinfor, que é o grupo que faz as cobranças para a EDP, não quer fazer. As Águas do Planalto não cobram nenhuma taxa pelo serviço prestado. Se o universo das pessoas usa o serviço de RSU pagasse, teríamos próximos do valor real. Sim, há um lapso na minha informação, porque disse que 60%, na intenção de me referir à receita de resíduos sólidos urbanos. Estaríamos com um custo eventualmente menor, porque se todos pagarem custa menos. Na taxa de saneamento, aí sim, quem consumir 1, 2, 3 ou 4 m³ está a pagar sempre um valor fixo, 3,5€. Em mais nada esse exercício é prejudicado pela análise ser 10, 8 ou 12 m³. Em minha casa vivem quatro pessoas e pago mais do que 10m³. Algo de anormal se passa quando me dizem que uma família média, porque uma família média são quatro pessoas. Quem viver isolado, como temos muitas famílias menores de quatro pessoas, o custo é menor. Já agora vamos discutir qual é o tarifário social em Viseu, que se resume a alargar de 0 a 5 m³, porque em Viseu a água tem patamar de 5 m³. Em Viseu, no tarifário para saneamento os primeiros 5m³ são pagos a 0,54€/m³. O segundo escalão a 0,61€. No tarifário social alargam a tarifa base até 25m³. Quem gasta de 0 a 5m³ paga o mesmo seja social ou não. Agora quem paga 10m³ já paga como se fosse até 5m³. Se formos para os RSU é todo igual, 3€, quer seja social ou não. Os dados são os que estão publicados no site da ERSAR. Política social é uma coisa, demagogia é outra. Política social é tomarmos a decisão se queremos afetar 60, 80 ou 100 mil euros em tarifas sociais. O regulamento está feito, já fizemos esse percurso. É aplica-lo. Não o podemos aplicar, porque precisamos do regulamento de serviços aprovado. Percebo o interesse em associar esta discussão à da água. Claro que a pessoa que vive isolada e só, paga à cabeça cerca de 9€, só de custos fixos, mais as outras tarifas, chega ao final do mês com 20€ de custos mesmo sem consumir. O saneamento e os RSU contribuíram para isso, 7€. Podemos ir buscar faturas mais baratas. Em Penedono é mais barato.

Não deixo passar, aquilo que acho que seja um ato provocador, sobre matérias de Tribunal de Contas. A câmara municipal não pagou nenhuma multa ao presidente da câmara. Sobre os pagamentos que o cidadão José António faça e pague, cabe a ele responder. A câmara municipal não pagou nenhuma multa ao cidadão presidente de

*Alcides
Dias
Carvalho*



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

câmara. E as multas que o cidadão, se as tiver que pagar, é porque assumiu para o interesse do concelho uma decisão que hoje voltava a assumir nos termos em que ela teve de ser decidida. Entendo como de muito mau tom o registo em que foi feita a pergunta. É de natureza ofensiva e pretende outras matérias. Que fique registado, a câmara municipal de Tondela não pagou nenhuma multa., não podia pagar? Não sei se não podia. E não sei se outras pessoas não deveriam ser associadas a essa questão. Como sou uma pessoa responsável, assumo o risco das minhas decisões. muito obrigado”.

O membro Joaquim Santos voltou ao debate:

“Efetivamente a câmara de Viseu, considerando o que disse e o que analisou, esse tarifário social é demagógico. Mas voltemos ao nosso regulamento, acho que está aqui uma falsa questão que o senhor está aqui a utilizar, que não é bem assim. Quando diz a própria Lei de 2009, quando não há regulamento é essa Lei que substitui esse regulamento. Alias, essa resposta foi dada por esses senhores quando pedi a aferição do meu contador. Quando disseram que tinha de pagar cerca de 33€ para a aferição, pedi cópia do regulamento, disseram-me que não tinha e para consultar a lei. Se essa lei serve para substituir o regulamento numas situações, também serve para todas. Não é as Águas do Planalto, nem a câmara municipal de Tondela que dizem para que serve a lei. Não é impeditivo que aqui seja aprovado um regulamento para tarifário social para famílias numerosas e carenciadas da água. O que ponho aqui em causa, é quem paga a diferença. Entendo que deve ser a concessionária, porque também deve ter um papel social. Alias, todas as empresas devem ter uma função social. As Águas do Planalto não estão acima das outras empresas que também têm uma função social. Agora, senhor presidente, não me peça a mim para aprovar uma moção para mandar para a ERSAR para aprovarem um regulamento que nem sequer conheço, porque se for o regulamento que veio aqui em que houve duas propostas de alterações e se não as tiveram em conta, quem irá pedir responsabilidades a si sou eu, se o senhor o aprovar na assembleia geral da AMRPB. Porque aquele regulamento está do lado de todos menos dos contribuintes. Pode estar do lado, apesar de também achar que não está. Aquele regulamento está exclusivamente ao serviço, na altura disse o porquê, de uma entidade que tem tido um comportamento criminoso com esses cinco concelhos. Muito obrigado”.

*Cláudio
Diniz
Cados*



António Dinis
F. Dinis
Cardeiros

O membro António Dinis continuou:

“Se há alguma coisa que preso, é que os meus pais me tenham dado educação, portanto não aceito levemente esse tipo de afirmação que fez a Vera. Depois, em relação ao senhor presidente, apenas disse para me dizer se pagou ou não alguma coima. Vou pedir para ouvir a gravação da assembleia, quando me chamou de cinismo, de falta de valores democráticos, foi um conjunto de adjetivos que vos poupo, aqui, aquilo que o senhor presidente disse. Só perguntei se o senhor presidente pagou ou não uma multa, pronto “se levaste”. Se pagou alguma coima, foi só isso que perguntei. Sinceramente tenho dificuldades em perceber o que isto tem de ofensivo.

Questão do consumidor médio, esta coisa não é desprovida de lógica. O consumidor médio no relatório de contas de 2015 das Águas do Planalto, em que em Tondela temos 11 480 consumidores, é de 5,98m³. Não é 6 é 5,98. Este é que é o consumidor médio, está aqui, vão lá ver os documentos oficiais. Os 10m³ não sei se é o médio, se é o agregado que tem quatro filhos ou a que se refere. O consumidor médio é o que deve servir de referência, na minha perspetiva. Depois, voltamos à mesma conversa são duzentos municípios deste país, independentemente de serem demagógicos ou não, que têm medidas de carácter social. Não os conheço, naturalmente, agora sei que é isso, que é a realidade. Tondela optou por estar nos cem, que não tem. Eu sou contra, percebo a justificação da ERSAR. Agora há decisões que não tem a ver com a ERSAR. Podemos tomar aqui decisões em algumas medidas que não depende da ERSAR. Não vale a pena dizer que está para a ERSAR, se a ERSAR nunca responder, nunca reduzimos os valores. Os duzentos municípios andam todos ilegais, pelos vistos não consultam a ERSAR, é sempre a andar para a frente.

Se o tom, senhor presidente, não foi o mais adequado, peço-lhe desculpa. Pode ter sido um pouco mais exagerado, mas não gosto que me tornem aqui por “tolo” e às vezes custa-me. Em relação à retificação, o senhor presidente assumiu que está errado, que o que estava na ata estava errado. Que tinha juntado os dois valores e que não correspondia à realidade. Falar disto não tem mal.”

O membro António Ferreira tomou da palavra, de seguida:



Carlos
Carlos

“Só queria aqui recomendar ao deputado Dinis e obviamente que o pai e a mãe lhe deram educação, tomos nós percebemos isso, mas por vezes excede-se e há pouco excedeu-se muito. Se vai ouvir a gravação da assembleia, deve ouvir essa parte, porque é consensual de todos nós, porque não esteve bem, independentemente da educação que tem, porque sei que tem. Acho que esteve mal nesse registo e não tem de responder à Vera, porque ela esteve bem no que disse.”

O membro Manuel Veiga interveio:

“O se ter trazido ao debate a água deve-se às coisas estarem ligadas. Não é o tão famoso “poluidor/pagador”, mas sim o consumidor de água pagador de resíduos sólidos urbanos. Quem tem água canalizada é que paga os RSU, porque os outros não pagam. A forma de cobrar a receita é que se calhar não é a forma mais adequada. Há um problema que está identificado, que é uma percentagem da população não paga RSU por não lhe serem cobrados, então há que arranjar a medida para corrigir o problema. Se encontrarmos a medida certa, se calhar estaremos a falar noutros custos, algumas famílias pagariam de outra forma, a aplicação da equação social no pagamento.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Dizer ao deputado Quim Santos que as propostas feitas aqui, muitas delas não eram conseguidas relativamente ao regulamento base da ERSAR. O que a Associação de Municípios do Planalto Beirão fez foi acolher todas as recomendações que a ERSAR fez, tomá-las como suas e dizer concordamos com tudo o que estão a dizer. Se aquilo que a ERSAR disse é aquilo que o senhor queria ou desejava, não sei.

Tondela é um dos municípios que não tem tarifa social. Está impossibilitado de a aplicar. Espero que rapidamente a possamos aplicar. Se alguma utilidade este documento e estudo teve, acho que deve ter consequências. Felizmente, que todas as forças políticas aqui presentes concordam que se devem rever o modelo de tributação e de recolha de coleta de tarifa associada a este serviço. Senhor presidente da assembleia irei propor à assembleia que se constitua uma comissão para definir um modelo de cobrança desta tarifa propondo para esse efeito dois membros do Partido Socialista, um do CDS, um da CDU e cinco do PSD. Sugeriria aos grupos parlamentares que indicassem esses representantes para podermos trabalhar no modelo que seja o mais harmonioso



possível na demonstração da implementação desta medida e do modelo mais justo de cobrança. Muito obrigado.”

Handwritten signature: Carlos Cados

2.17 Outros assuntos de interesse para o Concelho

Iniciou o ponto com a intervenção do membro Ventura Gonçalves:

“Em relação à temática da rejeição da reforma administrativa autárquica. Estamos todos de acordo que seja possível a reversão. A União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha, fez a sua reunião de junta e de assembleia, onde nos manifestámos a favor da reversão. Por lapso, não fizemos chegar essa manifestação.”

O membro José Hélder interveio, de seguida:

“No período antes da ordem do dia fiquei com algumas questões para responder ao deputado Joaquim Santos. O senhor presidente da câmara colocou a questão da reversão das freguesias de forma simples e objetiva. É aquela que as juntas de freguesia e as uniões de freguesia hoje sempre defenderam. As moções que foram conhecidas, são praticamente todas no mesmo sentido. É isso que eu defendo, como todos nós. O PS votou contra a Lei 23/2012, fez-lhe enormes críticas, como nós sabemos. Na campanha eleitoral de 2015, o PS prometeu que se viesse a ser governo revogaria a Lei, onde os respetivos órgãos autárquicos se tivessem manifestado contra. O PS tem o apoio de parceiros do governo, Bloco de esquerda, CDU e os Verdes, que apoiam a reversão imediata e antes das próximas eleições autárquicas. Sempre ouvi dizer e uma frase do senhor primeiro-ministro que palavra dada é palavra honrada. Espero que aqui a palavra dada seja honrada. Isto não está a ser feito, porque o Partido Socialista não quer e como disse na minha assembleia de freguesia está a “roer a corda”. Prometeu que revogada a lei, logo que fosse governo e agora diz que vai avaliar. Avaliar o quê? Se está mal, está mal. Que crie o modelo que quer e de seguida vamos debatê-lo. Mesmo sem Troika, quando foi a experiência de Lisboa e que depois se tornou efetiva na altura o Eng.º José Sócrates deu ordens ao Dr. José Junqueiro para avançar com essa reforma. Na altura foi feito um estudo, que não teve os seus efeitos, porque o governo acabou e ainda bem. Se tivesse ido para a frente, as freguesias que tivessem menos de mil eleitores seriam agregadas. Hoje, podemos dizer que é mentira, pois o estudo nunca foi do conhecimento



público, mas sabia-se que era assim. Agora, não sei o que vão avaliar. Avaliar a vontade das freguesias? Que já se manifestaram contra? A avaliação já está feita. Ou não querem respeitar os órgãos autárquicos? Ou só se chama “casa da democracia” à assembleia da república? A democracia é na assembleia municipal, na câmara, nas juntas e nas assembleias de freguesia. Fomos todos eleitos. Espero que no dia 5 de dezembro, também lá estarei, na iniciativa do presidente da comissão do poder local, onde espero que a sala esteja cheia e ajude o Partido Socialista a pensar nas promessas que fez.”

O membro António Ferreira apresentou uma moção. (anexo 12)

O membro Manuel Veiga interveio:

“Em relação a esta matéria, o PCP apresentou em maio uma proposta de Decreto-Lei onde repõe as freguesias. De momento, resta-me verificar quais vão ser as votações desta proposta. No concreto o PCP comprometeu-se e apresentou uma proposta, vamos ver como vai o PSD, o PS, o Bloco de Esquerda e o CDS votar.”

O membro Cristiana Ferreira interveio. (anexo 13)

Continuou:

“Antecipando a reação dos membros desta assembleia que integram o MUAP, gostaria de retomar dois argumentos que já utilizei. Às vezes é necessário recuar um pouco no tempo e recordarmos a natureza deste movimento. Surge logo a seguir às últimas eleições autárquicas. Continuo a ter uma reserva, por uma questão de honestidade intelectual, se fosse presidente da câmara o Dr. Cílio Correia é se este movimento existiria? Penso que nunca dirigi esta consideração, que é minha, ao membro Dinis, teve funções executivas após o período do aditamento, porque é que nunca se lembrou de criar tal movimento? De se associar a ele? De pugnar pelas mesmas situações? Julgo que este executivo camarário não pode ser acusado de não ter aqui uma atitude responsável. Todos conhecemos que o processo, neste momento, está a decorrer a sua tramitação processual. Aguardemos. Porque é que insistem de forma constante e provocatória tomar aqui uma atitude que quase que obriga o senhor presidente da câmara e os demais a rasgar de imediato o contrato. Não saberão que isso implica custos imediatos?”

O membro Joaquim Santos interveio:

“Senhora deputada Cristiana, eu é que efetivamente nunca desde que aqui estou, este é o meu 5º mandato, nunca ouvi tanta provocação em tão pouco tempo. Vou

*Alcides
F.?
Carlos*



*Alcides
Beirão
Cardeas*

explicar porquê. Primeiro, chama-nos irresponsáveis, não sou irresponsável. Em 2010, o PS levantou aqui a questão da água, fi-lo algumas vezes, propostas que os senhores votaram contra. Nas últimas eleições autárquicas fazia parte dos manifestos das juntas de freguesia, que tem água ao domicílio, uma reivindicação que era lutarmos pelo abaixamento do preço da água. Entretanto, como isso não é da exclusiva responsabilidade de um único partido, PS, junta muita gente, de vários partidos, é aberto a todos. Não é do PSD neste concelho, porque vocês têm medo. Isto é uma luta que é de todos e deviam assumir essa responsabilidade. Nunca o MUAP em lado nenhum, e se me provar isso pago eu a cláusula nem que tenha de pedir dinheiro, que se rasgasse o contrato. Nunca nos ouviu dizer isso. Irresponsável é a sua moção. Está a fazer uma afirmação errada, tal como está a fazer juízos de valores errados e vindo de uma advogada é pior. A única vez que se falou em valores, nos 40 milhões de euros, foi aquela entidade chamada Deloitte que sacou a todos nós, via Planalto Beirão, 80 mil euros, para saber se a fórmula do preço da água está bem aplicada e que não chegou a nenhuma conclusão. Quem deveria fazer uma auditoria era uma empresa de leis, era um gabinete, não era uma entidade que está vocacionada para área económica. Era isso que deveria ter sido feito e não foi. O que nós reclamamos aqui é que seja feita uma disputa judicial entre as Águas do Planalto e os cinco municípios. É o que nos queremos. Aceitaremos as decisões dos Tribunais. Não aceitamos é uma, que veio há uns meses do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu e que era um puro disparate, porque quem fez aquilo não tem a mínima noção do que estava a fazer, tanto é que houve o recurso para a instância seguinte, o Tribunal Central Administrativo do Porto. Nunca o MUAP disse para se rasgar contratos, lá fora ou aqui dentro. A irresponsabilidade ao dizer isso é vossa. É com muita honra que faço parte desse movimento. Certamente que o Dinis também se sente honrado. Lamento profundamente que vocês não se tivessem associado. Isto não é um movimento partidário. É um movimento político. Obviamente, votaremos contra esta moção, porque é um disparate. É uma ofensa. Não é uma moção? Foi só uma intervenção, então já estou mais descansado.

Em relação ao voto de congratulação que foi apresentado “no período antes da ordem do dia”, foi alterado nalgumas considerações políticas e o importante é regozijarmos do que vem para o nosso distrito. Não só, haverá beneficiação de unidade de saúde



familiar, de unidade de cuidados continuados e paliativos. Vamos ter finalmente o centro de radioterapia em Viseu. Penso que é consensual.

Em relação à intervenção do senhor presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo e já tive uma conversa com ele. O Partido Socialista, como já o disse muitas vezes, nunca foi contra uma reforma administrativa, antes pelo contrário, começou-a no tempo do José Junqueiro. Essa história dos 1000 para a frente ou para trás, não era bem assim. Também, já estou farto da ladainha da Troika, porque quem vem para aqui dizer isso, nunca leu o memorando da Troika. Não se falava em freguesias, falava-se em autarquias. Sugeriam, não obrigavam. Todos nós sabemos porque é que o PSD fez isso com o CDS. O que está em causa é a maneira como foi feita a reforma, alias essa é a posição do PS, que foi aprovada na minha assembleia de freguesia. Há efetivamente, três projetos Lei. O PSD antes não queria apresentar alternativas a nada, agora já diz que vai apresentar alternativas à discussão da especialidade do orçamento. Ainda bem, para dar sinal que estão a fazer alguma coisa. Senão dá ideia que estão de braços caídos, numa espécie de greve de zelo, sem fazer nada. Também, poderia ter apresentado um projeto, reconhecendo, como já o fez, do erro da reforma administrativa. Se reconheceu, porque é que não diz claramente onde reconhece e acompanha os outros partidos da “geringonça” num projeto lei? O mesmo PSD faz parte de um grupo de trabalho que foi criado, onde estão técnicos, institutos, ANAFRE, ANMP. Esse mesmo instituto já solicitou às freguesias, para que elas respondam numa plataforma, um inquérito enviado pela ANAFRE. A minha freguesia já respondeu. O que se pretende com os projetos leis, sobretudo o do PS. Li-os todos e o resumo deles faz parte da moção que fizemos. Diz o que cada um pensa. Todos pensam o mesmo. Querem saber o meu pensamento, vamos para a reversão das freguesias. Não mudei de opinião. Tondela tem 26 freguesias. Elas ainda existem. Ao contrario de Viseu que existem uma freguesia que tem três, aqui não o que existe é União de Freguesias, a gestão é que é comum. Se deve haver a reversão de todas as freguesias do concelho de Tondela, é uma questão de análise e debate. Tenho a minha opinião. Não quero ir para as 13 de redução como alguém quis, do vosso lado. até disseram que entregavam as chaves das juntas na câmara municipal se a reforma fosse para a frente, mas nunca o fizeram. Desistiram da luta? Depois vieram para aqui com uma fantochada, pela câmara da época, em que pagou uns milhares de euros e como disse o Zé Hélder que não



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

resultava em nada, para fazer o que fizeram, mas isso custou dinheiro. Poderia ter sido gasto noutras coisas que faz falta, até às freguesias. Portanto, esta reforma administrativa há-de ser feita. Quando não sei. Que venha o mais rápido possível. O grupo já pediu adiamento, porque não conseguiu recolher todos os dados necessários e aumentou o prazo para recolha de informação. São informações que tenho e que vieram do Ministério Adjunto. O que acontece neste momento, é o próprio PSD querer indiscriminadamente violar a Lei que aprovou em 2012, sem ouvir ninguém. Não ouviu a ANAFRE nem ANMP. Ouviram, mas fizeram de contas que não ouviram. Houve posições dessas associações, mas o governo fez de contas que não existiram. Aquilo foi um cozinhado entre o PSD e o CDS. Não ouviram o PS, nem o PCP, nem o Bloco, nem os Verdes. Agora pretende-se que este governo ouça todos os partidos, porque era o que faltava este governo ir pelo mesmo caminho do que foi o XIX governo. Venham novamente para o nosso concelho as 26 freguesias, que fico todo contente. Não sou eu que mudo a vontade das pessoas que está lá em baixo. Nem vai ser a assembleia municipal.

Em relação à moção que apresentou o Ferreira voto a favor, sem os considerandos. Com o resto não voto a favor. Não concordo com os considerandos. Se querem algo por unanimidade e acho que é fácil obter, é votar apenas o essencial.

O Ferreira disse que o governo prometeu que todas as assembleias que tivessem pronunciado, era já revertido. Falando no meu caso concreto, sou membro de uma união de freguesias, Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, em devido tempo e foi a primeira vez aprovar na assembleia de freguesia uma moção que foi dado conhecimento aqui contra a Lei 72/2012. Estamos à vontade, porque cumprimos o nosso papel. Mas a Junta de Freguesia de Vilar de Besteiros não tomou nenhuma posição. E agora? “

O membro Felisberto Figueiredo, por motivos pessoais, ausentou-se da sessão.

De seguida, interveio o membro António Dinis:

“Para responder à deputada Cristiana e dizer-lhe que não venho na defesa da honra, mas o Joaquim já explicou sinteticamente aquilo que é a génese daquilo que foi e o CDS também defendeu na sua campanha eleitoral, lutar pela redução dos encargos. Como diz o Quim não é partidário, é político. Lutamos no CDS, colocámos no manifesto eleitoral e as pessoas votaram em nós. Represento aqui pessoas que votaram em nós. Lutarei por aquilo que é a redução dos encargos que as pessoas pagam. Tenho-o

*Cláudio
Dinis
Cados*



feito aqui, não sei qual é a novidade? Veio, aqui, acrescentar um dado que não é verdade, o Joaquim Santos já o disse e tanto mais que nesta assembleia desafio a encontrar uma declaração minha ou do CDS a defender que se rasgue o contrato ou o quer que seja. Desafio-a, porque disse aqui isso. Acredito que talvez não tenha tido essa intenção, mas há pouco disse algo que todos ficaram ofendidos, não vou por aí. Defendo a redução, como está no manifesto do CDS. Não sei qual é novidade, pois temos feito moções nesse sentido. Nunca disse que se deva rasgar o contrato. Devo lutar e faço propostas aqui, que não são aprovadas, mas isso é outra história. Agora, que achamos que pagamos muito pelos encargos de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, continuo a achar. Vou continuar a defendê-lo. Agora dizer “defendem”, falou do líder parlamentar do CDS e do PS, acho que era a mim de se referia. Penso eu? Sou coerente, vá encontrar uma única declaração em atas. Gosto de ler as atas, eu leio-as e tenho o cuidado de ver que por vezes não correspondam e por isso por vezes trago os assuntos cá acima para desconforto de muitas pessoas. Que encontre aqui uma ata onde diga “rasgue-se o contrato” ou quer que seja. Desafio. Agora que encontra muitas vezes a dizer que acho que devemos lutar pela redução e tenho-o feito consequentemente em moções, propostas e rejeitadas naturalmente, mas tenho-o feito. Vou continuar a lutar por isso até que a “voz me doa”.”

O membro Manuel Veiga interveio:

“Em relação à moção que foi proposta pelo PSD, vou ter de votar contra, embora na parte final até concorde. Há considerandos e justificações que são dadas, em que o PSD e o CDS sacodem a responsabilidade. Se a intenção é acho que nas uniões de freguesias foi debatido e votadas as várias moções, no sentido de também trazê-las à assembleia municipal, em que seria para reverter a situação. Senão defendo outros considerandos.”

O membro José Hélder voltou ao debate:

“Estou cheio de dúvidas sobre a posição do Partido Socialista. Isto não tem nada para discutir, agora tem é para esclarecer. Parece que está tudo com medo de esclarecer, pelo menos da sua parte. Estive agora a ler a moção que foi apresentada e já disse que era a posição do PS na assembleia de freguesia de Vilar de Besteiro e Mosteiro de Fráguas, que foi aprovado por unanimidade. O que diz é no fundo o que o governo está a dizer. Está a defender, a propor que seja avaliado e que depois seja feita a reforma em

Carlos



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

função do tal grupo de trabalho. Mas ao mesmo tempo, aprova, também por unanimidade, a moção dos elementos do PSD na assembleia de freguesia que diz para já. Gostaria, também, de saber qual é a posição da assembleia de freguesia, porque ficámos baralhados. Agora, estou a recordar-me e visto dizer que é a favor de reformas, e um dia o Dr. Carlos Marta perguntou-lhe aqui, creio que em setembro de 2012, quando debatemos esta questão, perguntou-lhe qual era a sua proposta. Sabe qual foi a sua resposta? Gostaria de saber se ainda mantem ou não. Disse: “Mosteirinho não porque fica muito longe e isso não é sou contra, Mosteiro de Fráguas tem uma história e também sou contra. Está na ata de setembro de 2012. Gostava de saber a posição concreta, se é para já ou se é para avaliar? E ainda não consegui perceber a posição do Joaquim Santos.”

O membro António Ferreira leu a proposta alterada.

O membro Manuel Veiga interveio dizendo que com as alterações efetuadas na moção, votaria favoravelmente. Mais referiu que não tem dúvidas nenhuma, que o PSD, o CDS e o PS são a favor de uma reforma, querem acabar com algumas freguesias e com alguns concelhos. Frisou que não é essa a sua posição, nem é isso que o seu partido defende. Referiu que a proximidade é feita com esses movimentos, tal como em Vila Nova da Rainha, que se mobilizou para esse fim, a assembleia estava cheia, porque de outra forma afasta-se das populações, estando curioso para ver as votações dos projetos-leis.

O senhor presidente da câmara interveio de seguida:

“O pior é falar de equívocos e como sabem no dia 17 de maio de 2011 foi negociado e assinado pelo governo de então, o memorando da Troika. Julgo que os factos históricos não merecerem qualquer discussão. Este memorando diz “... a decisão do cumprimento faz também depender os desembolsos adicionais de uma conclusão positiva das avaliações de condicionalidade que terão lugar ao longo de três anos de duração do programa...”, continua mais em baixo” ...se os objetivos não forem cumpridos ou se for espetável o seu não cumprimento, serão adotadas medidas adicionais. As autoridades Portuguesas comprometem-se a consultar a Comissão Europeia, o BCE e o Fundo Monetário Internacional quanto à adoção políticas que não são sejam consistentes com este memorando...”. Na página 16, temos algo que acho que não deixa qualquer dúvida e não podemos de deixar de considerar a

Cleud
Jos
Carlos



responsabilidade do que aqui está, dentro das medidas que estavam previstas e que diz respeito ao número de autarquias, o termo que está cá, que aponta até ao terceiro trimestre de 2012 a conclusão desta medida, diminuindo em 50% o número de autarquias, fossem elas freguesias ou concelhos. Não está em causa se foram ouvidas: a ANAFRE, os partidos.

Julgo que era importante saber como se defende a municipalização do sector da água, sem fazer uma rescisão do contrato? Pergunta legítima à qual não sei responder. O movimento diz e para não haver dúvidas vou ler: no MUAP está o termo remunicipalização do sector da água. Se tenho uma concessão que vai até 2027, como posso operar essa missão? Como posso fazê-lo sem evocar a nulidade. Depois defendem “evocar a nulidade do contrato”. Se bem sabemos evocar uma nulidade, não é uma decisão arbitrária. (O membro Joaquim Santos disse que por isso mesmo e que vem de acordo com o que disse”). Ótimo, já estamos esclarecidos.”

De seguida. O presidente da assembleia colocou à votação o voto de congratulação apresentado pelo PS, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos de: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

Continuou colocando à votação a proposta do senhor presidente da câmara (anexo 14) sobre a comissão de trabalho para definir a cobrança de tarifa de RSU, tendo sido aprovado por unanimidade com votos: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.

Carlos
Bom
Carlos



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Ordinária 28-11-2016

Seguidamente, foi colocado a moção apresentada pelo PSD, tendo sido aprovada por unanimidade: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Marina Leitão, Arménio Marques, António Dinis, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, António Almeida Dias, António Figueiredo Pereira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, Gonçalo Pereira, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Augusto Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Armando Marques, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, José Mendes e António Sérgio Almeida.”

3- Período aberto ao Público

Interveio o senhor José Carlos Coimbra:

“Boa tarde. Há pouco o deputado Joaquim Santos referiu que a freguesia e as assembleias de Vilar de Besteiros não se manifestaram contra a união de freguesias. Aconselhava-os a ler as atas e depois vir aqui retratar-se. “

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, desejando a todos um santo Natal. Foi lavrada a presente ata.

O Presidente: Carlos Cunha

O 1º Secretário: Filipeiro

O 2º Secretário: Carlos Manuel Martins da Silva



ando)

*Alvaro
de Campos*

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

**Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de
Freguesia**

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia

Exmos Senhores membros da comunicação social

"Pokémons" ou "Gambozinos"

Há já alguns anos que nas diversas vertentes pelas quais tenho canalizado as minhas energias, sejam elas a profissional, a de dirigente associativo, a de político ^{ou} até a de simples cidadão, que o faço segundo a máxima desse enorme poeta José Carlos Ary dos Santos, de que "castrado não"! Mas não fico só por esse ditame de conduta. Sempre procurei, nessas diversas vertentes, colocar-me como Álvaro de Campos, escreve no célebre poema Tabacaria:

"Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.



Cláudio
José
Cados

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo"

Resumindo, apesar de militante deste partido, nunca deixei que tal me ensombrasse o pensamento, me ofuscasse a capacidade de criticar quando tivesse que o fazer, me tolhesse a humildade quando tivesse que elogiar. Sou, como sabem, apoiante do actual presidente da Câmara Municipal de Tondela. Reconheço no Dr. José António de Jesus uma inegável capacidade de domínio das questões que hoje jorram em catadupa à Câmara e a que com lucidez e coerência é necessário dar, por vezes, resposta rápida. Sei que é uma pessoa preocupada com o concelho (deixe-me a este propósito, dizer que prefiro esta terminologia, àquela que hoje correntemente se usa, de território; concelho é um termo que provem do latim concilium e que se traduz em concílio, reunião, assembleia, ^{património líquido a pessoas} enquanto território é um substantivo que se traduz em área) e com as pessoas, procurando com as políticas que define alcançar o seu bem-estar. Mas, isso, não me inibe, como o próprio bem sabe, de o criticar quando entendo que o aquilo que defende não me parece o mais correcto e com mesma frontalidade elogiar quando entendo que as medidas tomadas são as mais acertadas.

E quanto à oposição, tenho desde sempre, designadamente desde que assumi funções nesta casa, ^{fi do} na máxima consideração pelas pessoas, por todos os membros das diversas forças políticas e particularmente para com os seus líderes de bancada, com quem e



*Cláudio
Jos
Caldas*

enquanto exerci funções de líder da bancada do PSD, mantive alguns calorosos debates.

Feita esta, talvez longa declaração de interesses, entro então na substância da minha intervenção.

A nível nacional, assisti na televisão portuguesa, não podendo precisar o canal, a um suposto estudo, que afirmava que os portugueses estavam mais optimistas, com algumas entrevistas de rua, visando confirmar tal manchete jornalística. Tal noticia, surge na sequência de uma outra, de que Portugal teria atingido neste último trimestre um crescimento económico 1,6%, face ao mesmo período de 2015. Face a tal resultado o euforismo governamental foi uma constante, com rasgados sorrisos e uma propaganda sem fim, como se o país tivesse efectivamente alcançado feito de vulto. Mas, os mais atentos sabem que não há ainda razões para tanto foguetório. Lembrar-se-ão que o Partido Socialista, tinha no seu, pelos vistos, "pouco credível estudo macroeconómico", uma projecção quanto ao crescimento económico já em 2016, ~~a~~ economia cresceria 2,4%, 3,1% em 2017, 2,8% em 2018 e 2,4% em 2019. Mas mais, já Governo, e deixando o mundo virtual um pouco de lado e colocando os pés na terra, ^{pa} Mário Centeno, para este ano tinha previsto no OE, um crescimento de 1,8%. Estamos aquém portanto! Mas mais, ^{que} a título foi alcançada esta luz, ainda que ténue? Do que li, porque sou dos que reconhece as suas limitações e economia não é de todo o meu forte, esta evolução do PIB está a



*Cláudio
Ferreira
Caires*

ser feita pela via das exportações, conforme o defendia o PSD e não pela via do tão famigerado estudo macroeconómico, do consumo interno. Diga-se aliás que aquando da apresentação do OE, para 2017 o próprio Governo reviu tal valor fortemente em baixa para 1,2%, sendo que por trás do maior pessimismo em torno da economia está precisamente uma procura interna que não está a evoluir ao ritmo que o Governo tinha desenhado. O investimento, em concreto, apresentou alguns dos piores números dos últimos anos, com duas contracções consecutivas no primeiro e segundo trimestre do ano.

Quanto ao défice público, parece-nos e segundo algumas notícias que vamos lendo que o mesmo vem sendo alcançado graças à retenção dos pagamentos por parte das entidades públicas. Segundo dados da Direcção Geral do Orçamento, os pagamentos em atraso das entidades públicas situaram-se em 1.161 milhões de euros no final de Outubro. A ser verdade, estaremos perante mais uma falácia, que aos olhos dos mais incautos parecerá mais um milagre das rosas.

E por aqui me fico quanto a esta matéria. "Ser paciente, esperar que a palavra amadureça e se desprenda como um fruto ao passar o vento que a mereça", como refere Eugénio de Andrade, será talvez a atitude mais prudente, aguardando que o futuro nos traga novas.



*Clareb
Jm
Carlos*

Mas este Governo tem-nos também brindado com casos que em nada dignificam a causa pública. Sou, consequência da justeza de princípios que procuro na coisas, dos que defende a transparência e a dignidade do exercício dos cargos e da actuação pública. Já aqui o referi por diversas e múltiplas vezes que entendo que a **actividade politica tem que ser definitivamente entendida como serviço público e as lideranças exercidas por quem alie a capacidade técnica e de decisão a um inegável percurso de serviço de cidadania na sociedade civil.** Não vem mal nenhum ao mundo que um não licenciado exerça um cargo público ou politico, se para tal tenha competências. Vergonha é querer parecer o que se não é. Vivemos num País em que todos, custe o que custar, se querem afirmar pelo titulo académico, ou por um pretenso titulo académico. Esse é quanto a mim um dos nossos erros. Devemos afirmar a nossa capacidade e a nossa competência, não pela forma, mas pelo trabalho efectivamente produzido, pelas marcas deixadas na nossa intervenção cívica!



*Jorge
Manuel
Rodrigues*

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia

Exmos Senhores membros da comunicação social

Aqui chegados, ao nosso concelho, como lhe chamo, ou território como lhe querem agora chamar, venho assistido nas redes sociais a um conjunto de críticas, visando a governação social democrata. Ele são as Etar's de Molelos, Lagedo, Ermida, os procedimentos internos de funcionamento na Câmara, as providências cautelares da Junta de Freguesia de Molelos, a Tondelviva, etc, etc, etc. . Tudo para nos lembrar de que as próximas eleições autárquicas estão aí ao lado! Não costumo utilizar as redes sociais para debater ideias ou políticas. As plataformas digitais estão hoje muito vocacionadas para o fugaz e o ilusório, como o famigerado jogo que vai movendo



*Caetano
Ferreira
Lopes*

jovens, e pelos vistos menos jovens, na busca de "Pokémons" ou como costume dizer "Gambozinos".

Com preocupação assisto a pessoas que com responsabilidades políticas, não têm pejo em ignorar os mais elementares princípios de educação e respeito e ofendem quem não alinhe na "caçada aos ditos "Pokémons" ou "Gambozinos." É fácil desinformar e sustentar uma campanha alicerçada na falácia, procurando com base no populismo e na demagogia, atacar sem peias o actual Presidente da Câmara e a governação social democrata. Compreendo o receio do Partido Socialista de Tondela, que vê outros a tomarem as bandeiras do ataque político(o Bloco de Esquerda, O Partido Ecologista os Verdes) e vê obrigado, na ânsia de marcar posição e a não perder terreno, a acompanhar alguns destas demagógicas acusações. Mas esperava mais do Partido Socialista. Sendo partido com pretensões de governança, não pode deixar-se arrastar para esta corrente de desinformação. Há naturalmente problemas em algumas Etaa's de Tondela. Que saiba, já aqui por várias vezes, os mesmos foram assumidos pelo senhor Presidente da Câmara, com



*Cláudio
Jorge
Cendes*

explicações do porquê e do esforço que está a ser feito, no sentido da sua resolução. Mas e porquê foi esquecido o esforço que a Câmara fez na construção de novas Etar's, como Zona Industrial de Tondela, Caparrosinha, Tondela(estaleiro), etc..etc., procurando aproveitar ao máximo os fundos comunitários disponíveis no anterior quadro comunitário.

Intervenção cívica não é sinónimo de arruaça e de ofensa gratuita no espaço cibernético. Intervenção cívica, admite a crítica, mas ~~aquela que~~ aponta também caminhos e perspectiva soluções. Intervenção cívica, ou plataformas cívicas, são aquelas ^{que têm} ~~em~~ provas dadas na sociedade civil, seja no associativismo, na política, no exercício até da nossa actividade profissional.

E a este propósito, e face ao conjunto de moções que vieram a lume no nosso concelho das diversas freguesias que foram agregadas por força da Lei 22/2012 de 30 de Maio e 11-A/2013, de 25/1, pergunto ao Partido Socialista qual a posição a tomar? Acompanhará estas freguesias a Assembleia da Republica, como o fez no caso do Tourigo? É a favor da revogação da Lei,



*Cláudio
Rodrigues*

designadamente para a freguesias que pretendam reverter o processo. Sei que dirá que esta foi uma reforma levada a cabo pelo PSD. Pois sim, e eu relembro que teríamos sempre que a realizar em função de um memorando assinado pelo Governo Socialista, desse "imaculado" primeiro ministro de nome José Sócrates.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia

Exmos Senhores membros da comunicação social

Termino a minha intervenção tendo a consciência pelo que se vai vendo que as próximas autárquicas já vão mexendo. Por mim, deixo apenas um alerta aos dirigentes partidários, sejam efectivos ou meramente putativos, no sentido do debate informado, do respeito das mais elementares regras democráticas, e quando na escolha



*Alcides
Braz
Caldas*

dos futuros representantes dos eleitores deste concelho, o procurem fazer assente nos pilares da qualidade, experiência e notoriedade cívica, para que ^{aqueles} ~~os mesmos~~ se sintam efectivamente representados.

Uma nota final, afirmar que neste concelho de Tondela, "se até um burro vestir uma camisola da cor é eleito", é uma manifesta ofensa aos eleitores e às regras da democracia. Lembro que há muitos outros concelhos nos País vestidos com camisolas de outras cores. Mas continuem, estou convencido de que ganharão o jogo da apanha dos Pokémons ou Gambozinos!

Muito Obrigado!

Jorge Henrique



Grupo parlamentar PSD

Assembleia Municipal de Tondela

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Um ano volvido de governação socialista, alicerçada na maioria parlamentar com o BE e o PCP e eis que surge uma notícia boa! Os dados preliminares conhecidos apontam, de facto, para um crescimento de que rondará 1,5%!

Parabéns Sr. Primeiro-ministro. Há que ter fair-play e reconhecer que há de facto um ligeiro crescimento. Menos mal!

Mas para quem previa um crescimento superior a 2% não seria melhor ter algum recato e menos pompa e circunstância? Mas continuemos com a análise dos números.

Este ligeiro incremento na economia deve-se ao impacto do turismo, das exportações e da receita extraordinária da venda dos F16 à Roménia. Um crescimento plástico e artificial conjuntural e não estrutural. Acresce que a poupança está a diminuir e a dívida tem escalado para novos máximos.

E qual é a justificação para que os juros da dívida portuguesa tenham explodido 20% num mês?

Ou para as taxas a dez anos terem tocado nos 3,9%, muito perto do limiar de 4% a partir do qual a DBRS, promete reavaliar o rating?

E a "devolução de rendimentos" que não se sente?

Se a estratégia económica deste governo estivesse mesmo a resultar, tínhamos tido um crescimento de 2,2% este ano e de 3% em 2017. Era isto que estava no cenário macroeconómico do PS e dos seus malabaristas.



O governo PS não conseguirá em dois anos descolar do que lhe tinha sido deixado pelo governo anterior (1,6%).

Mais, este Governo tudo tem feito para ocultar o deficit, salvando a honra do convento e assegurando a sua própria sobrevivência com os parceiros, BE e PCP.

Mas há dados preocupantes que revelam que na generalidade dos serviços públicos as dívidas continuam a aumentar.

Os hospitais que pertencem ao Estado continuam a aumentar o volume total de dívidas por pagar há mais de 90 dias, ou seja, há pagamentos em atraso. As entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde agravaram em 50 milhões o valor de pagamentos em atraso do SNS de setembro para outubro. Como se explica esta situação? Julgo que ninguém poderá ficar indiferente a estes números que ficam muito aquém do que seria expectável.

É verdade que sinto que os portugueses estavam a precisar de um pouco de descanso, é um facto. De um intervalo como os meninos no recreio da escola. Sabe bem descansar!

4
Cláudio
Fin
Coelho

E por isso a alternância partidária, que é o músculo da democracia, não me incomoda por natureza será sempre bem-vinda, quando vem por bem, o que não me parece que tenha acontecido.

O primeiro-ministro, Dr. António Costa queria poder e conseguiu. É habilidoso na arte de tudo fazer para passar a imagem que *lá por casa está tudo bem* mesmo quando não está. Temos que lhe tirar o chapéu por isso.

Reconheço que o Dr. Passos Coelho era incapaz de se rir como se ri o Dr. António Costa. Mas os contextos são diferentes. Haja honestidade intelectual!

Durante quatro anos não havia nenhum motivo para sorrir... o FMI, o resgate, o programa de assistência, a Troika retiraram-nos a vontade! Mas para as calendas (gostem ou não gostem), o Dr. Pedro Passos Coelho ficará como o primeiro-ministro que liderou o governo que resgatou Portugal e que o tirou da banca rota deixada pelo PS. Quanto ao Dr. António Costa ainda muita tinta haverá de correr...

A ver vamos Sr. Primeiro Ministro, a ver vamos...

Cristiana da Silva Ferreira

anexo 3
Alcides
Dns
Carlos

Cumprimentos

Os hospitais que pertencem ao Estado continuam a aumentar o volume total de dívidas por pagar há mais de 90 dias, ou seja, pagamentos em atraso. As entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde agravaram em 50 milhões o valor de pagamentos em atraso do SNS de setembro para outubro. O valor consta do relatório de Síntese de Execução Orçamental relativo a outubro de 2016 divulgado pela Direção Geral do Orçamento (DGO).

Dos 50 milhões de euros, 47 milhões referem-se a um agravamento dos pagamentos em atraso, de setembro para outubro, nos hospitais do setor empresarial do Estado (Hospitais EPE). Os restantes três milhões são relativos ao subsetor da saúde.

No total do ano até outubro, os pagamentos em atraso chegaram aos 758 milhões de euros. Em 2015, também até outubro, o valor era de 451 milhões de euros. Ou seja, a execução orçamental do presente Governo agravou os pagamentos em atraso na saúde em 312 milhões de euros.

Sintomático...

Após esta consideração inicial acerca do estado da saúde em Portugal, queria apenas lembrar esta Assembleia que o Senhor Ministro da Saúde não anunciou qualquer novidade para a nossa região.

Todos os investimentos apregoados correspondem à lista de prioridades definidas e aprovadas pelo anterior governo PSD/CDS, onde se inclui a ampliação da urgência Centro Hospitalar Tondela, bem como a reabilitação da extensão de Campo de Besteiros

Salientar também que o Senhor Ministro também não foi muito mais longe do que um vago e pouco rigoroso “a partir de 2017”, ficando nós sem nenhuma calendarização ou compromissos orçamentais de investimento.

Quanto à instalação da unidade de radioterapia no Centro Hospitalar Tondela Viseu, ficamos satisfeitos pela vontade política demonstrada e saudamos a posição do governo. Contudo, a única decisão conhecida, nesta matéria, é de natureza técnica e por parte da Entidade Reguladora da Saúde e proposta do atual Conselho de Administração. Do governo não é conhecida qualquer decisão, despacho ou deliberação. Tratando-se de uma aspiração que une toda uma região, solicitamos ao Senhor Ministro que passe da vontade que também é nossa, à decisão que é apenas do Governo.

Vera Machado

anexo 4

Carlos
Silveira

Requerimento

O grupo parlamentar do PSD solicita à Mesa da Assembleia Municipal de Tondela que se passe para os outros assuntos de interesse para o concelho a discussão e votação da moção apresentada pelo PS relativa à "Unidade de Radioterapia"

Assembleia Municipal de Tondela, 28 Novembro 2016

Pelo grupo parlamentar do PSD

Criseiana Henriada Silveira

Carlos
 José
 Carlos

REQUISIÇOS

QUE A ASSEMBLEIA DELIBERE QUE SE
 ABRA A DITENSÃO DO VOTO DE CONSERVAÇÃO
 APRESENTADO PELA PS, CONCEDENDO O
 TEMPO SEGUINTE:

- PSD - 10 min.
- PS - 6 min.
- CDS - 4 min.
- CDU - 2 min.

Carmita

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 24 de setembro 2016 a 23 de novembro de 2016)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 30 de setembro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- com Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias de Vilar de Besteiros / Mosteiro de Fráguas, Tondela / Nandufe, Santiago de Besteiros, S. Miguel do Outeiro / Sabugosa, Mouraz / Vila Nova da Rainha, Barreiro de Besteiros / Tourigo, Lobão da Beira, Tonda;
- com responsáveis das empresas Cotefis, V-Concept (no âmbito do projeto de remodelação de água e saneamento no caramulo), Tregood, Eberspächer (2 reuniões>), I-SETE, Civibérica, Amadeu Gonçalves Cura, Price Water Coopers, Hotel do Caramulo, Território XXI, Fresenius Kabi;
- com responsáveis da Direção Geral de Energia e Geologia;
- no Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões;
- com a Sr^a Secretária de Estado da Modernização Administrativa;
- visitas de trabalho à freguesia de Canas de Santa Maria, no âmbito da avaliação da reabilitação local, à União de Freguesias de Barreiro de Besteiros / Tourigo, à freguesia de Parada de Gonta;
- na conferência sobre Cuidados paliativos no Hospital Cândido de Figueiredo;
- visita de trabalho ao quartel dos Bombeiros Voluntários de Tondela, no âmbito da aquisição da nova viatura de desencarceramento;
- no workshop “Exportar Mais”;
- no Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;

- na conferência de imprensa sobre o projeto Rede Cultural Viseu Dão Lafões;
- com responsáveis da ACERT (2 reuniões);
- visita de trabalho ao edifício do Tribunal de Tondela juntamente com técnicos da AMA, Agência para a Modernização Administrativa;
- com os líderes parlamentares que têm assento na Assembleia Municipal para apresentação das linhas estruturais do plano de Atividade e Orçamento do Município para o ano de 2017;
- no Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- na conferência “Plano Nacional para a Coesão Territorial”, seguida de assinatura de protocolo de delegação de tarefas entre IFAP, os GAL e a Federação Minha Terra;
- sessão pública de apresentação do certificado EQUASS, Excelência em Serviços Sociais, à ASSOL;
- reunião promovida pela CIM Viseu Dão Lafões com o Secretário Técnico do Programa Operacional Centro 2020 e responsáveis da AMA, Agência para a Modernização Administrativa;
- com responsáveis da CCDRC;
- com Secretário de Estado da Administração Local;
- com responsáveis da CVR Dão

- Criação da segunda sala de audiências no edifício do Tribunal de Tondela

Como é sabido, no âmbito do Programa aproximar, assinado em 1025, ficou definida a possibilidade de ser estudado pela AMA – Agência para a Modernização Administrativa, a utilização de parte do edifício do Palácio da Justiça (Rés do Chão), se para tal o mesmo fosse disponibilizado pelo IGFEJ – Instituto de Gestão Financeira dos Equipamentos da Justiça.

Tendo presente as diferentes reuniões ocorridas, por iniciativa do Município, em particular com a Senhora Secretária Adjunta e da Justiça, apoiaremos uma estratégia que possa potenciar os serviços e a capacidade de acautelar o futuro do Tribunal.

Não deixando de registar que alguns profissionais (locais) deste Ministério da Justiça (junto dos seus pares políticos da atual maioria), têm mostrado reservas imobilistas, que jamais se poderão aceitar, na medida em que, connosco, a ambição e o sentimento como perspetivamos o futuro, não se limita ao presente, ao imediato.

Neste sentido, assinámos com o Ministério da Justiça – IGFEJ (pela indisponibilidade de recursos humanos técnicos e financeiros deste organismo), um protocolo que visa a disponibilidade do Município para desenvolver componentes do projeto que perspetiva a instalação de uma segunda sala de audiências e respetivas acessibilidades para portadores de mobilidade condicionada, não só para permitir a ocorrência de “julgamentos com coletivo”, mas também, e não menos importante, para potenciar o futuro do tribunal, na decorrência das permanentes reformas e contrarreformas, esperando-se que, com este reforço, possamos num futuro próximo acolher uma nova valência, com competência específica, nomeadamente o comércio, já que se impõe acautelar essa próxima reforma.

Lembremo-nos que decorre da reforma do mapa judiciário a sua análise e reavaliação, ao fim do ciclo de 5 anos, pelo que no decurso do próximo ano tal revisão deverá, de forma imperiosa, ocorrer.

Nestes termos, tal sala será localizada no espaço onde no passado funcionou o Registo Predial (R/Chão lado Dto), pelo que a área sobrance não permitirá acolher serviços que integram a Loja do Cidadão, no âmbito do já referido acordo protocolado do Programa Aproximar.

Estamos a avaliar outras possibilidades, em articulação com a Secretaria de Estado da Modernização administrativa, que satisfaçam os objetivos e a funcionalidade desta reorganização e serviço.

- Ambiente

Adesão à **Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas** que será formalizada no próximo dia 9 de dezembro com a assinatura da respetiva Carta de Compromisso na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Ao longo de quase dois anos, trabalhámos numa plataforma pioneira.

O único concelho desta CIM a participar neste projeto, que agora caminha para uma Rede de partilha de conhecimento e de construção de projetos que visam desenvolver estratégias que atenuem os riscos das profundas alterações climáticas, seja nos ciclos críticos de intensidade da pluviosidade, seja nos fatores que conduzem á inquietante erosão, a par dos riscos associados a incêndios e à degradação ambiental.

Como já aqui afirmamos, a principal transformação terá de ocorrer nas transformações culturais, no sentido de responsabilidade, sabendo que é nossa obrigação coletiva contribuir para a melhoria da qualidade de vida ambiental.

Mas tal não se poderá cingir a uma cidadania farsante.

De nada valerá impormos parâmetros aos serviços públicos, exigindo níveis de tratamento brutalmente onerosos, se não cuidarmos de atenuar as fontes de poluição, se não nos implicarmos em causas, que jamais podem satisfazer objetivos político partidários.

Por tudo isto, depositamos muita esperança na articulação entre serviços, quer centrais dos ministérios, quer dos atores locais, no fomento e na transmissibilidade de boas práticas, pelo que esta Rede deverá ser o alicerce deste caminho.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 23 de novembro de 2016.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2016 e 23-11-2016)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (89,86%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-89,86%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.549.386,25	3.889.156,64	85,49%	-4,37%	19,15%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	85.933,95	66.901,20	77,85%	-12,01%	0,33%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	199.147,39	213.089,48	107,00%	17,14%	1,05%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.543.400,00	1.275.143,57	82,62%	-7,24%	6,28%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.134.081,00	8.913.693,03	87,96%	-1,90%	43,88%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.424.500,00	1.298.704,91	91,17%	1,31%	6,39%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.150,00	47.719,10	74,39%	-15,47%	0,23%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	1.050,00	288.501,70	27476,35%	27386,49%	1,42%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	5.912.051,00	1.990.235,80	33,66%	-56,20%	9,80%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	4.500.000,00	832.170,38	18,49%	-71,37%	4,10%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	100,00	25.623,01	25623,01%	25533,15%	0,13%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	7.500,00	22.614,81	301,53%	211,67%	0,11%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.449.232,26	1.449.232,26	100,00%	0,00%	7,13%
TOTAL GERAL		29.870.531,85	20.312.785,89	68,00%	-21,86%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, um grau de execução da receita de (68,00%), abaixo do grau de execução esperado para este período, (89,86%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 21,86%.

No entanto é de salientar que este resultado, está afetado do impacto produzido, pela receita prevista de 4.500.000, 00€ de passivos financeiros, em que, 500.000€ terão que ser revistos em baixa por revisão orçamental e 4.000.000€ resultam do contrato de empréstimo recentemente visado pelo Tribunal de Contas. Se retirássemos este impacto, a taxa de execução da receita seria (69,16%) e não (68,00%), e o desvio negativo seria de (20,70%) e não (21,86%).

Na execução da receita é também relevante mencionar a rubrica de venda de bens de investimento, que já reflete a venda do lote na Zona industrial do Lajedo, com uma receita cobrada bruta de 287.912,50€, que terá que ser revista em alta em próxima revisão orçamental.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 20.312.785,89€.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2016 a 23-11-2016

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (89,86%)
Despesas Correntes	15.662.110,86	11.383.097,43	72,68%	-17,18%
01 Despesas com Pessoal	4.796.448,00	4.306.418,31	89,78%	-0,08%
02 Aquisição de Bens e Serviços	7.509.386,86	4.637.825,07	61,76%	-28,10%
03 Juros Outros Encargos	16.068,00	4.543,81	28,28%	-61,58%
04 Transferências Correntes	3.204.261,00	2.330.278,41	72,72%	-17,14%
06 Outras Despesas Correntes	135.947,00	104.031,83	76,52%	-13,34%
Despesas de Capital	14.208.420,99	3.588.276,36	25,25%	-64,61%
07 Aquisição de Bens de Capital	10.512.673,99	2.477.060,47	23,56%	-66,30%
08 Transferências de Capital	2.574.597,00	378.938,04	14,72%	-75,14%
09 Activos Financeiros	144.750,00	72.375,00	50,00%	-39,86%
10 Passivos Financeiros	491.250,00	359.927,90	73,27%	-16,59%
11 Outras Despesas de Capital	485.150,00	299.974,95	61,83%	-28,03%
TOTAL	29.870.531,85	14.971.373,79	50,12%	-39,74%

Carlos

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, um grau de execução da despesa corrente de (72,68%) sendo, o grau de execução esperado (89,86%), representa um desvio negativo de (17,18%). Por outro lado, regista um grau de execução da despesa de capital de (25,25%), o que representa um desvio negativo de (64,61%).

Importa salientar a distorção na análise que os dados contidos neste mapa podem provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, ainda não se encontram refletidos os pagamentos a fornecedores referentes a outubro, por se encontrarem em fase de processamento. O Município de Tondela encontra-se a efetuar pagamentos a fornecedores a 30 dias.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2016 a 23-11-2016

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		15.662.110,86	14.631.792,57	93,42%
01	Despesas com Pessoal	4.796.448,00	4.762.568,07	99,29%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7.509.386,86	6.741.038,93	89,77%
03	Juros Outros Encargos	16.068,00	12.506,94	77,84%
04	Transferências Correntes	3.204.261,00	2.989.654,40	93,30%
06	Outras Despesas Correntes	135.947,00	126.024,23	92,70%
Despesas de Capital		14.208.420,99	6.660.935,13	46,88%
07	Aquisição de Bens de Capital	10.512.673,99	3.194.790,22	30,39%
08	Transferências de Capital	2.574.597,00	2.352.178,22	91,36%
09	Activos Financeiros	144.750,00	144.750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	491.250,00	484.191,71	98,56%
11	Outras Despesas de Capital	485.150,00	485.024,98	99,97%
TOTAL		29.870.531,85	21.292.727,70	71,28%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que, já comprometemos (71,28%) da dotação do orçamento do Município, que representam em termos absolutos 21.292.727,70€ de compromissos já assumidos para o exercício de 2016.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, na Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Face ao que precede verificou-se que, se assumiram os seguintes compromissos plurianuais, desta natureza, entre a data do último reporte, 23-09-2016 e do presente relatório, 23-11-2016:

Cláudio José Cados

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 23/09/2016 A 23/11/2016				
<small>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 15/11/2015 pela Assembleia Municipal)</small>				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2017	2018	2019	Seguintes
Serviços de desenvolvimento de atividades diárias nos jardins de infância da Concelho	48.420,18			
Transportes escolares	25.440,00			
Protocolo de colaboração de apoio à prática desportiva época 2016/2017 - escalões federados	20.000,00			
Protocolo de colaboração de apoio à prática desportiva época 2016/2017 - classe de formação	60.000,00			
Protocolo de colaboração de apoio à prática desportiva época 2016/2017	5.000,00			
Protocolo de colaboração de apoio aos arranjos urbanísticos junto à ponte na localidade de Mosteiro de Fráguas	7.000,00			
Protocolo de colaboração de apoio às obras de restauro do telhado da capela de Sta Bárbara em Lourosa e restauro da capela de Muna de Besteiros	5.500,00			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Tourigo/Barreiro	7.190,01			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - S. João do Monte	7.190,01			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Alvarim	5.752,73			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Santiago de Besteiros	6.471,82			
Regime de fruta escolar 2016/17	5.870,45			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Canas Sta Maria	15.820,00			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Vilar de Besteiros	12.224,55			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Botulho, Adiça, Molelos	28.763,64			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - Tonda, Lobão da Beira	17.977,27			
Gasóleo de aquecimento para as escolas do Concelho 2016/17	7.072,50			
Protocolo de colaboração de apoio às obras do parque de lazer S.Simão	60.000,00			
Protocolo de colaboração no âmbito do projeto "Programa cultural em rede"	48.850,53	48.850,53	33.759,15	
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - aquecimento e material escolar	54.764,23			
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - componente de apoio à família	350,00			
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - componente de apoio à família	10.359,35			
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - transporte escolar	4.500,00			
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - componente de apoio à família	5.000,00			
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - aquecimento e material escolar	23.717,33			
Protocolo de colaboração no âmbito da ação social escolar 2016/17 - transporte escolar	17.500,00			
Refeições escolares do 1º ciclo e jardins de infância 2016/17 - S.Miguel do Outeiro, Sabugosa	9.707,73			

3. Conclusão

Estando ainda por concluir o quarto trimestre de 2016, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 23 de novembro de 2016

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



(Joana Chaves)



Cumprimentos

Relativamente à questão das ETARS muito tem sido veiculado nas redes sociais.

Essas tais plataformas de pessoas livres, independentes, esses verdadeiros tecnocratas facciosos têm esmiuçado alguns dos problemas ambientais que ^{Afectam} ~~assolam~~ o Concelho, mas afloram esta temática de uma forma tendenciosa, não na busca da verdade e muito menos tentam ou procuram uma solução.

Mas o Grupo Parlamentar do PSD já se habituou há muito a esse ruído de fundo, são os verdadeiros rádios a pilhas cujo propósito é apenas o protagonismo e uma tentativa desmesurada de um lugar de que reclamam posse, mas que se esquecem que a propriedade do lugar não é sua, a propriedade do lugar pertence ao povo e ao voto que é soberano.

Findas estas considerações iniciais, e porque há efetivamente alguns problemas, convém lembrar alguns mais distraídos que o período de vida útil de uma ETAR não ultrapassa as duas dezenas de anos, e que se trata de um equipamento dinâmico, que necessita de um acompanhamento permanente.

Se há constrangimentos, claro que sim...

E se há uma estratégia para os resolver, claro que sim...

Está a ser feita uma avaliação profunda das Etars que apresentam problemas de funcionamento, algumas delas com mais 30 anos de vida, para se prosseguir com uma intervenção eficaz, acabando assim com estas questões.

Convém também lembrar que ao abrigo do POVT foram construídos muitos equipamentos, e que estão em marcha candidaturas ao POSEUR que serão a solução para muitos destes constrangimentos.

Mas a esquerda que está legitimamente preocupada com estas questões, poderia fazer lobbie junto da sua maioria governativa e à semelhança do que aconteceu com o executivo de Passos Coelho, abrir uma linha de financiamento específica para este propósito, como aconteceu com algumas autarquias socialistas do distrito a quem o governo à época concedeu essa facilidade.

Coelho
Dir
Coelho



Orçdo 9

*Acuel
Diz
Cade*

ANÁLISE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS G.O.Ps E ORÇAMENTO PARA 2017

“Senhor presidente mesa da assembleia municipal de Tondela,
Senhor presidente da Câmara Municipal de Tondela,
senhores membros da mesa, senhores membros da assembleia, público presente,
comunicação social, a quem cumprimento. *Bom tarde.*

Sendo este um ponto muito importante na ordem de trabalhos desta assembleia queríamos aqui referir a nossa posição perante o mesmo e procurar contribuir para uma explicitação o mais cabal possível dos diferentes parâmetros e princípios que regeram a sua construção dos documentos G.O.Ps e Orçamento. Procuramos, por isso as indispensáveis explicações do senhor Presidente da Câmara e dos demais intervenientes desta assembleia.

Estamos perante duas propostas já aprovadas em sede da Câmara que se completam e que, antes de mais, demonstram um elevado sentido de definição de prioridades, e de implementação de estratégias de crescimento e de desenvolvimento sustentado para o concelho, com base numa articulação profícua entre o investimento publico e privado, num tempo que deve ser de esperança e de esforço de concretização dos projetos de futuro para o nosso concelho de Tondela.

Cada dia que passa, vamo-nos apercebendo de doses de populismo exacerbado cada vez mais evidentes. É por isso de louvar quando, quem decide, o faz com seriedade, isenção e coragem, sempre na prossecução dos melhores objetivos de desenvolvimento e de bem-estar das populações do seu concelho. *e o município fez o feito bem!*

O investimento aqui programado no domínio das acessibilidades consideradas, agora, mais prioritárias, apenas vai resolver essas mesmas prioridades. Mas convenhamos que há muitas outras vias em que também terá de se começar equacionar a sua reabilitação, fruto, hoje, da ausência de fundos comunitários para essas grandes obras, o que vai obrigar a que se projetam novas soluções para a satisfação das necessidades das populações, e que incluirá sempre o dispêndio de fundos do município, na totalidade do investimento. Não há fundos comunitários para alcatrão!

E isso levará, necessariamente, a novas definições de prioridades e à deslocação de verbas financeiras entre áreas diversas, conseqüentemente, a uma maior especialização das estratégias e dos projetos s realizar.

De realçar aqui, também o programa de apoio com Bolsas de estudo para alunos carenciados no Ensino Superior que o município instituiu. Felicito a municipalidade



*Cláudio
Basil
Caldas*

Sendo as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, também um suporte da estratégia política e financeira das juntas de freguesia, das coletividades e associações, das pessoas e das entidades que interagem com o município, passa-se a partir da sua aprovação, a permitir a possibilidade de perspetivarem em tempo oportuno as suas opções de planificação estratégico-política para as suas gentes, plasmada nos seus orçamentos e nas suas linhas de orientação, com base no possível e concretizável e numa perspetiva séria de futuro.

Estamos perante um orçamento que aponta o caminho do investimento, da racionalização da despesa, sem descuidar o quadro de recursos humanos e a procura de receita, fundamental para a ação do município, também, assente na procura de proventos decorrentes de contratos como é o caso do projeto de eficiência energética.

Sabemos bem da insatisfação ^{de alguns constrangimento causados aos} dos tondelenses de Mançores, a Parada de Gonta, a Ferreirós do Dão, a Dardavaz e de todas as demais freguesias, perante uma necessidade decorrente da necessidade de racionalização de gastos que, que em determinado tempo, foi efetuada.

Esperamos ver o nosso concelho com mais e melhor iluminação, num quadro de satisfação das populações, do aumento da sua sensação de segurança e de bem estar e da rentabilização dos proventos decorrentes deste projeto.

Sabemos que a definição de prioridades, pode ser diferente, de tempo para tempo, de época para época. Por isso é fundamental que se decida em função de cada oportunidade, navegando à vista, mas sem esquecer que o futuro, contando com um pressuposto sempre presente: **“as verbas são sempre escassas”**.

Temos, para nós, que os projetos aqui plasmados se apresentam como sinais de esperança e de uma contínua vontade de procura de novos caminhos e novas soluções para que o concelho de Tondela, as suas freguesias sejam, cada vez mais, sinónimo de atração de investimento, de melhoria dos equipamentos e de criação de melhores condições de vida e de realização das expectativas das pessoas da nossa terra.

São notórios, no concelho, sinais de evolução económica e social, fruto, do trabalho do município e das autarquias. Espera-se a continuação e o aumento desses sinais. No entanto não queremos deixar de alertar para os riscos inerentes ^{a situações como} ao impacto da recapitalização da banca, CGD, e a alguma indefinição política na Europa e na América.

*e no caso do ambiente
é fundamental
uma aposta forte.*



*Alcides
F. S.
Carvalho*

Sendo pequenos, à nossa escala, em situação de menor clima positivo, sentiremos, mesmo assim o impacto na sua proporcionalidade.

Decorre desta aprovação, definidas que estão agora as prioridades, que se aposte na celeridade da operacionalização desses projetos e, para isso contamos com ao dinamismo da equipa do município e das estruturas nacionais, no concerne à aprovação dos projetos já à espera de despacho.

Apontámos, também, uma natural vontade de redução de despesa corrente, através de novas ideias, do empreendedorismo, da otimização de recursos.

Mantém-se o princípio do Equilíbrio Orçamental, no sentido de otimização dos proventos daí resultantes. *de mais de 3.000.000 euros*

Aqui queríamos abordar um assunto em específico junto do sr. Presidente do Município:

Sabemos do impacto financeiro anual, para o município decorrente da problemática dos RSU (com a recolha, tratamento e depósito).

Uma fatura elevadíssima que nós não vemos alternativa fáceis para a baixar.

Por isso, senhor presidente:

Para quando uma séria ação pedagógica, da parte da Câmara ou AMRPB, no sentido de sensibilizar os utentes do sistema dos resíduos para uma melhor utilização dos contentores, nomeadamente, com a não deposição de pedras, terras, ou produtos vegetais facilmente degradáveis?

Tem de haver uma campanha que possa inverter esta situação.

Sobre o IMI, mantendo a taxa de 0,3%, que como sabemos é uma fonte de receitas do município, concordamos em pleno com as alterações de domínio social propostas.

Sobre o investimento do programa de eficiência energética:

Sabemos das contingências que orientaram a decisão do município de reduzir o numero de lâmpadas acesas no concelho, em tempo de redução de custos. Hoje propõe-se investir numa num programa de reabilitação da iluminação pública com lâmpadas LED. Será uma forma significativa de poupar na despesa e de levar mais conforto e segurança a toda a população concelhia e sobretudo aqueles que já se encontram mais afastados dos centros populacionais. É sem dúvida uma boa aposta, de redução de custos e ganhos de satisfação da população.



*Alcides
Rodrigues
Carlos*

No computo geral dos documentos referidos referenciamos a apoio as decisões, a distribuição equitativas das verbas em função das prioridades definidas, com investimento diferenciado e distribuído pelo concelho.

Esperamos que se possam juntar a estes investimentos todos os apoios dos fundos comunitários que seja possível conseguir, no sentido de elevarmos cada vez mais o graus de desenvolvimento do nosso concelho e da satisfação da necessidades básicas e sociais da população.

Votamos a favor.

Sérgio Rodrigues

Grupo Parlamentar do PSD

Cláudio
Ferreira
Carvalho

DECLARAÇÃO DE VOTO

Absterho-me no voto, da frente 27 - taxa de
ubi, digo "taxa municipal de direitos de passagem"
portante, diante do tese de o Orçamento de Estado pre-
ver que a taxa seja paga pelos operadores, não
é fare muito claro se os operadores irão pagá-la
às Autarquias, via Estado, retirando-a dos seus lucros,
ou incluindo-a na actualização dos preços pagos
pelo consumidor e que o Estado aprova.

28 de Novembro de 2016

O Membro da Assembleia Municipal

Felizardo Espírito Santo

Águas Residuais

Município	Valor médio por consumo 10m ³ /água	Obs
Aguiar da Beira	3,18 €	(taxa fixa + variável)
Carregal do Sal	2,75 €	(taxa fixa + variável)
Castro Daire	1,25 €	(tarifa fixa)
Mangualde	2,43 €	fixa 0,05€/dia+ variável)
Nelas	2,39 €	
Oliveira de Frades	2,92 €	(fixa+variável)
Penalva do Castelo	3,00 €	(variável)
S. Pedro do Sul	2,99 €	(fixa)
Santa Comba Dão	2,75 €	
Sátão	2,55 €	(variável)
Tondela	3,50 €	
Vila Nova de Paiva	1,05 €	
Viseu	6,15 €	fixa+variável
Vouzela	3,30 €	fixa+variável
Oliveira do Hospital	7,70 €	fixa+variável
Seia	10,50 €	
Tábua	5,50 €	
Mortágua	2,70 €	
Gouveia	2,11 €	
Águeda	12,68 €	fixa+90% do valor água
Alcobaça	9,50 €	
Pombal	4,87 €	
Fundão	3,32 €	(fixa+variável)
Benavente	6,66 €	(fixa+variável)
Anadia	6,68 €	

Municípios CIM VDL

Municípios AMRPB

Municípios com nº similar de habitantes

o nexto))

Carlos
Carlos

Fonte: ERSAR - dados de 2016

Resíduos Sólidos Urbanos

Município	Valor médio por consumo 10m3/água	Obs
Aguiar da Beira	3,00 €	(valor fixo)
Carregal do Sal	3,85 €	(taxa fixa + variável)
Castro Daire	2,50 €	(taxa fixa)
Mangualde	2,70 €	(0,09€/dia)
Nelas	2,90 €	
Oliveira de Frades	2,98 €	(fixa)
Penalva do Castelo	2,52 €	(fixa)
S. Pedro do Sul	2,49 €	(fixa)
Santa Comba Dão	3,25 €	fixa até 10m3
Sátão	3,50 €	
Tondela	3,50 €	
Vila Nova de Paiva	3,00 €	fixa
Viseu	3,00 €	fixa
Vouzela	2,50 €	fixa
Oliveira do Hospital	3,53 €	fixa
Tabua	4,00 €	fixa até 10m3
Seia	5,97 €	
Mortágua	3,70 €	
Gouveia	2,80 €	
Águeda	2,50 €	fixa
Alcobaça	4,47 €	
Pombal	5,42 €	
Fundão	2,66 €	(fixa+variável)
Benavente	2,28 €	(fixa)
Anadia	2,70 €	(fixa+variável)

Municípios CIM VDL

Municípios AMRPB

Municípios com nº similar de habitantes

Fonte: ERSAR - dados de 2016

Clubs
Codes

MOÇÃO

Tendo em conta o conteúdo das propostas parlamentares do PCP, BE e PS que deram entrada na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata está ao lado de todas Freguesias do Concelho de Tondela vem propor a votação da seguinte moção em sede de assembleia Municipal de Tondela:

- **Auscultadas todas as Uniões de Freguesia do Concelho de Tondela, relativamente à Reforma Administrativa Territorial Autárquica, seja reposta a vontade das decisões tomadas nos órgãos legitimamente eleitos (Juntas de Freguesias e Assembleias de Freguesia).**
- **Igual recomendação ao governo para que tal ocorra a nível nacional, sendo conhecidas a vontade das populações nas decisões nos órgãos locais legitimamente eleitos.**



Grupo Parlamentar do PSD

Assembleia Municipal de Tondela

Carlos

Posição do Grupo parlamentar do PSD face á Moção apresentada pelo MUAP intitulada por " Moção pela declaração de nulidade da adenda ao contrato assinado pela AMRPB e pelas águas do Planalto"

Considerando que o MUAP defende a municipalização das Águas e a declaração da nulidade do aditamento de 2007.

E que num ato provocatório e constante acusa o atual executivo de não promover essa declaração de nulidade.....

Considerando que se tal decisão fosse assumida pelos órgãos destes municípios, implicaria, nos termos previstos, a legitima abertura de processo judicial, com a consequente componente indemnizatória.

Estão os membros desta assembleia (da qual também fazem parte os dois membros do MUAP do PS e do CDS) disponíveis para a assunção dessa responsabilidade, de consequências imprevisíveis?

Estão estes dois membros da Assembleia disponíveis para que o Município contribua, com 1/5 desse montante, de 37 a 40 milhões?

Sim ou não?

Assumem essa consequência?

Nestes termos o grupo paramentar do PSD regista a atitude irresponsável revelada no comunicado repudiando tais declarações e posição destes membros.

AM Tondela, 28 de Novembro de 2016.


 Carlos

Proposta

- 2 PS
- 1 COS
- 1 CDU
- 5 PSD

Comummente manda a definições de um
 Modelo de aplicação do tarifário, que seja
 mais universal e que garanta o preceito
 no princípio de utilizador/pagador, alargado a
 todos os utilizadores de confiança de RLU a
 cobrança do tarifário enviado a NTA unido.